

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

**DIRETRIZES PARA O ESPAÇO URBANO PÚBLICO INIBIDOR DE
DELITOS: ESTUDO DE CASO**

ADRIANA DE VASCONCELLOS SANTOS SALLES

BRASÍLIA, 2007

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

**DIRETRIZES PARA O ESPAÇO URBANO PÚBLICO INIBIDOR DE
DELITOS: ESTUDO DE CASO**

ADRIANA DE VASCONCELLOS SANTOS SALLES

Orientadora: Prof. Dra. Marta Adriana Bustos Romero

Dissertação de Mestrado
Brasília – DF, novembro de 2007.

Salles, Adriana de Vasconcellos Santos.

Diretrizes para o espaço urbano público inibidor de delitos:
Estudo de Caso. / Adriana de Vasconcellos Santos Salles.
Brasília, 2007. 132p.

Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

1. Bioclimatismo. 2. Segurança pública 3. Praça do Distrito
Federal. 4. Espaço urbano público. 5. CPTED.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Adriana de Vasconcellos Santos Salles

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Pós-Graduação da FAU – UnB do Curso de Arquitetura e Urbanismo, como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Arquitetura e Urbanismo, linha de pesquisa Paisagem, Ambiente e Sustentabilidade.

Aprovado por:

Prof.^a Dra. Marta Adriana Bustos Romero, FAU-UnB
(Presidente)

Prof. Dr. Otto Toledo Ribas, FAU-UnB
(Membro)

Prof.^a Dra. Marília Luiza Peluso, GEA-UnB
(Membro externo)

Prof. Dr. Andrey Rosenthal Schlee, FAU-UnB (Suplente)

Brasília – DF, 13 de Novembro de 2007.

À minha família, meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha sincera gratidão à Professora Marta Adriana Bustos Romero, que acreditou em meu potencial, me incentivou e conseguiu extrair de mim algo que eu desconhecia;

Agradeço a meus pais, José Faustino e Jemima, pelo bem mais precioso que os pais podem dar a seus filhos: educação de qualidade;

A meus filhos, Natasha e Daniel, pelo apoio nos momentos difíceis porque passamos e o carinho que me dedicaram;

A Celso, meu esposo, pelo incentivo inicial, compreensão e apoio durante minha imersão;

À minha querida amiga-irmã Karina, pelas palavras sinceras que sempre me estimulam;

A Cecília Juno Malagutti, Ana Lúcia Augusto de Oliveira, Giselle Moll Mascarenhas, pelo apoio incondicional e contribuição com seu saber;

A André Luis Gasques Silva, Adelcke Rosseto Filho, Maria da Glória Rincon Ferreira, Anamaria de Aragão Costa Martins, Rejane Jung Vianna, pelas horas concedidas quando pude me dedicar a essa pesquisa;

À Diana Meirelles da Motta, no importante auxílio para obtenção dos dados de criminalidade e à Polícia Civil do Distrito Federal, pelo fornecimento destes;

Aos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UnB, Igor de Oliveira Curto, Matheus Ribeiro Assunção Vieira Mendes, Raphael Gonçalves Vanderlei e Pedro Alírio Machado Santos pela contribuição dada na execução do levantamento comportamental;

A meus colegas de trabalho pela generosidade sempre que os busquei;

À querida Dalva Graciano Ribeiro, por sua amizade fraterna;

Agradeço a Deus, por essa oportunidade de crescimento pessoal e profissional.

RESUMO

O objetivo geral do trabalho é contribuir para produção e adequação de espaços urbanos públicos seguros, o objetivo específico, propor adequações desses espaços urbanos focadas na segurança do cidadão através da identificação dos elementos e dos arranjos físicos que tenham capacidade de inibir o cometimento de delitos e de ampliar a apropriação dos espaços utilizando para tanto as questões ambientais. Assim, para análise da dinâmica desses espaços foram pesquisadas tanto as dimensões física e ambiental, quanto a comportamental. O processo investigativo se iniciou com a seleção de praças em função da disponibilidade de dados oficiais de criminalidade, sendo escolhidas para o presente estudo de caso as praças do Bicalho e do DI, ambas localizadas em Taguatinga, Distrito Federal. A partir de então, foram efetuadas várias visitas, inclusive à noite, quando foram analisados os aspectos bioclimáticos, conforme proposta de Romero (2001), que leva em conta as qualidades físicas e ambientais do espaço público, e verificado o desempenho comportamental adotando-se o método de observação de Sommer & Sommer (1980), que relaciona ambiente e comportamento em função do tempo. A etapa seguinte foi caracterizada pela organização, tabulação e análise dos dados. Por fim, foram elaboradas diretrizes bioclimáticas com o objetivo de tornar as praças estudadas melhor qualificadas ambientalmente, aptas a filtrar os elementos do clima adversos às condições de saúde do homem e promover seu conforto térmico, conforme orienta Romero (2000). Além disso, mais atrativas, e, portanto, apropriadas, o que, segundo Lynch (1997), fomentaria as atividades humanas imprimindo sustentabilidade econômica e social. Ambos os aspectos tiveram como propósito final a segurança do usuário e, por extensão, a sustentabilidade no tempo. Dessa forma, o presente trabalho colabora para a produção, adequação e manutenção de espaços urbanos abertos seguros.

Palavras-chave: 1. Bioclimatismo. 2. Segurança pública 3. Praça do Distrito Federal 4. Espaço urbano público. 5. CPTED.

ABSTRACT

The general objective of the work is to contribute to producing and appropriation to the security public urban spaces, and, the specific objective is to propose adaptations focused in the citizen's safety through the identification of the elements and of the physical arrangements that have the capacity to inhibit the crimes, using the environmental subjects. So, for analysis of the dynamics of those spaces they were researched as much the physics and environmental dimensions, as the behavior. The investigation process began with the selection of squares in function of the availability of official data of criminality, being chosen for the present case study the squares of Bicalho and of DI, both located in Taguatinga, Distrito Federal. Starting from then, many visits were made, inclusively at night, when they were analyzed the bioclimatics aspects, according to proposal of Romero (2001), that takes into account the physical and environmental qualities of the public space, and verified the behavior performance being adopted the method of observation of Sommer & Sommer (1980), that relates environment and behavior in function of the time. The following stage was characterized by the organization, tabulation and analysis of the data. Finally, bioclimatics guidelines were elaborated with the objective of turning the squares studied qualified environmentally, capable to filter the elements of the adverse climate to the conditions of the man's health and to promote his thermal comfort, as it guides Romero (2000). Besides, more attractive, and, therefore, appropriate, which, according to Lynch (1997), it would foment the human activities generating economical and social sustainability. Both aspects had as final purpose the user's safety and, for extension, the sustainability along the time. In that way, the present work collaborates for the production, adaptation and maintenance of safe open urban spaces.

Key words: 1. Bioclimatism. 2. Public safety. 3. Square in Distrito Federal. 4. Public urban space. 5. CPTED.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de ocorrências criminais por praça, por dia da semana.....	31
Gráfico 2 – Total de usuários, por horário e atividade, Praça do Bicalho.....	88
Gráfico 3 – Dez (10) atividades mais executadas na Praça do Bicalho.	88
Gráfico 4 – Dez (10) atividades mais executadas na Praça do DI.....	95
Gráfico 5 – Total de usuários, por horário e atividade, Praça do DI.....	95
Gráfico 6 – Total de ocorrências criminais por praça, em números absolutos.....	98
Gráfico 7 – Comparativo das principais ocorrências criminais, em números absolutos.....	99
Gráfico 8 – Total de usuários, por horário e setor, Praça do Bicalho.....	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição do Número de Vítimas de Homicídios nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, entre os anos de 1998 e 2002.	55
Tabela 2 – Regiões Administrativas do DF – Área e Densidade Demográfica	71
Tabela 3 – População, segundo os Grupos de Idade – Taguatinga – 2004.	76
Tabela 4 – População Residente, segundo o Sexo - Taguatinga – 2004.	76
Tabela 5 – Distribuição dos domicílios, segundo a renda Domiciliar Bruta Mensal - Taguatinga – 2004.	76
Tabela 6 – População residente, por escolaridade, DF e Taguatinga, 2004.....	77
Tabela 7 – Levantamento Comportamental, Praça do Bicalho.	87
Tabela 8 – Levantamento Comportamental, Praça do DI.	94
Tabela 9 – Áreas e delitos	101
Tabela 10 – Levantamento Comportamental, Praças do Bicalho e do DI.....	101
Tabela 11 – Levantamento Comportamental, Praça do Bicalho, 15:30h.....	121
Tabela 12 – Levantamento Comportamental, Praça do Bicalho, 16:00h.....	122
Tabela 13 – Levantamento Comportamental, Praça do Bicalho, 16:30h.....	122
Tabela 14 – Levantamento Comportamental, Praça do Bicalho, 17:00h.....	123
Tabela 15 – Levantamento Comportamental, Praça do Bicalho, 17:30h.....	123
Tabela 16 – Levantamento Comportamental, Praça do Bicalho, 18:00h.....	124
Tabela 17 – Levantamento Comportamental, Praça do Bicalho, 18:30h.....	124
Tabela 18 – Levantamento Comportamental, Praça do Bicalho, 19:00h.....	125
Tabela 19 – Levantamento Comportamental, Praça do Bicalho, 15:30h às 19:00h.....	125
Tabela 20 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 14:30h.....	126
Tabela 21 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 15:00h.....	126
Tabela 22 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 15:30h.....	127
Tabela 23 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 16:00h.....	127
Tabela 24 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 16:30h.....	128
Tabela 25 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 17:00h.....	128
Tabela 26 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 17:30h.....	129
Tabela 27 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 18:00h.....	129
Tabela 28 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 18:30h.....	130
Tabela 29 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 19:00h.....	130
Tabela 30 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 19:30.....	131
Tabela 31 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 20:00h.....	131
Tabela 32 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 14:30h às 20:00h.....	132

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Vegetação não impede controle visual.....	35
Figura 2 – Árvores podadas a mais de 2,20m promovem vigilância natural.	35
Figura 3 – Morice Town, Plymouth, Inglaterra.....	36
Figura 4 – Jardim Vista Alegre, São Paulo, antes e depois.....	37
Figura 5 – O entorno, a base e a superfície fronteira.....	60
Figura 6 – Ficha Bioclimática	61
Figura 7 – Formulário para preenchimento do Mapa Comportamental Centrado no Espaço..	62
Figura 8 – Formulário utilizado no levantamento de campo.....	63
Figura 9 – Foto Aérea da Praça do Bicalho.....	66
Figura 10 – Foto Aérea da Praça do DI.....	66
Figura 11 – Mapa das Regiões Administrativas do DF.....	70
Figura 12 – Foto Aérea do Distrito Federal.....	73
Figura 13 – Região Administrativa de Taguatinga em destaque.....	74
Figura 14 – Foto do Centro de Ensino Fundamental.....	78
Figura 15 – Foto das quadras poliesportivas.	78
Figura 16 – Foto Aérea da Praça do Bicalho.....	79
Figura 17 – Foto Aérea da Praça do DI.....	80
Figura 18 – Foto da pista de skate.	81
Figura 19 – Foto do Posto Policial.	81
Figura 21 – Ceilândia ao fundo.	83
Figura 22 – Ceilândia ao fundo (com utilização de zoom).....	83
Figura 23 – Praça do Bicalho, áreas de sombra.....	84
Figura 24 – Ficha Bioclimática da Praça do Bicalho.	85
Figura 25 – Setorização da Praça do Bicalho.....	86
Figura 26 – Mobiliário urbano.....	89
Figura 27 – Postes de iluminação.	90
Figura 28 – Poste e luminária.	90
Figura 29 – Praça do DI, áreas de sombra.....	91
Figura 30 – Ficha Bioclimática da Praça do DI.....	92
Figura 31 – Setorização da Praça do DI.	93
Figura 31 – Praça do Bicalho - canteiros muito próximos.	102
Figura 32 – Praça do Bicalho, área de intervenção.	103
Figura 33 – Pérgola	104
Figura 34 – Espaço de convivência.	105
Figura 35 – Praça do DI, área de intervenção.....	106
Figura 36 – Iluminação pública	106

LISTA DE SIGLAS

AFP	Agence France-Presse
AI	Anistia Internacional
ANPUR	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
BBC	British Broadcasting Company
BR	Brasil
Cepam	Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal
CODEPLAN	Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central
CPTED	Crime Prevention Through Environmental Design (Prevenção Criminal Através do Desenho Ambiental)
DF	Distrito Federal
DI	Departamento Imobiliário
EPCL	Estrada Parque Ceilândia
EPCT	Estrada Parque Contorno
EPNB	Estrada Parque Núcleo Bandeirante
EPTG	Estrada Parque Taguatinga
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
http	HiperText Transfer Protocol (Protocolo de Transferência de Hipertexto)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MJ	Ministério da Justiça
NEV	Núcleo de Estudos da Violência
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCDF	Polícia Civil do Distrito Federal
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PM	Polícia Militar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RA	Região Administrativa
RAC	Redescobrimdo o Adolescente na Comunidade
SAMDU	Serviço de Atendimento Médico de Urgência
SCIA	Setor Complementar de Indústria e Abastecimento
SEDUMA	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento, Coordenação e Parcerias do DF
SIA	Setor de Indústria e Abastecimento
SICAD	Sistema Cartográfico do Distrito Federal
SM	Salário mínimo
SQN	Superquadra Norte
SQS	Superquadra Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UnB	Universidade de Brasília
UOL	Universo Online
USP	Universidade de São Paulo
www	World Wide Web

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	7
LISTA DE TABELAS.....	7
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	8
LISTA DE SIGLAS.....	9
INTRODUÇÃO	12
1 O TEMPO PASSA E O ESPAÇO PERMANECE (IN)SEGURO.....	16
1.1 PROBLEMA	16
1.1.1 Estrutura urbana e criminalidade.....	17
1.1.2 Qualidade ambiental do espaço e apropriação.....	18
1.1.3 Conseqüências sociais e econômicas da insegurança	20
1.1.4 Síntese dos problemas	21
1.2 OBJETO.....	22
1.3 OBJETIVOS	22
1.4 JUSTIFICATIVA	23
2 MECANISMOS PARA RETOMAR AS RUAS.....	27
2.1 MÉTODO DO TRABALHO.....	27
2.2 REFERENCIAL TEÓRICO	33
2.2.1 Espaço inibidor de delitos.....	33
2.2.2 Cidade como símbolo social.....	38
2.2.3 Aspectos bioclimáticos.....	39
2.2.4 Aspectos sociais.....	40
2.2.5 Psicologia ambiental.....	45
2.2.6 Referencial Teórico - Síntese	47
2.3 REFERENCIAL PRÁTICO - Políticas de Segurança Pública.....	48
2.3.1 Exemplos de Políticas de Segurança Pública	50
2.3.2 Considerações sobre Políticas de Segurança Pública.....	58
3 VÁRIAS DIMENSÕES PARA CONSTRUÇÃO DA SEGURANÇA	59
3.1 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	59
3.1.1 Análise bioclimática do espaço público	59
3.1.2 Mapeamento comportamental	62
3.2 ÁREA DE ESTUDO.....	66
3.2.1 Praça	67
3.2.2 Histórico do Distrito Federal.....	69

3.2.3	Histórico das Regiões Administrativas.....	72
3.2.4	Região Administrativa de Taguatinga – RA III	73
3.2.4.1	Histórico de Taguatinga	74
3.2.4.2	Localização e Características Socioeconômicas de Taguatinga.....	75
3.3	PRAÇA DO BICALHO	78
3.4	PRAÇA DO DI.....	80
4	PADRÕES AMBIENTAIS E COMPORTAMENTAIS DIAGNOSTICADOS NO ESTUDO DE CASO	82
4.1	PRAÇA DO BICALHO	82
4.2	PRAÇA DO DI.....	89
4.3	CONJUGAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE.....	96
4.4	PROPOSTA	103
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
	REFERÊNCIAS	111
	APÊNDICE A	121

INTRODUÇÃO

A relação entre violência e forma urbana é uma questão relevante e que tem merecido diversos estudos. Grande parte das modificações acontecidas nas cidades nos últimos anos é creditada a reações às diversas formas de violência e à presença do medo, componentes da vida contemporânea que determinam muitas das formas e projetos urbanos atuais.

Várias são as escalas das medidas preventivas de combate à criminalidade. Vão desde o ponto de vista macroestrutural, em que se atua sobre desigualdade e exclusão sociais, desemprego, eficácia das instituições governamentais, entre outros fatores, até o ponto de vista local. Beato (1998, p.2), afirma que “a literatura sobre políticas públicas de combate à criminalidade tem enfatizado crescentemente a busca por soluções ‘locais’ e descentralizadas, o que conduz necessariamente à identificação de problemas nos contextos específicos de sua ocorrência”, local para ele é aquele ambiente que pode ser apreciado simultaneamente em sua totalidade.

Em geral, quando se procura correlacionar criminalidade com indicadores socioeconômicos, como escolaridade, pobreza e desigualdade, é para buscar as possíveis causas geradoras do problema. Com menos frequência se tem levantado a questão inversa, ou seja, em que medida a violência e a criminalidade afetam o capital humano e a posição social dos indivíduos.

Estudo realizado na Colômbia mostra, por exemplo, que 25% dos trabalhadores noturnos e 14% dos estudantes noturnos deixaram suas atividades em virtude da insegurança (MUSUMECI, 2001). Ou seja, para essas pessoas, a manutenção ou ampliação da renda, no primeiro caso, e a possibilidade de melhoria do nível escolar, no segundo, foram cerceadas. Pode-se inferir que a falta de segurança as privou de ampliar seu nível de consumo de produtos e serviços presente e futuro, possibilitando sua estagnação, quiçá seu declínio socioeconômico.

Ampliando o escopo da análise nessa linha de raciocínio, a insegurança e a violência têm afetado o desempenho do comércio e da indústria, que, se por um lado vendem menos, por outro, empregam menos, como um “efeito cascata”.

A insegurança gera impacto social que vai além dos Boletins de Ocorrência e das estatísticas policiais, ela afeta a comunidade como um todo sob vários aspectos.

Comprometendo o direito de ir e vir, restringe as oportunidades; tornando as pessoas preocupadas, ansiosas, nervosas, amedrontadas e sobressaltadas, afeta sua saúde física e mental. E esse é um fenômeno que pode estar ocorrendo em qualquer cidade.

Nas últimas décadas, o aumento da violência causou forte impacto socioeconômico nas grandes cidades: maiores gastos públicos e privados com segurança, perda de investimentos no comércio e indústria, mudança de hábitos de consumo. Em vista do chamado “custo da criminalidade”, a própria configuração urbana sofreu mudanças.

Como dito anteriormente, existem vários estudos sobre o espaço urbano e medidas para torná-lo mais seguro, entretanto, não há estudos que façam a correlação entre espaço urbano público seguro e as questões ambientais que nele se verificam, então pode-se considerar que para o desenvolvimento de projetos para o espaço urbano público com foco na prevenção à criminalidade as características bioclimáticas não têm sido apreciadas.

Apreender quais características bioclimáticas possuem propriedades de inibir conduta violenta nesses espaços, de forma a enriquecer o arsenal de medidas nesse sentido, é o desafio do presente trabalho, que foi organizado como descrito a seguir.

O capítulo 1 aborda o problema a ser enfrentado, a violência, e aponta a estrutura urbana e a qualidade ambiental do espaço como questões urbanísticas com potencial para promover a insegurança quando concebidas de forma inadequada e mantidas sem o devido zelo. Versa, ainda, sobre as conseqüências sociais e econômicas da violência que se retroalimentam.

Estabelece também o objeto de estudo, o espaço urbano público, em particular, a praça. Informa que essa dissertação tem como objetivo geral contribuir para produção e adequação de espaços urbanos públicos seguros. E, como objetivo específico, propor adequações desses espaços focadas na segurança do cidadão utilizando para tanto as questões ambientais.

O presente trabalho se justifica pela proposta aqui feita de se pensar o espaço urbano público priorizando o aspecto da segurança em favor de sua durabilidade, incorporando ao “fazer urbanismo” o conceito de sustentabilidade no tempo, de maneira a fornecer-lhe características que promovam sua continuidade e qualidade.

No segundo capítulo foram descritos o método de trabalho e os procedimentos adotados. Estes foram divididos em quatro etapas, para efeito didático. São elas, revisão bibliográfica e levantamento de dados; levantamento de campo; organização, tabulação e análise dos dados e finalização.

Aborda o referencial teórico estudado, que buscou investigar a relação existente entre o espaço urbano público – dos pontos de vista físico e ambiental – e a violência urbana. Assim, as fontes pesquisadas examinam o espaço urbano sob os enfoques da prevenção à criminalidade e da imagem da cidade como símbolo social; do ponto de vista sociológico, abordam violência, criminalidade e direitos humanos; sob o enfoque bioclimático, tratam do desenho urbano com vistas ao conforto ambiental e da arquitetura bioclimática do espaço público; e do ponto de vista comportamental, investigam o comportamento dos usuários de um ambiente, sua relação com o espaço, com outros usuários e em função do tempo.

A partir do referencial teórico estudado, surgiu a necessidade de se conhecer experiências práticas quanto à prevenção à criminalidade. Assim, foram apresentados exemplos positivos de ações implementadas ou projetadas de políticas de segurança pública que têm se destacado na literatura.

O capítulo 3 trata dos métodos e procedimentos da pesquisa de campo, em que, para análise da dinâmica dos espaços estudados, foram pesquisadas tanto as dimensões física e ambiental, quanto a comportamental.

Traz também a contextualização histórica do Distrito Federal e da Região Administrativa de Taguatinga, e objetiva produzir conhecimento necessário para dar base à criação e ao fortalecimento da identidade e ao sentimento de pertencimento.

O capítulo 4 apresenta o diagnóstico e a análise dos dados coletados. Na conjugação, foi realizada comparação dos dados das praças, aplicando-se o método de Romero (2001) para análise bioclimática do espaço público, segundo as três categorias por ela propostas, entorno, base e superfície fronteira. A eles foram relacionados os dados comportamentais, segundo o mapeamento comportamental desenvolvido por Sommer & Sommer (1980), e os dados oficiais de criminalidade.

Apresenta também as propostas de adequação das características ambientais das praças estudadas para aprimorar ou produzir espaços de permanência, melhorar os espaços de passagem, promovendo a segurança e estimulando sua utilização.

Nas considerações finais é feito breve balanço da pesquisa e apresentada sugestão para estudos futuros.

1 O TEMPO PASSA E O ESPAÇO PERMANECE (IN)SEGURO

1.1 PROBLEMA

A violência atinge todos os segmentos sociais, dos mais ricos aos mais pobres, o que faz da insegurança uma experiência amplamente compartilhada, ou seja, ninguém está livre dela. Se não houver segurança para todos, ninguém estará, de fato, seguro. Segurança é um bem por excelência democrático, legitimamente desejado por todos os setores sociais, constitui direito fundamental da cidadania, obrigação constitucional do Estado e responsabilidade de todos.

Para que haja aprofundamento da democracia, com a incorporação dos brasileiros mais pobres à cidadania plena, estendendo a todos os homens e mulheres os direitos civis e os benefícios do Estado de Direito Democrático, é necessário que se dê a devida importância ao combate à violência, em todas as suas formas. Da fome à tortura, do desemprego à corrupção, da desigualdade injusta à criminalidade.

Todas as expressões da violência se alimentam reciprocamente: a impunidade promove injustiças, que estimulam crimes, que geram gastos, difundem a cultura do medo, condicionam a redução de investimentos e ameaçam a indústria do turismo (entre outras), o que, por sua vez, exerce impacto negativo sobre o nível de emprego e amplia a crise social.

A intervenção efetivamente capaz de prevenir a violência e a criminalidade é aquela que busca alterar as condições favoráveis imediatas, isto é, as condições diretamente ligadas às práticas que se deseja eliminar. Não é a ação voltada para mudanças estruturais, cujos efeitos somente exercerão impacto desacelerador, a médio e longo prazos, sobre as dinâmicas criminais em um futuro distante – o que, evidentemente, não significa que essas mudanças de tipo estrutural não devam ser realizadas. Claro que elas são necessárias e urgentes, mas não são suficientes, nem substituem as intervenções tópicas nas dinâmicas imediatamente geradoras da violência.

Assim sendo, antes mesmo que as eventuais reformas das estruturas socioeconômicas produzam seus efeitos, iniciativas pontuais bem focadas, que incidam de modo adequado e eficiente sobre as condições e circunstâncias imediatamente ligadas à dinâmica criminal, podem alcançar resultados adequados e céleres. Diante disso, a presente pesquisa buscou identificar as possíveis intervenções no campo de atuação do arquiteto urbanista para desestimular o cometimento de delitos de oportunidade no

espaço urbano público. Obviamente, esse espaço também pode ser palco de crimes passionais, premeditados ou motivados por vingança, o que nesses casos, não fará diferença sua qualidade ambiental.

1.1.1 Estrutura urbana e criminalidade

A estrutura urbana, elemento intrínseco às atribuições do urbanista, na opinião de Beato, Peixoto e Andrade (2004) é um dos componentes da estrutura de oportunidades que levam à ocorrência de crimes. Segundo os autores, ela está em permanente mutação como resultado do processo de produção/ transformação do espaço, como requisito de sua adaptação às condições mutantes da reprodução social. É sujeita aos processos de obsolescência - devido à vida útil das estruturas físicas que a compõem - e renovação, através da produção do espaço mediante novos investimentos na substituição dos elementos obsoletos e criação de novos. É afetada, ainda, pela dinâmica social de apropriação/ desapropriação de áreas, consequência da distribuição espacial da insegurança, geradora de locais degradados e subutilizados.

Fração da estrutura urbana, o espaço público é tratado pelas políticas públicas de segurança como competência exclusiva de políticas policiais.

Segundo Túlio Kahn (apud LIMA, 2004), ex-coordenador de análise e planejamento da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, roubos e furtos em geral acontecem em bairros de classe média alta, nesse tipo de crime existe relação direta com os níveis de riqueza e não com os de pobreza, como geralmente é dito. Afirma, ainda, que ao fazer um levantamento dos locais de maior incidência de roubos e furtos, observa-se que são áreas com maior circulação ou acúmulo de bens, regiões com alta concentração de riqueza.

Já homicídios ocorrem, em maior número, nos bairros pobres e as motivações são passionais ou relacionadas ao tráfico de drogas em sua maioria. O espaço urbano aparece, neste contexto, como perigoso, caótico, impessoal e cinza, espaço a ser evitado. No entanto, ele é o palco onde o cidadão atua, interage, questiona, desempenha diversos papéis, seja de trabalhador, membro de sindicato, estudante, chefe de família etc. Seu estado de inadequação atual tem cerceado os direitos mais elementares de ir e vir, permanecer, contemplar a que todos têm direito.

A utilização plena dos espaços públicos, como relata a história das cidades, não é realizada hoje pelos cidadãos. O espaço público, em geral, se reduziu a espaço de passagem,

tendo suas funções sociais, culturais, cívicas, econômicas e de comércio desempenhadas cada vez mais em espaços privados. As funções de contemplação e descanso de muitos espaços públicos têm sido reduzidas ou eliminadas, pois a permanência nesses espaços traz riscos à população. Conforme afirma Romero (2001, p. 153), “o uso contemporâneo do espaço público é mais limitado que em outras épocas”.

O tratamento de áreas degradadas e abandonadas, sua recuperação, remodelação, alteração de uso e qualificação trazem benefícios à cidade como um todo. No entanto, é preciso estabelecer ferramentas que diagnostiquem antecipadamente a degradação de espaços públicos possibilitando que ações sejam tomadas tornando-os mais flexíveis, percebidos e apropriados pela população antes de sua decadência total. E ainda, ao mesmo tempo, que sirvam de diretrizes gerais para elaboração de novos projetos.

A construção do ambiente seguro requer a garantia de sua sustentabilidade no espaço e no tempo. “Sustentabilidade é um processo a ser alcançado progressivamente” (ROMERO, 2003, p. 262) e para que essa seja garantida, e, também, sua continuidade e vitalidade, é necessária a utilização de um modelo de análise dos “elementos que estruturam e qualificam o ambiente” (ROMERO, 2003, p 244).

Ações voltadas para a inibição do cometimento de crimes contra o patrimônio e a pessoa têm de estar baseadas em critérios mensuráveis da infra-estrutura do local, das edificações, dos elementos construtivos, da permeabilidade visual, das condições de iluminação e das características dos elementos escolhidos. O temor à criminalidade está presente na sociedade, o sentimento de insegurança é contagioso e nem sempre fundamentado em bases reais. E dele pode advir a perda da sustentabilidade desses espaços por conta, especificamente, da redução de sua apropriação, tornando-os somente espaços de passagem, enfraquecendo sua vida econômica e social, servindo como alimentador das causas da insegurança, quando deveria ser inibidor das mesmas.

1.1.2 Qualidade ambiental do espaço e apropriação

As características físicas e bioclimáticas de um determinado espaço, variáveis presentes no exercício da arquitetura, colaboram para permanência ou não de um indivíduo nesse espaço, ou seja, a qualidade ambiental do espaço contribui para sua utilização. O aspecto físico está ligado aos equipamentos, mobiliário, manutenção, estética, infra-estrutura, entre

outros fatores. As questões bioclimáticas dizem respeito a umidade, vento, temperatura, luz, cor e som, e também às culturais, sociais e históricas. Ambos os aspectos, físico e bioclimático, adequadamente elaborados, produzem o espaço com qualidade ambiental, ou seja, com conforto ambiental.

Conforto ambiental está intimamente ligado às necessidades psicossomáticas do indivíduo que, muitas vezes, têm que ser expressas para que possam ser atendidas e, em outras vezes, por tão específicas e particulares, são relegadas à solução genérica adotada (PICADA, 1999, p.2 apud RIBEIRO, 2002, p. 7).

Para Mascaró (1991), conforto ambiental ocorre quando a edificação é projetada considerando as condições climáticas da região onde se localiza.

Romero (2000, p. 87) afirma que o ambiente urbano pode “se transformar em filtro dos elementos do clima adversos às condições de saúde e conforto térmico do homem”, pois as concepções bioclimáticas aplicáveis aos edifícios se aplicam também ao espaço urbano produzindo um espaço externo que permite a permanência do usuário, sem que se percebam os rigores do clima, favorecendo o convívio social. Segundo a autora

Na arquitetura bioclimática é o próprio ambiente construído que atua como mecanismo de controle das variáveis do meio, através de sua envoltura (paredes, pisos, coberturas), seu entorno (água, vegetação, sombra, terra) e, ainda, através do aproveitamento dos elementos e fatores do clima para o melhor controle do vento e do sol (ROMERO, 2000, p. 86).

No entanto, Romero alerta que

A prática do desenho urbano tem se dado sem levar em conta os impactos que provocam no ambiente, repercutindo não só no desequilíbrio do meio como também no conforto e salubridade das populações urbanas (ROMERO, 2000, p. 11).

As considerações ambientais, em geral, não aparecem entre as premissas adotadas no processo formal de materialização da forma urbana. Do ponto de vista ambiental, o espaço urbano tem sido tratado por poucos autores, pois a maioria tem-se dedicado ao cuidado do edifício (ROMERO, 2001, p.147).

Segundo a lógica do conforto ambiental como promotor da utilização do espaço, pode-se inferir que o desenho do espaço público sem a incorporação dos aspectos bioclimáticos produzirá um espaço com baixa qualidade ambiental, com possibilidade de subutilização e sem apropriação, facilitador da delinqüência, e conseqüentemente, sem segurança. Ou seja, poderá ser parte do problema, e, não, da solução.

1.1.3 Conseqüências sociais e econômicas da insegurança

As percepções negativas sobre a cidade e, em alguns casos, sobre o bairro em que se vive, trazem conseqüências concretas para a vida dos moradores, traduzidas em mudanças de comportamento e em medidas específicas destinadas a uma maior autoproteção. Estas medidas em geral consistem em prestar mais atenção às pessoas, um maior medo ao sair às ruas; andar mais atento; evitar certos lugares; ou mesmo atitude extrema de não mais sair à noite. O cidadão busca se proteger utilizando, cada vez mais, grades nas janelas, portas trancadas, carros blindados, armas de fogo e sistemas de segurança privada. Imaginando que pode ser vitimado a qualquer momento, passa a viver com medo, em muitos casos, experimenta uma grande angústia e deixa de realizar atividades que gostaria, especialmente à noite. Segundo o Guia para Prevenção do Crime e da Violência, desenvolvido pelo Ministério da Justiça em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD / Brasil (2005, p. 14).

Quando agem desta forma, as pessoas se afastam de logradouros públicos como praças ou centros de lazer. Não colocam mais suas cadeiras nas calçadas para um momento de descanso, já não ficam na rua até mais tarde conversando com os amigos ou com os vizinhos e tendem a não participar de atividades comunitárias. O resultado desta nova dinâmica de enclausuramento e fragmentação crescentes poderá ser medido em três efeitos importantes para a segurança pública:

A comunidade perde poder – as pessoas tendem a se isolar cada vez mais e, desta forma, perdem poder. Afinal, se agindo em conjunto, com todos os moradores, elas tinham pelo menos uma chance de melhorar seu bairro e torná-lo mais seguro, se estão sozinhas, suas chances de pressionar as autoridades ou de sensibilizar outros parceiros para a conquista de programas efetivos de segurança serão nulas.

Menos vigilância, mais crimes – se as pessoas não estão mais nas praças e nas ruas, teremos menos vigilância natural no bairro. Ou seja, aqueles que estiverem predispostos ao crime, à violência e à desordem poderão agir, agora, com muita tranquilidade, porque não precisam mais se preocupar com eventuais testemunhas. Assim, se a praça – antes freqüentada pelas famílias, pelos namorados e pelas crianças – está agora vazia, ela poderá ser um lugar ideal para o tráfico de drogas e, assim, sucessivamente.

Desvalorização imobiliária e perda de oportunidades – se, de fato, os moradores de uma determinada região passam a viver com medo do crime, logo pensarão em se mudar. Por decorrência, haverá uma grande oferta de imóveis no local. O valor venal das propriedades e o preço dos aluguéis cairão rapidamente na região, o que atrairá pessoas com baixo poder aquisitivo. Esta mudança de perfil populacional irá trazer mais problemas sociais para a região e produzirá uma menor identidade comunitária e, portanto, menos chances de atuação conjunta. Os moradores que não

conseguirem se mudar podem continuar desejando esta possibilidade e, por isso, já não se sentirão estimulados a realizar investimentos em suas casas ou na própria comunidade. A região receberá menos visitantes e os negócios locais tendem a receber menos clientes. Muitos deles irão fechar ou se deslocar para regiões mais lucrativas. Como decorrência, as oportunidades de emprego na área tendem a cair, o que reforçará a dinâmica de espiral descendente. Percebe-se, por este círculo vicioso, que o avanço do crime e a sensação de insegurança espantam oportunidades e empobrecem as regiões afetadas (BRASIL, 2005, p. 14).

Ou seja, a violência fragmenta os laços comunitários e promove o distanciamento entre as pessoas. O cenário é, hoje, pontuado por condomínios, ruas e bairros fechados, residências com altos muros e cercas eletrificadas. Os condomínios fechados constituem-se em um novo padrão de segregação espacial e desigualdade social na cidade.

Estas atitudes preventivas, à medida que cresce a sensação de insegurança, podem vir a dar lugar a comportamentos mais ostensivos de caráter repressivo e/ou reativo, que só farão agravar o quadro já complexo da segurança pública.

1.1.4 Síntese dos problemas

A violência acontece no espaço, em um lugar, seja público ou privado. Para que ela se efetive, entre outros fatores, como motivação e vontade, é necessário que haja oportunidade. Têm-se aqui relacionados alguns aspectos que podem contribuir ou não para que haja espaços públicos inseguros, onde a oportunidade de execução de um delito seja ampla. Essa possibilidade será determinada pela qualidade desses espaços.

Obviamente que o problema da falta de segurança se avoluma em regiões onde o nível de pobreza é muito alto, onde há favelas, onde não há lazer, escola, saúde, água tratada e esgoto, mesmo que as características físicas e ambientais dos espaços públicos sejam adequadas. Mais ainda, onde existe o poder paralelo, em que a lei vigente é a do mais forte, no caso, a do mais armado.

Portanto, é sabido que as variáveis que alimentam a insegurança se traduzem num universo de causas e efeitos, de múltiplas naturezas, que, como dito no início do capítulo, se retroalimentam. Assim, limitando-se ao escopo do presente trabalho, foram aqui apresentados os problemas que encontram solução por meio das ferramentas inerentes ao ofício do arquiteto.

1.2 OBJETO

Dado que a violência se manifesta no espaço e que esse é, ao mesmo tempo, objeto e objetivo da arquitetura, e ainda que, não só a estrutura urbana, como as características do espaço têm potencial para criar ou inibir condições para o cometimento de delitos, o objeto de estudo da presente pesquisa é o espaço urbano público sob o enfoque da criminalidade de oportunidade.

O espaço urbano público, em particular a praça, é o espaço que se quer investigar. Em geral, livre de construções, é o lugar que promove a convivência, a prática da cidadania e o lazer, espaço onde o pedestre é a prioridade e onde a criminalidade também se manifesta.

Das fontes investigadas, o que se pretende apresentar de novo é a articulação entre os enfoques bioclimático e urbanístico com vistas ao espaço urbano público inibidor de delitos. Dessa forma, foi feito estudo de caso de duas praças localizadas em Taguatinga, Distrito Federal.

1.3 OBJETIVOS

A segurança é hoje um campo em franca expansão e sua inclusão como ferramenta da arquitetura eleva os níveis das condições dos ambientes e dos desenhos arquitetônicos.

A linha de pesquisa Paisagem, Ambiente e Sustentabilidade do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília tem como objetos de reflexão as questões relativas às áreas de planejamento, desenho da paisagem regional, urbana e intra-urbana, revitalização da paisagem, avaliação integrada das condições ambientais, bioclimatismo, tecnologias de controle e reabilitação ambiental, entre outras. Essas áreas são as principais ferramentas de que o urbanismo pode se equipar para intervir na estrutura urbana de forma a construir um ambiente seguro.

A leitura do espaço urbano, assim feita, deve buscar o processo de produção do espaço sustentável, ou seja, espaço onde haja o desenvolvimento sustentável, que, pela definição mais aceita, é aquele que procura satisfazer as necessidades da presente geração sem comprometer as opções das gerações futuras.

Em termos de estruturas urbanas, isso significa que essas estruturas devem ser utilizadas na atualidade e transformadas, no que for necessário, para a satisfação das necessidades atuais, sem que as gerações futuras possam receber um patrimônio que comprometa a sua liberdade de utilização, memória e identidade. Assim, deve ocorrer um equilíbrio entre as taxas de transformação e de permanência das estruturas do passado, de forma que seja garantida a manutenção da riqueza ambiental urbana hoje existente, bem como o aumento da diversidade de elementos componentes das estruturas (ZANCHETI; LACERDA; MARINHO, 2001).

Ao mesmo tempo, medidas no âmbito da produção, manutenção e renovação do espaço urbano devem ser efetuadas com foco na promoção do ambiente seguro, característica essencial do espaço sustentável. Ações adotadas para prevenção de situações de conflitos individuais e coletivos, imposição de dificuldade às práticas criminosas, ou ainda, o controle do tráfego, a iluminação das ruas, readequação de espaços degradados com implantação de novas atividades que promovam a ida das pessoas para as ruas, criação de pontos de encontro são, entre outras, próprias do urbanismo.

Nesse sentido, o objetivo geral do presente trabalho é contribuir para produção e adequação de espaços urbanos públicos seguros, através do estudo de caso de duas praças localizadas em Taguatinga, Distrito Federal, tendo como meta sua sustentabilidade no tempo. Para tanto, investigará a relação entre as qualidades bioclimáticas dessas praças e os comportamentos que nelas ocorrem. Tem como objetivo específico propor adequações desses espaços urbanos focadas na segurança do cidadão através da identificação dos elementos e dos arranjos físicos que tenham capacidade de inibir o cometimento de delitos e de ampliar a apropriação dos espaços utilizando para tanto as questões ambientais.

A hipótese aqui colocada considera que as qualidades bioclimáticas do espaço urbano público, seu desenho e características físicas possuem propriedade de influenciar o cometimento de delitos.

1.4 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho aponta para um modo de pensar o espaço público que prioriza o aspecto da segurança em favor de sua durabilidade, incorporando ao “fazer urbanismo” o

conceito de sustentabilidade no tempo, de maneira a fornecer-lhe características que promovam sua continuidade e qualidade, apreendendo o raciocínio aplicado às questões ambientais de garantia de uso pelas próximas gerações.

Seu pano de fundo é a economia, pois a redução de gastos com reurbanização e adequação de espaços degradados por subutilização; o controle da desvalorização imobiliária gerada por deterioração de vizinhança e insegurança; além dos aborrecimentos e prejuízos evitados com a implantação de um espaço inibidor de crimes, e, por extensão, das vidas poupadas, contribuem, em abordagens diferenciadas, para a economia.

A noção de sustentabilidade está associada às de estabilidade, de permanência no tempo e de durabilidade. Entre as premissas da sustentabilidade estão a harmonia de desenvolvimento, ordenação do crescimento, qualidade de vida, preservação, responsabilidade frente às gerações futuras, gerenciamento do impacto ambiental, princípios de ecoeficiência na produção, em respeito aos recursos naturais.

Segundo Moisés (1999), a diferença entre crescimento e desenvolvimento, é que o primeiro sugere principalmente aumento em quantidade, enquanto que o segundo implica em

[...] mudança de qualidade e, também, aumento dos graus de complexidade, integração e coordenação de um sistema. Crescimento exige material e energia. Desenvolvimento produz e se alimenta de interações, informação (MOISÉS, 1999, p.308).

Segundo o autor, o adjetivo sustentável tem sido aplicado aos mais diversos substantivos – transporte, consumo, turismo – no sentido de qualificar qualquer objeto de política pública, prática social ou empreendimento que esteja de acordo com princípios de sustentabilidade. Considera que desenvolvimento sustentável não é um estado, mas uma referência a processos que possam anunciar uma transição desta para uma nova sociedade. Cita em sua obra alguns princípios de sustentabilidade:

- Prevenção: quase sempre é mais barato prevenir a degradação, a poluição e o prejuízo social do que mais tarde consertar o estrago.
- Prevenção: quando há dúvidas sobre as conseqüências ambientais e sociais de uma ação, deve-se agir com cautela. Continuar uma atividade cujo impacto é desconhecido enquanto se espera uma prova científica de sua periculosidade é uma imprudência. Deve haver avaliação prévia cuidadosa dos impactos possíveis de cada opção entre várias alternativas.
- Participação: as pessoas afetadas pelos resultados do planejamento devem estar envolvidas na formulação dos planos. O processo decisório

- de governo deve prever divulgação das implicações das decisões que estão sendo tomadas e participação dos interessados.
- Proatividade: as ações devem ser orientadas pelas oportunidades e não só pelos problemas. Isto requer que se pense as questões de forma criativa e não reativa, visando mais à prevenção de problemas do que à cura de sintomas.
 - Compensação: as pessoas e o ambiente devem ficar em melhor situação como resultado de qualquer ação ou empreendimento. Havendo piora localizada das condições anteriores, deve haver compensação aos prejudicados. Se a piora dá-se nas condições ambientais (prejuízo de todos, perante benefícios julgados mais relevantes), mas de forma irreversível apesar de localizada, a compensação poderia se dar por uma melhoria amplificada em outra área, por exemplo.
 - Compromisso com melhorias contínuas: comprometer-se a fazer progresso contínuo em direção à sustentabilidade (longo prazo) requer monitoramento dos resultados das ações (evolução dos indicadores) e identificação de oportunidades de ampliação dos impactos positivos. Quanto maior a velocidade da mudança, mais difícil e cara se torna a transição. É preferível estabelecer-se metas modestas, mas factíveis, e persistir com esse princípio.
 - Poluidor pagador: o responsável por degradação, poluição ou danos deve arcar com os custos de remediá-los (MOISÉS, 1999, p.312).

Para construção do espaço público com sustentabilidade no tempo, tendo como foco sua utilização com segurança, continuidade e vitalidade, o princípio da proatividade, dentre os listados, se faz muito relevante. Incorporar elementos físicos e diretrizes de projeto comprovadamente eficientes na produção do espaço público seguro, é uma ação focada, não nas oportunidades, mas na inibição de oportunidades de se cometer delitos, de se estabelecer uma relação sólida entre comunidade e espaço, de forma a fazê-la apropriar-se desse espaço, utilizando, valorizando e zelando. Gerando, dessa forma, a sustentabilidade econômica necessária para retro-alimentar toda cadeia de relações sociais, cívicas e cidadãs de forma a garantir a apropriação do espaço pelas pessoas que dele se utilizam, “visando mais à prevenção de problemas do que à cura de sintomas” (MOISÉS, 1999, p.312).

Assim, cabe avaliar o primeiro princípio, a prevenção. Habitualmente ligada aos aspectos ambientais, se aplica intensamente às preocupações aqui tratadas. Espaço degradado fisicamente conduz à deterioração social e a agrava. Não há novidade nessa afirmação, o que se pretende é relacionar degradação física, deterioração social, descontinuidade de uso e fortalecimento da insegurança no espaço.

O princípio de participação também contribui para sustentabilidade no tempo. Quando as pessoas participam dos processos decisórios em geral se sentem responsáveis pelas opções

que foram adotadas e, dessa forma, se apropriam da coisa em questão, conduzindo ao sentimento de pertencer, ao uso, ao zelo e promovendo a continuidade esperada.

Como afirmado anteriormente, a construção do ambiente seguro requer a garantia de sua sustentabilidade no espaço e no tempo. Em convergência com Moisés (1999), Romero (2003) afirma que “sustentabilidade é um processo a ser alcançado progressivamente” (ROMERO, 2003, p. 262), ambos indicando para o princípio do compromisso com melhorias contínuas.

Assim, a sustentabilidade no tempo, promovida pelo espaço adequado física e bioclimaticamente, construído a partir da identificação de oportunidades de ampliação dos impactos positivos, contribui com esse princípio, na medida em que busca produzir a adaptação dos espaços às novas dinâmicas com economia.

2 MECANISMOS PARA RETOMAR AS RUAS

No presente capítulo serão descritos os métodos e procedimentos adotados, por etapa, para o desenvolvimento da presente dissertação. Em seguida serão abordados os referenciais teórico e prático pesquisados.

2.1 MÉTODO DO TRABALHO

Inicialmente, tinha-se a intenção de se estudar duas praças no Distrito Federal com índices de criminalidade inversos, ou seja, uma com índices altos e outra com índices baixos. A escolha se daria a partir da análise de dados a serem obtidos com o órgão responsável pelas estatísticas oficiais. No entanto, o que a princípio parecia fácil, mostrou-se inviável face ao tipo de endereçamento utilizado no DF e a forma como os dados são cadastrados, portanto, o critério de escolha dos espaços teve de se repensado, conforme detalhado a seguir.

O método do trabalho foi importante na validação dos objetivos, uma vez que a cada etapa realizada, a construção dos argumentos se enriquecia. De fato, ao longo do trabalho, os objetivos se mostraram cada vez mais factíveis e isso ampliou o escopo da pesquisa bibliográfica, inicialmente restrita às referências teóricas, agregando referências práticas, na busca por embasamento experimentado.

As teorias utilizadas para levantamento de campo mostraram franca interação e total replicabilidade, fornecendo ao trabalho requisito necessário à produção científica. Quanto às etapas seguintes, de organização, tabulação, análise e de proposições não foram encontradas maiores dificuldades, tendo a planilha eletrônica papel relevante nas comparações, aferições e simulações efetuadas, fornecendo agilidade, versatilidade e confiabilidade.

Etapa 1 – Revisão bibliográfica e levantamento de dados

A revisão bibliográfica deu início aos trabalhos e os seguintes assuntos foram pesquisados:

- Princípios da sustentabilidade;
- Concepção bioclimática do espaço público e qualidade ambiental;
- Estrutura urbana;

- Teoria da Prevenção Criminal Através do Desenho Ambiental - teoria do espaço defensável,
- Comportamento dos usuários de um ambiente, sua relação com o espaço, com outros usuários e em função do tempo,
- Forma e a imagem da cidade;
- Aspectos sociais da criminalidade.
- Conseqüências sociais e econômicas da insegurança.

Como dito anteriormente, sentiu-se a necessidade de buscar as experiências acumuladas no trato à criminalidade. Disso resultou a revisão bibliográfica aqui intitulada Referencial Prático, onde as ações implementadas no âmbito das políticas de segurança pública enriqueceram o trabalho como um todo. Fazem parte dessa dissertação os exemplos trazidos de projetos e de implementações de políticas de segurança pública internacionais da Inglaterra, Estados Unidos, Holanda, Senegal e Colômbia. Os exemplos nacionais vêm da cidade de Diadema e do bairro Jardim Ângela, na cidade de São Paulo.

Os dados oficiais de criminalidade do período de janeiro de 2004 a agosto de 2006 foram obtidos junto à Polícia Civil do Distrito Federal, em forma de banco de dados digital. Nesse banco, os delitos estão classificados em mais de 80 tipos e são informados em números absolutos. Seguem alguns tipos:

- Ameaça;
- Estupro;
- Furto a transeunte;
- Furto de veículo;
- Furto em comércio;
- Furto em veículo;
- Furtos diversos;
- Lesão corporal dolosa;
- Lesão corporal no trânsito;
- Roubo a transeunte;
- Roubo de veículo;
- Roubo em comércio;
- Tentativa de furto;

- Tentativa de homicídio;
- Uso e porte de drogas.

Diferentemente de outros estados e cidades, onde o endereço localiza a rua na malha urbana, no Distrito Federal a localização se dá por quadra. A forma como os dados são registrados no sistema dos órgãos de segurança pública associada ao tipo de endereçamento utilizado não possibilita a espacialização pontual do evento. A título de esclarecimento, serão simuladas algumas ocorrências criminais no Plano Piloto de Brasília, com dados relativos apenas ao local.

1. Roubo de carro efetuado na superquadra SQS 202, estacionamento próximo ao bloco C – o endereço será registrado no sistema apenas como SQS 202, a proximidade com o bloco C será desconsiderada.
2. Assalto à mão armada ocorrido na quadra de esporte da superquadra SQN 113 – o endereço será registrado no sistema apenas como SQN 113, sendo omitida a quadra de esporte como o real local do evento.
3. Tráfico de drogas na praça da superquadra SQS 202 – o registro do local omitirá a praça, sendo apenas cadastrado SQS 202.

Ou seja, tendo por base apenas o registro policial, não se pode determinar onde, de fato, ocorreu o delito na superquadra.

Apesar da limitação imposta, conforme apurado junto a representantes da Secretaria de Segurança Pública do DF, alguns poucos endereços fogem à lógica apresentada, sendo imputados no sistema como conhecidos popularmente, não respeitando a nomenclatura oficial, possibilitando a espacialização mais aproximada do delito. Diante disso e mantida a intenção de se estudar praças, várias foram indicadas nessa situação, em que o nome popular se impôs ao oficial, inclusive para efeito de registro de Boletim de Ocorrência. Foram então investigadas as seguintes:

- Praça do Bicalho - localizada em Taguatinga, área residencial. Apresenta uso misto nas vias periféricas e uso predominantemente residencial em seu entorno;
- Praça do DI - localizada em Taguatinga, área residencial. Mesmas características de usos da anterior;

- Praça do Relógio - também em Taguatinga, área central da cidade. Apresenta uso comercial como predominante, nela estão instaladas a Administração Regional da cidade e uma estação de Metrô.

O critério de escolha inicial das praças, feito a partir dos índices de criminalidade, teve de ser abortado. Não seria possível a identificação das praças mais e menos violentas do DF a partir dos dados obtidos, uma vez que esses não espacializavam os eventos. Na verdade, as praças com índices extremos poderiam ser quaisquer praças, de qualquer superquadra, ou cidade do DF, podendo ser, até mesmo, as estudadas. A falta de espacialização impossibilitaria a identificação incontestável. Portanto, não seria possível a comparação, sendo então necessária, a adoção de novo critério de checagem.

A partir da análise dos dados de criminalidade foi feita a nova opção e o uso do solo foi o parâmetro adotado. Como citado anteriormente, as praças do Bicalho e do DI estão em áreas predominantemente residenciais, enquanto que a Praça do Relógio em área comercial. Nesta, estão instaladas a Administração Regional de Taguatinga e uma estação de Metrô. Tem como ruas lindeiras a Avenida Central, que é importante via de ligação entre Taguatinga e o Plano Piloto, sendo continuação da Estrada Parque Taguatinga (EPTG, ou DF-085), e Avenida Comercial, importante eixo de ligação entre Taguatinga norte e sul, ambas com tráfego e comércio intensos.

O exame do gráfico 1, que trata do percentual de ocorrências por dia da semana nas três praças em tela, foi determinante para a escolha. Ele aponta diferenças significativas, principalmente aos domingos. Indica que os percentuais de criminalidade das praças localizadas em área predominantemente residencial chegam, nesse dia da semana, ao triplo do valor calculado para Praça do Relógio, localizada em área predominantemente comercial.

Portanto, esta praça foi descartada, não apenas por ter seu tipo de uso diferente das demais, mas também pelo horário de sua utilização e público predominantes, além de ser espaço demandado nos dias úteis, enquanto as duas outras são mais demandadas nos fins de semana.

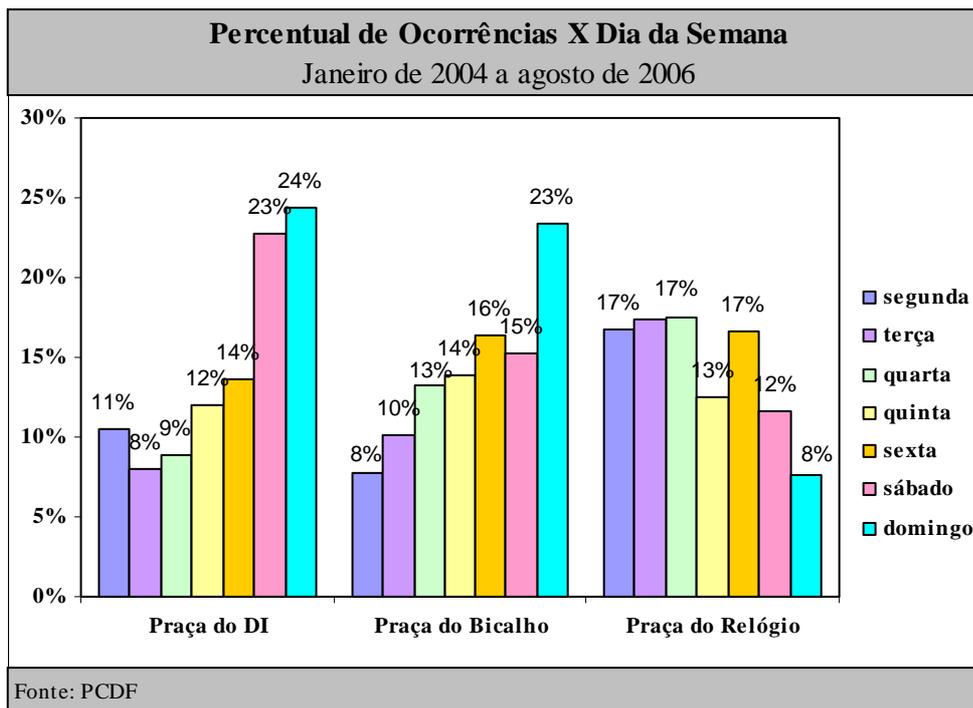


Gráfico 1 – Percentual de ocorrências criminais por praça, por dia da semana.

Assim foi dada continuidade ao trabalho e as praças do Bicalho e DI foram os objetos pesquisados. A partir de praças com usos do solo iguais, foram feitas observações sobre as características físicas, ambientais e comportamentais dos espaços, tendo como plano de fundo seus índices de criminalidade.

Cabe aqui ressaltar a dificuldade para obtenção dos dados junto ao órgão responsável pelas estatísticas criminais. Foram várias as tentativas e pedidos formais. O projeto de pesquisa foi apresentado a diferentes instâncias até o êxito, quando foi assumido o compromisso verbal de que não seriam divulgados, por isso a publicação dos valores em números relativos, na maior parte dos gráficos destinados a esse assunto.

No entanto, quase ao fim do desenvolvimento dessa pesquisa foram publicadas no sítio oficial da Polícia Civil do Distrito Federal as estatísticas em números absolutos, o que desobrigou o compromisso assumido uma vez que a própria instituição promoveu a divulgação.

Nessa etapa de trabalho foram, ainda, levantados os seguintes dados/informações:

- Histórico do Distrito Federal e da cidade de Taguatinga;
- Fotos de satélite das áreas de estudo.

Etapa 2 – Levantamento de campo

Nessa etapa foram analisados os aspectos bioclimáticos das praças, conforme estudo de Romero (2001) que leva em conta as qualidades físicas e ambientais do espaço público, quando foram preenchidas as fichas bioclimáticas por ela propostas. Foi também efetuado o mapeamento comportamental, adotando-se o método de observação de Sommer & Sommer (1980) que relaciona ambiente e comportamento em função do tempo.

Foram feitas várias pesquisas de campo, inclusive à noite. Além dos levantamentos bioclimático e comportamental (este, em particular, acompanhado por estudantes da graduação) foram feitos os levantamentos fotográfico e de usos.

Orientaram, ainda, os trabalhos de campo, os estudos de Newman (1973) sobre a Prevenção Criminal Através do Desenho Ambiental (CPTED¹) e os de Lynch (1997) que discriminam os significados sensoriais dos elementos que compõem a imagem da cidade, ambos fornecendo diretrizes para observação e avaliação dos espaços, e também para elaboração das propostas de adequação na etapa final.

Etapa 3 – Organização, tabulação e análise dos dados

As informações coletadas dos espaços examinados foram organizadas conforme as três categorias de análise bioclimática propostas por Romero (2001), entorno, base e superfície fronteira. A elas foram relacionados os dados comportamentais segundo o método de Sommer & Sommer (1980) e os de criminalidade. Foram feitas comparações, aferições e simulações a partir do que foi possível aprofundar o entendimento sobre as interfaces física, ambiental e comportamental e sua interação.

Etapa 4 – Finalização

A partir do conhecimento dos dados, e, com base no referencial teórico pesquisado, foram feitas sugestões para adequação dos espaços focadas na qualidade ambiental e na inibição de delitos. As propostas foram agrupadas conforme segue: iluminação e comunicação visual; vegetação; jogos, amenidades e mobiliário; circulação e acesso.

¹ Sigla de *Crime Prevention Through Environmental Design*, ou seja, Prevenção Criminal Através do Desenho Ambiental

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na busca do espaço seguro, com forma e função eficientes, vários estudos têm sido desenvolvidos sobre o espaço urbano, sob diversos aspectos, dos físicos aos estéticos. Ao mesmo tempo, a área social pesquisa as causas da criminalidade e da violência urbana.

O presente trabalho pretende investigar a relação existente entre o espaço urbano público – dos pontos de vista físico e ambiental – e a violência urbana. Para tanto foram analisados trabalhos de Jacobs (2000), Newman (1973) e Lynch (1997) que tratam da análise do espaço urbano sob os enfoques da prevenção à criminalidade e da imagem da cidade como símbolo social.

Do ponto de vista sociológico, os estudos de Beato (1998, 2004) e Cárdua (2003), que abordam violência, criminalidade e direitos humanos, foram as referências pesquisadas. Esses autores têm estudado como tratar o desenho do espaço urbano de forma a proporcionar uma cidade mais segura, com a redução da criminalidade e com o aumento da qualidade de vida, por meio do efetivo uso da construção do ambiente, para garantia da vitalidade urbana.

Para dar base teórica à análise espacial sob o enfoque bioclimático, os trabalhos de Romero (2000, 2001, 2003), que tratam do desenho urbano com vistas ao conforto ambiental e da arquitetura bioclimática do espaço público, foram as fontes consideradas.

Sobre o comportamento dos usuários de um ambiente, sua relação com o espaço, com outros usuários e em função do tempo, os estudos de Pinheiro (1997) e Wiesenfeld (2005), sobre Psicologia Ambiental, forneceram material para o entendimento da dinâmica sócio-espacial das praças estudadas.

2.2.1 Espaço inibidor de delitos

Na busca do entendimento do espaço urbano com características preventivas ao cometimento de delitos, Jacobs (2000) e Newman (1973) fornecem elementos importantes a essa pesquisa. Segundo Jacobs (2000), as cidades devem ter uma diversidade de usos complexa e densa, seu esvaziamento não garante a segurança contra o crime e nem previne o temor ao crime. As principais características, para tentar dar segurança às ruas, são a necessidade de uma separação nítida entre espaços públicos e privados; a existência de

“olhos” nas mesmas e que sejam movimentadas, suas calçadas devem ter usuários ininterruptamente.

Newman (1973) aprofundou esses critérios apresentando o estudo sobre Prevenção Criminal Através do Desenho Ambiental (CPTED), objeto de estudo da psicologia ambiental. Esse conceito passou então a ser desenvolvido e aplicado em todo o mundo, baseado na combinação de medidas que possibilitam o controle efetivo dos usuários sobre o ambiente, tornando-os os principais agentes promotores da segurança.

A psicologia ambiental estuda processos que relacionam o comportamento humano e o ambiente em que esse comportamento ocorre, colaborando com a solução de problemas práticos e razoavelmente circunscritos, relacionados a temas abrangentes, desde os estudos dos padrões de criminalidade em bairros residenciais, a projetos de parques públicos. Nesta linha de pesquisa, os estudos de Newman (1973) afirmam que os padrões de violência urbana ocorrentes em diferentes áreas de vizinhança se mostram relacionados com a apropriação dos espaços públicos e semipúblicos, podendo ocorrer o que chamou espaço defensável. Também conhecido por espaço defensivo, é o espaço em que seu desenho é manipulado de tal forma que o uso do ambiente tem a capacidade de proporcionar redução do medo do crime e sua incidência, aumentando a qualidade de vida.

Sua teoria (CPTED) se baseia na integração da estrutura arquitetônica e urbana, com a criação de motivação suficiente no homem para proporcionar condições inseguras para a realização da ação. É a combinação de medidas que acarretam um controle efetivo dos moradores sobre o ambiente, onde o foco está no comportamento. A meta é o envolvimento do esforço para integrar o desenho, com o usuário e com os sistemas de segurança, garantidos por uma vigilância consistente com o propósito do desenho e uso do ambiente. Gera-se um controle informal do grupo. O psicológico do usuário do ambiente é trabalhado de forma que as mudanças geram uma sensação de segurança e transferem o risco ao ofensor. A insegurança e o medo de ser pego, aliados à ausência de oportunidade fazem com que aqueles que são a ameaça se afastem dos ambientes que possuem estas características.

Em outras palavras, o CPTED tem por objetivo diminuir a percepção do medo e a prática dos delitos de oportunidade através do desenho urbano com a participação da comunidade. Tem como premissa básica que tanto a adequação do desenho urbano, como o eficiente uso do meio ambiente, podem levar a uma redução na oportunidade de delitos e na

sensação de medo, obtendo desse modo, espaços seguros e conseqüentemente uma melhoria na qualidade de vida.

São quatro os princípios do CPTED: vigilância natural, fomento e reforço dos laços de identidade, controle social dos acessos e manutenção do espaço público.

- A vigilância natural é fundamental para se ter um espaço seguro. Um desenho urbano e arquitetônico que possibilite ver e ser visto torna o espaço seguro na medida em que aumenta a vigilância natural lote-rua, rua-lote. A integração entre os usuários do ambiente, aliada a um comprometimento velado entre a comunidade e o ambiente, gera a possibilidade de observância natural do que cada um está fazendo, bem como cada um está usufruindo o ambiente. Acrescenta-se a isto, a utilização de janelas, portas, luzes, lajes, marquises e paisagens para anular os pontos cegos do ambiente (cantos mortos existentes no espaço) ou de pouca freqüência, fazendo com que todos permaneçam o máximo de tempo sob as vistas de algum elemento. Nesta estratégia, a comunicação rápida e eficiente é fator fundamental para que a observação se converta em ações de abordagem perante estranhos do ambiente. Além disso, são necessários atrativos, espaços convidativos para a permanência de pessoas no local;

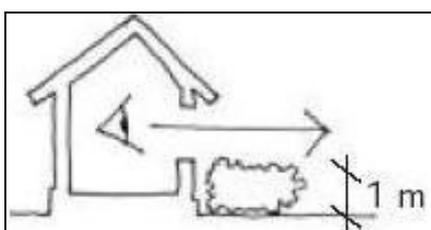


Figura 1 – Vegetação não impede controle visual.

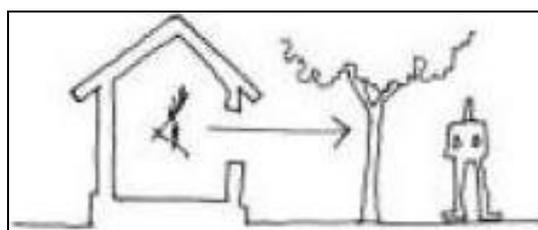


Figura 2 – Árvores podadas a mais de 2,20m promovem vigilância natural.

Fonte: CHILE, 2004, p. 20.

- Fomento e reforço dos laços de identidade. Espaços abandonados, sem dono, são espaços que possibilitam vários tipos de delito. Assim, o CPTED aponta como princípio o fomento e reforço dos laços de identidade através da participação da comunidade na formulação do desenho e recuperação dos espaços de convivência. Isso possibilitará a identificação e o sentimento de pertencimento do local, coincidindo neste ponto com as questões bioclimáticas que buscam o desenvolvimento do *genius loci* e assim sua preservação e cultivo;



Figura 3 – Morice Town, Plymouth, Inglaterra.
Fonte: <http://neighbourhoods.typepad.com>.

- O controle natural dos acessos contribui para a segurança na medida em que uma pessoa desconhecida não pode entrar sem ser vista por alguém, ou seja, cria uma percepção de risco ao ofensor. Isso pode ser obtido através de barreiras simbólicas ou reais que ajudem a subdividir um espaço, como cercas, muros, paisagens ruas estreitas e sinuosas, tornando-o mais fácil de controlar. Este ponto é bastante controverso, mas deve ser levado em conta;
- A manutenção do espaço público pode ser feita tanto pela municipalidade como em conjunto com os próprios moradores. Ambientes que possuem movimentação muito intensa devem passar por manutenção preventiva e corretiva eficientes. Caso isso não ocorra, rapidamente serão criadas condições e oportunidades para atos de violência. Ambientes conservados demonstram idéia de zelo e cuidado. Em contrapartida, caso não ocorram, a sensação de abandono é inevitável.

Com recomendações de projeto baseadas principalmente nos critérios do CPTED, o manual Espaços Urbanos Seguros (CHILE, 2004, p.11), elaborado pelo Governo do Chile, Ministério do Interior, Ministério da Vivienda y Urbanismo e Fundacion Paz Ciudadana, define

Crime de oportunidade: os delitos cometidos devido à existência de variáveis contextuais que facilitam sua prática, diminuindo o esforço e o risco de sanção que os infratores correm ou aumentando a recompensa obtida ao cometer o fato.

Segundo o manual (CHILE, 2004, p.11), delito é a “ação que atenta contra ou viola o conjunto de regras de conduta ou leis aceitas pela sociedade”. Ou seja, crime de oportunidade

é aquele praticado com base na disponibilidade, na escolha dos alvos segundo a facilidade de acesso e de fuga em que se usa a violência sempre que necessário.



Figura 4 – Jardim Vista Alegre, São Paulo, antes e depois.
Adequação de infra-estrutura urbana e ambiental em loteamento, criação de espaço público de lazer e esporte. Fonte: www.capital.sp.gov.br/portalmmsp/homec.jsp.

Regiões urbanas mais desenvolvidas são contextos favoráveis à ocorrência de determinados tipos de delitos, cidades mais desenvolvidas são habitadas por pessoas anônimas, transeuntes, e por famílias nucleares, o que diminui as formas tradicionais de controle social.

O manual *Espaços Urbanos Seguros* (CHILE, 2004, p.13) traz as seguintes recomendações em relação à prevenção da delinquência mediante o projeto do espaço urbano e suas características ambientais:

- Promover a vigilância natural: é essencial promover a possibilidade de ver e ser visto para criar ou manter um espaço seguro. A alta visibilidade de um lugar faz com que os usuários o possam controlar melhor e diminui a possibilidade de que ocorram crimes de oportunidade;
- Estimular o controle natural de acessos: por meio de estratégias de projeto, visa a incentivar o controle social sobre os acessos a um determinado espaço;
- Estimular a confiança e a colaboração entre os moradores: o reforço da confiança mútua e o sentimento dos moradores de pertencerem ao seu entorno estimulam o controle social exercido sobre um determinado setor, contribuindo para gerar seu cuidado e uso adequado;
- Reforçar a identidade com o espaço público: uma estratégia que reforça a identidade com o espaço público envolve a comunidade em sua recuperação e projeto, e esta passa a senti-lo como próprio, se apodera dele e o cuida. O desenho desses lugares com participação cidadã é uma condição essencial para a comunidade, porque ajuda as pessoas a se conhecerem e aprofunda os laços comunitários;
- Planejar em menor escala: o tamanho de um conjunto urbano pode afetar a sensação de segurança de seus usuários. Em conjuntos de

grande porte é difícil estabelecer laços comunitários profundos. Em uma escala menor, o cidadão sente que pode controlar seu espaço, que corresponde a seu tamanho pessoal, porém, não deve ser esquecida a relação desse espaço com a escala maior;

- Estimular a participação e a responsabilidade da comunidade: implica que os moradores participem ativamente da vida social de uma comunidade;
- Administrar adequadamente os espaços públicos: definir formas de co-gestão de um espaço novo ou recuperado, que estabeleça programas municipais de manutenção e atividades comunitárias.

2.2.2 Cidade como símbolo social

Kevin Lynch (1997, 1999) investigou a forma e a imagem da cidade. Procurou identificar o que significa a forma da cidade para os seus habitantes, quais são os métodos de análise das formas urbanas e quais as características que as diferenciam uma das outras.

Afirmou que o aspecto, mas também a forma da cidade são importantes para quem nela habita e trabalha. O espaço urbano deve ter uma imagem humana, viva e memorável. Sugere um método, através do qual se ocupa da forma visual à escala urbana e oferece alguns princípios de desenho urbano. Explica como o desenho dos arruamentos, a arrumação dos bairros e a manutenção das suas características são importantes para a humanização da paisagem urbana.

Segundo o autor, a cidade é uma construção no espaço que pode ser percebida no decorrer de longos períodos de tempo e onde cada cidadão possui diversos pontos de associação com algumas partes de sua cidade, ou seja, o morador de determinada cidade pode construir uma imagem dos espaços urbanos através de lembranças e de impressões diariamente vividas no contexto citadino.

Para Lynch (1997), a cidade é o produto de muitos construtores que atuam no sentido de modificar a estrutura objetivamente dada. Portanto, não se pode observá-la apenas como um objeto percebido unilateralmente por pessoas de diferentes classes, valores e sentimentos, mas como um objeto que, apesar de poder se apresentar estável por algum tempo, está sempre e continuamente em modificação.

A sua tese é a de que os homens são capazes de desenvolver uma imagem do ambiente através da atuação sobre a sua forma física. Lynch (1997) acredita que um cenário urbano intenso e integrado é capaz de produzir uma imagem definida podendo, desse modo,

desempenhar também um papel social oferecendo-se como um material objetivo na construção de símbolos e representações coletivas da comunicação do grupo. A cidade possui um sólido e poderoso significado expressivo, ou seja, ela é em si um forte símbolo social. Portanto, é possível perceber imagens públicas no meio urbano. As imagens públicas são imagens mentais comuns a vastos contingentes de habitantes de uma cidade. Elas são a interação de uma única realidade objetiva, de uma cultura e natureza fisiológica comum aos habitantes de determinada localidade.

Kevin Lynch (1997) descreveu a imagem ambiental de um lugar observando três elementos de sua composição: identidade, estrutura e significado.

- A identidade é a diferenciação do objeto enquanto uma entidade separável, ou seja, é a individualidade ou unicidade do mesmo;
- A estrutura de um ambiente é a relação espacial do objeto com o observador e outros objetos;
- O terceiro elemento refere-se ao significado que o objeto deve possuir para o observador, seja ele prático ou emocional.

O autor afirma que um ambiente poético e simbólico, que fale dos indivíduos e de sua complexa sociedade, de suas aspirações e tradições históricas, do cenário natural, dos complexos movimentos e funções do mundo urbano tem a habilidade de estabelecer o sentido de lugar e o ‘sentimento de pertencer’, realçando, assim, as atividades humanas que nele se desenvolvem.

Existem lugares movimentados e seguros, e outros, abandonados e evitados. Nestes, não se evidencia o sentimento de estar seguro, pois a sensação de segurança está intensamente ligada à vitalidade que o lugar possui. Havendo trocas, encontros e conversas, a qualquer horário, os ambientes terão múltiplos usos, serão apropriados pela comunidade e terão sustentabilidade econômica e social.

2.2.3 Aspectos bioclimáticos

Romero (2000) estudou como o ambiente construído pode oferecer as melhores condições de controle e bem estar para o usuário, via sua adequação ao meio, em especial ao clima, através do estabelecimento de princípios bioclimáticos para o desenho urbano. Esses

princípios foram elaborados de forma a subsidiar os profissionais que atuam no projeto do espaço habitado para serem aplicados no desenho do espaço urbano, de forma que os ambientes urbanos resultantes sirvam para filtrar os elementos adversos ao homem e para promover seu conforto e saúde.

Romero (2001) propôs a concepção bioclimática do espaço público tratando-o

como uma unidade, na qual os elementos ambientais climáticos, históricos, culturais e tecnológicos entram para ordenar o espaço como estímulos dimensionais (ROMERO, 2001, p. 143).

A idéia fundamental desse método de análise é a de que o espaço público tem de ter forma definida, pensada e construída com tantos detalhes quanto a de um edifício. As características do espaço urbano postuladas para tratamento bioclimático foram

[...] o tamanho, a densidade e a orientação do construído na área urbana, as rugosidades aerodinâmicas, o anteparo das emissões de radiações de onda larga, os relacionamentos entre o tamanho dos edifícios e a distância existente entre eles e a distribuição dos edifícios altos entre os mais baixos (ROMERO, 2001, p. 153).

Nesta concepção bioclimática o tratamento do espaço público é analisado em duas grandes categorias temáticas, que conjugam elementos formais do espaço mais relevantes do edifício e do espaço urbano. São elas o ambiente e o espaço, que, aplicadas simultaneamente, permitem a verificação de inter-relações no espaço público. São desmembradas ainda em três categorias temáticas, o entorno, a base e a superfície fronteira.

No estudo sobre a sustentabilidade do ambiente urbano da capital, Romero (2003) indica a análise, por meio das escalas de aproximação espaciais, para uma caracterização sensorial e ambiental do espaço, de forma a possibilitar o embasamento de intervenções em áreas onde a segurança pública assim demande. Propõe um modelo de avaliação dos elementos que estruturam o ambiente de forma a qualificá-lo otimamente, desde a pequena escala do edifício até a grande escala da estrutura urbana.

2.2.4 Aspectos sociais

Sociólogos são bastante familiarizados com duas teorias contrastantes na definição das causas da criminalidade. Uma delas afirma que criminalidade e violência são fenômenos cuja origem se deve essencialmente a fatores de natureza econômica. Privação de oportunidades,

desigualdade social e marginalização seriam estímulos decisivos para o comportamento criminoso segundo Parker e Smith (1979); Taylor, Walton e Young (1980 apud BEATO, 1998).

A outra teoria credita ao delinqüente e aos atos criminosos uma agressão ao consenso moral e normativo da sociedade; um baixo grau de integração moral produziria o fenômeno do crime, conforme Durkheim (1978); Sherman e Berk (1984); Clarke (1983); Kraut (1976 apud BEATO, 1998).

Quando a violência é abordada através de medidas preventivas, torna-se necessário levar em consideração seus múltiplos níveis de determinação, quais sejam, macroestruturais, conjunturais, culturais e individuais. A estrutura política e os sistemas econômico e social aumentam a vulnerabilidade dos países à violência. Desigualdade e exclusão sociais, desemprego, regime político e eficácia das instituições governamentais e de segurança pública são alguns dos fatores que, do ponto de vista macroestrutural, favorecem o desenvolvimento de violência. O modo como esses determinantes são atualizados e expressos no cotidiano exemplificam os fatores conjunturais: aumento da criminalidade urbana, da delinqüência juvenil, do crime organizado e da prostituição infantil, entre outros, são favorecidos por contextos marcados pela desigualdade social e impunidade e, por sua vez, favorecem a escalada de violência em contextos específicos.

Recentemente vem sendo dada importância aos fatores culturais e individuais que atuam como determinantes do comportamento violento, tais como atitudes, comportamentos e normas, padrões de relação familiar e de gênero, uso de drogas e álcool, entre outros. A existência de múltiplos níveis de determinação constitui um desafio para a formulação de políticas de prevenção da violência que promovam o desenvolvimento social e enfrentem fatores de risco específicos. Medidas estruturais para

a promoção da equidade social, de direitos civis e humanos fundamentais, o acesso à educação e cuidado à saúde, oportunidade de emprego e trabalho digno são fundamentais para a manutenção e desenvolvimento de formas democráticas e pacíficas de coexistência social (PERES, 2002).

Além disso, medidas de proteção específica para a redução de fatores de risco individuais e controle de danos também são necessárias para a prevenção da violência. Para isso ações intersetoriais e interdisciplinares, com envolvimento não só de diferentes setores do

poder público, mas também da sociedade civil organizada constituem elementos essenciais para o enfrentamento da questão.

O trabalho de Shaw e McKey (1942 apud BEATO, 1998), que trata do estudo da distribuição espacial de delitos, mostrou como existia um gradiente nas taxas de delinquência, com altas taxas nos centros das cidades, que iam declinando nos subúrbios. Outros autores analisaram, por meio de conceitos como o de "espaço defensivo", as circunstâncias físicas e ambientais imediatas relacionadas com a incidência de delitos criminais (NEWMAN, 1973). Mais recentemente, tem-se discutido com intensidade a importância da "geografia do crime" nas estratégias de policiamento e no combate à criminalidade, conforme Brantingham e Brantingham (1981 apud BEATO, 1998). Existem importantes trabalhos que procuram relacionar a incidência de crimes com a estrutura socioeconômica de Estados-nações, regiões e áreas metropolitanas.

A confecção de mapas de criminalidade desloca a análise dos criminosos para o delito propriamente dito. Do ponto de vista teórico, isto significa uma análise dos processos de tomada de decisão por parte dos criminosos relativos à escolha de locais e alvos viáveis para a realização de determinados tipos de crime. Abordagens espaciais são particularmente apropriadas para a demonstração dos componentes racionais da atividade criminosa, bem como referendam modelos afins à teoria das oportunidades do crime (BEATO 1998).

O combate ao crime por parte de organizações policiais pode perfeitamente prescindir de um diagnóstico de suas "causas" para orientar-se pela idéia de que crimes não ocorrem aleatoriamente no tempo e no espaço. Logo, uma orientação pró-ativa deve detectar padrões espaciais e temporais de determinados tipos de delitos a fim de poder antecipar a ocorrência dos eventos, conforme afirma Rich (1997 apud BEATO, 1998).

Segundo Beato (1998), a implementação de políticas públicas preventivas de combate à criminalidade requer a identificação das comunidades e locais que serão objeto da ação assistencialista e preventiva. Para o autor, a literatura sobre políticas públicas de combate à criminalidade tem enfatizado crescentemente a busca por soluções "locais" e descentralizadas, o que conduz necessariamente à identificação de problemas nos contextos específicos de sua ocorrência.

Os estudos de Beato, Peixoto e Andrade (2004) concluem que nos crimes motivados economicamente (furto, roubo e tentativa de roubo) os atributos pessoais da vítima, exceto escolaridade e condição na atividade econômica, não são muito importantes. A probabilidade de vitimização está mais ligada aos hábitos e às características da vizinhança. Assim, pessoas que transitam em locais públicos, em horários de maior fluxo e à noite são vítimas mais prováveis de crimes motivados economicamente.

Em contrapartida, para os crimes de agressão, a idade passa a ser relevante – indivíduos mais jovens são vítimas mais prováveis desse tipo de crime. Além disso, a probabilidade de ser agredido é maior se os indivíduos transitam em lugares públicos à noite ou residem em locais onde se escuta barulho de tiro. O mesmo acontece se residem em locais onde existem muitos prédios abandonados. Segundo o autor, características ambientais e de oportunidades parecem ser mais decisivas para a ocorrência desses tipos de crimes.

Ainda segundo Beato, Peixoto e Andrade (2004), os fatores que mais influenciam o risco de vitimização são exposição, proximidade da vítima ao agressor, capacidade de proteção, “atrativos” da vítima e natureza dos delitos, ou características específicas do crime. Esses cinco fatores compõem o que Cohen, Kluegel e Land (1981 apud CARNEIRO, 1999) desenvolveram, denominaram modelo das oportunidades e definiram o seguinte conjunto de hipóteses para explicar as diferenças no risco de vitimização:

1. *Exposição.* A probabilidade de vitimização está diretamente relacionada à quantidade de tempo que uma pessoa passa em lugares públicos.
 - 1.1. O hábito de freqüentar lugares públicos varia em função do estilo de vida (jovens mais do que velhos, homens mais do que mulheres, solteiros mais do que casados etc.).
 - 1.2. Contatos e interações sociais são desproporcionalmente distribuídos entre indivíduos que têm o mesmo estilo de vida.
 - 1.3. A proporção de tempo que uma pessoa gasta entre não familiares varia em função do estilo de vida.
 - 1.4. A probabilidade de vitimização, principalmente roubo e furto, aumenta como uma função da proporção do tempo que um indivíduo gasta entre não familiares.
2. *Proximidade.* A probabilidade de vitimização depende da proporção em que vítima e agressor partilham suas características sócio-demográficas. Quanto menor a distância social entre as vítimas potenciais e os indivíduos que apresentam as características típicas dos agressores, maior a probabilidade de vitimização.
3. *Proteção.* Variações no estilo de vida estão associadas também à habilidade dos indivíduos em isolar-se daqueles que têm as características dos agressores. Isto ocorre quando uma pessoa é capaz de mudar o local de residência, andar de carro e não de ônibus, freqüentar locais de recreação fechados etc., ou seja, agressores

preferem alvos que estão próximos e menos resguardados, e quanto mais resguardado estiver um indivíduo, menores os riscos de vitimização.

4. '*Atratividade*'. Vítimas com menor capacidade de resistência (uma vítima alcoolizada, por exemplo), com bens valiosos (um botim vantajoso), são vítimas mais atraentes para o agressor. É possível acrescentar ainda uma outra definição importante associada ao fator *atratividade*: quanto mais instrumental for a motivação do agressor para a prática do delito – no sentido de que esta é orientada pela perspectiva de ganhos materiais –, maior o papel do fator *atratividade* na determinação da probabilidade de vitimização.
5. *Natureza do delito*. Quanto mais instrumental for a motivação do agressor – no sentido de que este é motivado fundamentalmente por expectativas de recompensas materiais – mais fortes serão os efeitos da exposição, proximidade, proteção, sobre os riscos de vitimização, com relação ao efeito da '*atratividade*' (CARNEIRO, 1999, p. 41-42).

Em outras palavras, conforme Beato, Peixoto e Andrade (2004), a exposição é definida pelo tempo em que os indivíduos permanecem em locais públicos, estabelecendo contatos e interações sociais. O estilo de vida de cada indivíduo determina em que intensidade os demais fatores estão presentes em sua vida. Assim, estabelece em que medida os indivíduos se expõem ao frequentar lugares públicos, qual a sua capacidade de proteção, seus atrativos e a proximidade com os agressores.

A proximidade da vítima ao agressor diz respeito à frequência de contatos sociais estabelecida entre ambos, o que depende do local de residência, das características socioeconômicas e dos atributos de idade e sexo, assim como da proximidade de interesses culturais. Indivíduos com a mesma idade costumam frequentar os mesmos ambientes nas atividades de lazer.

A capacidade de proteção está relacionada ao estilo de vida das vítimas. Indivíduos que têm maior capacidade de se resguardar, evitando contato com possíveis agressores, têm menor probabilidade de serem vitimados. Por exemplo, indivíduos que andam de carro em vez de ônibus têm maior capacidade de proteção porque diminuem a possibilidade de contato com os agressores. Do mesmo modo, aqueles que contratam segurança privada diminuem a probabilidade de serem vítimas de crime.

As vítimas tornam-se mais atrativas quando oferecem menor possibilidade de resistência ou proporcionam maior retorno esperado do crime. Os indivíduos que oferecem menor possibilidade de resistência, provavelmente, reagem com pouca intensidade, o que representa menor risco de aprisionamento para o agressor. Aquelles que proporcionam maior retorno

esperado do crime têm maior probabilidade de serem vitimados, uma vez que, por um mesmo risco de aprisionamento, o criminoso pode ganhar mais.

A capacidade de proteção pode ser avaliada em termos de renda, no sentido de que indivíduos de maior renda conseguem se expor menos. O fato de possuírem carro, por exemplo, diminui bastante o contato com possíveis agressores. Além disso, se pensarmos no vínculo entre renda elevada e maior nível de escolaridade, a probabilidade de ser vítima de agressão nesse caso é menor em virtude do efeito “civilizador” da educação.

A criminalidade nasce e propaga-se sob o efeito de vários fatores: econômicos, sociais, demográficos, morais, culturais e legais, sendo este último representado pela ação do sistema de justiça criminal – a polícia, a Justiça e o sistema penitenciário. Estudos e modelos de correlação mostram interações diversas entre essas variáveis e a ocorrência de crimes. Esses modelos, em geral, consideram a ação do controle social e a certeza da punição como variáveis de desincentivo à ação criminosa. Ou seja, na ausência de uma ação efetiva de controle e punição por parte do sistema de justiça criminal, a incidência dos demais fatores contribui de forma mais intensa para a propagação dos crimes (VIAPIANA, 2001, p. 22).

Conforme Cárdua (1999 apud PERES, 2002), o tráfico de drogas, o uso de drogas e o consumo de álcool são explicações consensuais para a violência. Os grupos mais expostos à violência apresentam um maior consenso sobre várias outras causas: a falta de princípios religiosos, a resposta à provocação por outros, a perda de esperança no futuro, a pressão econômica, o ciúme, o preconceito racial, a necessidade de manter uma imagem de “durão”.

2.2.5 Psicologia ambiental

Segundo Pinheiro (1997), a Psicologia Ambiental possui "dupla personalidade", sendo parte "psicologia" e parte "ambiental", tendo se desenvolvido

[...] a partir de duas grandes origens, ou raízes teóricas: uma externa à Psicologia, outra interna. Considerar essa dupla natureza é fundamental para uma compreensão adequada da área e de suas dificuldades em encontrar uma identidade teórica, pois desde o princípio essas influências se inter cruzam e combinam em esforços de diferentes matizes teóricos e práticos [...] (PINHEIRO, 1997, p.382).

Segundo o autor, na vertente externa de formação, foram identificadas três grandes tendências oriundas de disciplinas até então distantes da Psicologia: Arquitetura, Geografia e Ciências Bio/Ecológicas.

O primeiro grupo influenciador, Arquitetura e Planejamento Urbano, interessava-se pela ação dos espaços edificados sobre o comportamento humano, tendo gerado importantes contribuições [...].

Dessa origem, que questionava o "egocentrismo" dos designers, explicitaram-se os pressupostos das edificações, nem sempre aparentes mas constituintes daqueles ambientes, e surgiu também a avaliação social da edificação e a preocupação com o ponto de vista e a participação do usuário no processo de planejamento e avaliação ambientais (PINHEIRO, 1997, p.383).

Pinheiro (1997) afirma que essa interface da Psicologia Ambiental com a Arquitetura é a mais desenvolvida no Brasil, principalmente em consequência da procura da Psicologia por arquitetos e planejadores, interessados em fundamentar melhor seus trabalhos.

A segunda influência teria vindo da geografia em que os fatores socioculturais desempenhavam papel central na conformação do comportamento espacial humano e que este, ao longo do tempo, ajudava a definir a morfologia do território. Os geógrafos, ao incluírem a mediação dos processos de cognição espacial e percepção ambiental na correlação dinâmica entre pessoa e ambiente, se aproximavam de áreas tradicionalmente estudadas por psicólogos.

A crescente preocupação das ciências naturais pelos problemas ambientais e pelo papel desempenhado pelo ser humano nesse contexto teria contribuído também para o surgimento da Psicologia Ambiental. Nesse sentido, o autor cita o Programa Internacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente como exemplo paradigmático

[...] as iniciativas da ONU na área passaram de um enfoque exclusivamente de ciências biológicas para uma concepção mais abrangente, em que os seres humanos não eram apenas o "fator antrópico". Assim, somava-se às dimensões espacial e temporal a percepção ambiental, ali definida de modo abrangente, caracterizada como um fenômeno psicossocial, em que processos cognitivos e afetivos estão implicados na representação do ambiente, tanto na esfera individual como na coletiva (PINHEIRO, 1997, p. 384).

Na vertente interna à Psicologia foram identificadas a Psicologia da Percepção (que define o ambiente principalmente em termos físicos e perceptuais) e a Psicologia Social (caracterizada pela discussão subjetiva dos fenômenos sociais) como as grandes tradições teóricas a influenciar a formação da Psicologia Ambiental. Ambas conduziram setores desse campo de conhecimento a considerar aspectos não só do ambiente social, mas também do ambiente físico, em sua inter-relação com pessoas e grupos.

Wiesenfeld (2005) afirma que a Psicologia Ambiental tem sido definida como a disciplina que estuda as transações entre as pessoas e seus entornos, com vistas a promover uma relação harmônica entre ambos, que redunde no bem-estar humano e na sustentabilidade ambiental. Tem como objetos principais para cumprir esse propósito:

- Estudar a relação pessoa-ambiente no contexto natural, vista como totalidade (ontologia)²,
- Abordar a dita relação de maneira holística (metodologia),
- Incorporar diversas perspectivas teóricas em seu estudo (epistemologia),
- Enfatizar a dimensão social da relação humano ambiental,
- Estabelecer vínculos com outras disciplinas interessadas na temática humano-ambiental (interdisciplinaridade),
- Aplicar os conhecimentos obtidos para melhorar a qualidade ambiental e, por conseguinte, a qualidade de vida dos usuários dos ambientes (pertinência social) (WIESENFELD, 2005, p. 55).

Ou seja, com o amadurecimento da disciplina, outras áreas de conhecimento vieram se somar enriquecendo e validando o estudo do espaço e dos ambientes, que necessita ser efetuado em conjunto com suas dimensões social e funcional, ao lado de seus atributos simbólicos. A multidisciplinaridade legitimou dessa forma a Psicologia Ambiental, conferindo-lhe a característica indispensável para se estudar a ação das pessoas sobre os ambientes.

2.2.6 Referencial Teórico - Síntese

Os trabalhos estudados mostraram que para a real compreensão da dinâmica sócio-espacial é necessário que se conheça a ampla complexidade de relações existentes na utilização do espaço público. Iniciando pelas interações mais elementares, relativas a usos, prosseguindo pelo estudo do desenho do espaço, da disposição de seus elementos como fatores impositivos, e, por fim, o entendimento da identidade do local, ou seja, do espírito do lugar, o *genius loci*, saber o que esse espaço representa para a comunidade que dele se utiliza.

Observando os fatores, ou etapas do cometimento de um delito de oportunidade no espaço público, desde antes de o fato se concretizar, têm-se: o ambiente propício; o infrator estimulado aguardando a chance para agir; a vítima exposta e desatenta, se o ato for contra a pessoa e, por fim, a situação ou momento adequado, com a certeza, por parte do delinqüente, de fuga fácil. Todos os elementos reunidos, o crime acontece.

² Ontologia é a ciência do ser em geral. Segundo a filosofia, é a parte da metafísica que estuda o ser em geral e suas propriedades transcendentais.

Ou seja, o processo tem início no espaço, no entanto, por mais que o ator tencione cometer a ação, esteja convicto, ou necessitado, se o espaço não for adequado para tal, sua empreitada será muito perigosa a ponto de não valer a pena correr o risco. O espaço é condicionador, elemento fundamental na tomada de decisão, de suas características dependerá o sucesso do delinqüente.

Diante dessa lógica, as opções teóricas aqui adotadas se complementam na medida em que enfocam mutuamente espaço como elemento condicionante da oportunidade.

As teorias sociais tratam das questões relativas ao delinqüente propriamente dito, sua motivação, seu *modus operandi*, como as políticas públicas podem integrá-lo à sociedade, através do esporte, da educação de qualidade, saúde preventiva, programas de inclusão social, de capacitação, enfim, uma vasta diversidade de ações que ao longo do tempo têm se mostrado eficientes.

Não é por acaso que as questões sociais estão mais em evidência, pois produzem impacto mais volumoso nos resultados das políticas, o que não exclui as intervenções físicas e ambientais no rol de medidas eficazes na redução da violência urbana. São medidas ao alcance do poder público tanto quanto as demais, construídas sob vários enfoques, embasadas em vários campos disciplinares e de responsabilidade particular dos urbanistas.

2.3 REFERENCIAL PRÁTICO - Políticas de Segurança Pública

Aqui serão tratadas as experiências práticas no âmbito da segurança pública a fim de se conhecer seu arcabouço institucional, as várias faces, áreas envolvidas, direcionamentos e ações possíveis. Para tanto, foram listados aspectos positivos de ações implementadas ou projetadas de políticas de segurança de localidades que têm se destacado na literatura, citando o que para a essa pesquisa se julgou enriquecedor.

Não se pretende aqui elaborar uma política, ou criticar políticas, o que se quer é compreender a justa medida que cabe ao urbanista nesse processo decisório tão complexo, existente desde sempre, pois o homem, antes mesmo das cidades muradas com fosso ao redor, vinha buscando sua proteção, traçando estratégias para manter a segurança de seu grupo.

Serão apresentados, brevemente, exemplos trazidos da Inglaterra, Estados Unidos, Holanda, Senegal e Colômbia, sendo que a pesquisa deste último mostrou haver, por parte de

vários autores, institutos e governos, particular interesse nos resultados obtidos. Serão também apresentados os exemplos de Diadema e Jardim Ângela em São Paulo.

Em geral, as políticas de segurança pública praticadas fora do Brasil têm seu direcionamento pautado na multidisciplinaridade, diferentemente do que é usualmente adotado aqui, onde a força policial ocupa espaço central no desenvolvimento e implementação das ações de repressão e prevenção.

No entanto, a mesma força policial que traça planos, elabora políticas e os implementa é alvo freqüente de críticas da Anistia Internacional - AI. Essa entidade de defesa dos direitos humanos acusa o Brasil de tolerar a tortura nas instituições policiais, não investigar e não punir.

O Informe Anual de 2004 da entidade trata da questão trazendo vários depoimentos. Entre outros, destaca-se:

A tortura continua a ser uma prática sistemática e generalizada na maioria das prisões e delegacias de polícia, assim como também durante o processo de detenção. [...] Os detentos em delegacias de polícia, prisões e centros de detenção juvenis continuaram a ser encarcerados em condições cruéis, desumanas e degradantes. Foram amplamente relatados casos de superlotação, más condições sanitárias, acesso limitado a serviços de saúde, uso persistente da tortura, rebeliões e violência entre os próprios presos (ANISTIA INTERNACIONAL, 2004).

Segundo Agência de Notícias BBC Brasil (2001), a AI afirma que o país ainda não consegue proteger as testemunhas que denunciam a prática de tortura; há falta de preparo da polícia e dos agentes penitenciários.

A entidade denunciou, conforme Agência de Notícias AFP (2007), a ineficiência do Estado na luta contra a violência no Brasil e atribuiu parte do problema à corrupção no país, afirmando que o envolvimento de servidores em atividades delitivas teria derivado em violações dos direitos humanos e no aumento da delinquência organizada em todo o país.

Em matéria publicada no sítio de notícias do portal Universo Online – UOL News (2007), a Anistia Internacional afirma que os governos federal e estaduais não dão respostas reais à questão da segurança pública e que a maioria das ações planejadas pelo governo são "reativas", quando deveriam ser de caráter preventivo e educativo.

2.3.1 Exemplos de Políticas de Segurança Pública

Inglaterra, Estados Unidos e Holanda

O Projeto de Segurança Pública para o Brasil desenvolvido pelo Instituto Cidadania e pela Fundação Djalma Guimarães traz informações sobre experiências internacionais na prevenção da criminalidade. Apresenta iniciativas que se mostraram eficientes na redução dos fatores de risco à prática da delinquência na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Holanda:

- 1) uso de programas de estímulo a habilidades sociais e de aprendizado das crianças, nos períodos anteriores e posteriores ao horário escolar, sobretudo em áreas urbanas pobres;
- 2) visitas a famílias vulneráveis para promover a capacidade dos pais no exercício da paternidade e da maternidade, em todas as suas dimensões, afetivas, educativas e psicológicas;
- 3) todo tipo de apoio e assistência aos pais;
- 4) estímulo ao desenvolvimento de habilidades sociais e de aprendizado das crianças através de visitas a suas casas, ou via promoção de atividades recreacionais e culturais bem estruturadas;
- 5) oferta de incentivos financeiros e educacionais para que os estudantes completem o segundo grau;
- 6) investimento no reforço da auto-estima e na integração social das crianças e dos jovens em idade escolar, através de programas de vizinhança que proporcionem experiências de pertencimento e troca;
- 7) oferta, no emprego, de oportunidades e de treinamento;
- 8) organização de atividades na escola e depois da escola, voltadas para a cultura da paz;
- 9) trabalho com as famílias dos transgressores primários visando reduzir a disfunção familiar;
- 10) tratamento de transgressores que apresentem problemas de drogadicção³;
- 11) responsabilização dos jovens por práticas de “vandalismo”;
- 12) responsabilização dos proprietários de estabelecimentos onde ocorrem atos de violência;
- 13) iluminação das ruas;
- 14) aumento do número de profissionais que trabalham com vigilância pública (INSTITUTO CIDADANIA; FUNDAÇÃO DJALMA GUIMARÃES, 2002, p.15).

O projeto citado destaca a necessidade de haver um órgão ou unidade central responsável pela articulação de departamentos e secretarias das áreas de polícia, justiça, educação, saúde, serviços sociais, habitação, transporte, planejamento urbano, comunicação, esporte, lazer e cultura. E ainda a importância de haver envolvimento das entidades da

³ A drogadicção caracteriza-se por modificações de comportamento que envolvem um desejo irresistível de tomar a droga de forma contínua ou periódica, a fim de encontrar os efeitos psíquicos específicos (euforia, coragem, alucinações, etc.), resultantes da interação entre um organismo vivo e um produto psicoativo.

sociedade civil, associações comunitárias, a mídia e os cidadãos dispostos a participar, onde a liderança tenha capacidade de articulação para promover a aliança entre os agentes envolvidos.

Senegal, África

No Senegal, África, o projeto de Prevenção à Criminalidade Urbana na Região de Dacar financiado pelas Nações Unidas tenciona tratar a proliferação de atos criminosos praticados diariamente, especialmente os violentos, e, ainda, as várias formas de tráfico, inclusive o de drogas e seu consumo crescente, que, para as autoridades locais, indica claramente o surgimento do crime organizado.

O problema teria origem na inadequação das atividades realizadas pela polícia e pelos serviços de justiça, particularmente, à falta de estreito envolvimento entre os dois órgãos, causando uma sensação de abandono social entre os moradores. O treinamento inadequado das forças policiais quanto às especificidades das ações de prevenção ao crime seria a outra causa.

Conforme publicação da ONU (2004), Promovendo a Prevenção ao Crime, o projeto desenvolvido prevê o resgate da sensação de segurança e a agregação entre os habitantes promovendo a melhoria dos serviços públicos, especialmente os que se referem à manutenção da lei e da ordem e ao exercício da justiça. Compreende as seguintes medidas para prevenção à criminalidade:

- Oferecer a instituições jurídicas e policiais, bem como a autoridades municipais envolvidas em questões legais e administrativas, instrumentos especificamente delineados para atender a suas demandas;
- Proporcionar aos serviços policiais locais e aos centros judiciários os meios materiais necessários à realização de suas funções;
- Aperfeiçoar o treinamento do pessoal que trabalha em ambiente urbano (mediadores, assistentes sociais, oficiais de polícia);
- Propor iniciativas de parcerias que envolvam os diversos elementos sociais e se coordenem com funções judiciárias e com a polícia estadual; e
- Estimular a participação ativa dos grupos populacionais envolvidos, especialmente por meio de pesquisas locais sobre a falta de segurança (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2004, p.20).

Bogotá, Colômbia

Na Colômbia, desde meados da década de 1990, uma reforma na polícia e um conjunto de medidas políticas visando ao tema da segurança vêm provocando mudanças significativas em sua capital, Bogotá, conhecida mundialmente por sua violência. Segundo o Relatório Bogotá-Colômbia do Instituto Pereira Passos (RIO ESTUDOS, 2001), o número de homicídios por cada cem mil habitantes na cidade apresentou redução de mais de 50% em 2000 (CARVALHO, 2001), tendo se mantido em queda desde o início das intervenções.

Outro resultado positivo importante foi a redução das mortes em acidentes de trânsito [...] passou-se de uma taxa de 25 mortes em acidentes de trânsito a cada 100.000 habitantes em 1995 a 8,7 (VELÁSQUEZ, 2006, p.194).

Foram implementados vários projetos e programas orientados à prevenção e à melhoria da convivência cidadã, tendo como premissa a multidisciplinaridade, “não há policiais entre os profissionais de segurança cidadã na municipalidade. São todos sociólogos, politólogos, assistentes sociais, psicólogos, comunicadores sociais etc.” (CASTANHEIRA, 2001, p.7). No entanto, a continuidade dos programas mantida pelos governos que têm se sucedido desde o princípio está entre as características mais relevantes do rol de medidas adotadas.

Entre as várias diretrizes e ações implementadas citadas pelo Relatório do Instituto Pereira Passos (RIO ESTUDOS, 2001) estão:

- Recuperação da credibilidade da polícia [...], todos os policiais passaram a frequentar cursos nas diversas universidades da cidade, cursos [...] que tinham por fim menos o objetivo de formação do que quebrar pouco a pouco a barreira de desconfiança mútua existente entre sociedade e polícia [...]. Ao lado disso, priorizou-se como um outro canal de aprimoramento da imagem policial, campanhas educativas, cujos temas são definidos pela corporação. Os temas os mais diversos, como contaminação visual, poluição do ar, foram meios para se veicular a imagem da nova polícia.
- [...] dentro da diretriz de aproximação entre sociedade e polícia, dois planos desenvolvidos pela polícia metropolitana de Bogotá merecem destaque: a Escola de Segurança Cidadã e as Frentes de Segurança. Nas Escolas de Segurança Cidadã, busca-se capacitar a comunidade [...] de maneira a se desenharem estratégias, que com o apoio da estação de polícia da localidade, permitam oferecer respostas às necessidades de segurança de maneira coordenada, sistemática e orgânica. As Frentes Locais de Segurança, por seu turno, consistem em redes, organizações de caráter comunitário, que integram os vizinhos por quadra, setores, bairros, conjuntos e edifícios, por meio da quais se busca combater o medo, a apatia e falta de solidariedade, frente a ação do delinquente.

- Restauração do tecido social [...] implantação paulatina de uma nova pedagogia capaz de reverter culturalmente a pedagogia do conflito difundida pelo país ao longo de anos pela ação do narcotráfico e da guerrilha. Dois programas da prefeitura que obedecem a essa diretriz merecem destaque: a) as unidades de mediação e conciliação; b) os comitês de violência familiar.
- [...] intervenção na recuperação de espaços críticos em matéria de segurança e convivência.
- Fechamento mais cedo das casas noturnas, à uma hora da manhã, projeto orientado a reduzir a violência juvenil [...];
- Programas de prevenção dos acidentes de trânsito – políticas preventivas com pedestres, controle e sanção dos condutores embriagados, uso de jaleco numerado pelos motociclistas; [...] amplo programa de desarmamento;
- [...] programa Missão Bogotá, que consistia no contrato temporário da população desempregada, de rua, que desempenhava um papel pedagógico e educativo nos espaços públicos, com pedestres, e pequenos infratores.
- [...] montagem de um sistema de tratamento de dados, o Sistema Unificado de Informação e Violência e Delinquência, do qual fazem parte a Prefeitura, a Medicina Legal e a Polícia Metropolitana. A partir do acesso a estes dados, a prefeitura vem delineando planos de ação, com base em diversos estudos encomendados a universidades locais,
- [...] além do planejamento de intervenção nos espaços urbanos. (CARVALHO, 2001, p. 3 a 5).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD trata em vários documentos da revolução, no sentido positivo, ocorrida em Bogotá e cita outras ações implementadas:

- O programa [...] Na primeira etapa, procurou dar o título de propriedade para os moradores que não tinham as escrituras de seus terrenos.
- Junto com esse processo, houve também a regularização dos bairros. [...] Aos moradores de bairros que não puderam ser urbanizados a prefeitura ofereceu casas em locais regularizados [...].
- Cerca de 1.300 locais, para onde foram levados serviços como energia, água potável, esgoto, parques, bibliotecas, creches e escolas.
- Os bairros também receberam delegacias de família [...] e defensorias públicas.
- Para evitar que novas áreas se tornassem favelas, a prefeitura formou uma espécie de “banco de terras”. A administração municipal começou a comprar terrenos de grandes extensões para fazer um planejamento urbano adequado (BEDINELLI, 2007).

A Folha de São Paulo também ofereceu largo espaço para divulgação das práticas exitosas da capital colombiana citando em vários artigos aquilo que Dimenstein (2006a) classificou como “a vacina para reduzir níveis de violência, mesmo em lugares pobres, [...] e

não depende de acabar a miséria”. A questão da urbanidade, na série de matérias sobre o assunto, foi abordada como segue:

- Implementaram-se ações sociais que envolvem múltiplas frentes, como reformar espaços públicos, melhorar as escolas, [...] focar em programas de inserção dos jovens.
- Melhorou-se o transporte público nos bairros mais pobres, abriram ciclovias, reservaram, em fins de semanas, as principais vias para pedestres, implantou-se uma gigantesca rede de bibliotecas [...].
- Parques foram feitos em áreas deterioradas [...].
- Usou-se das artes para gerar um senso de pertencimento entre jovens e como mecanismo para retomar as ruas (DIMENSTEIN, 2006a).

E ainda:

- Projetos urbanísticos recuperaram a região central de Bogotá [...] e isso atraiu mais pessoas para as ruas. Praças foram criadas ou reformadas.
- Em Bogotá a concentração (da violência) se repetia num bairro com o sugestivo nome de Cartucho [...] O poder municipal transformou toda aquela área em um imenso parque e tratou de encaminhar seus moradores para outros locais. Para preencher essas regiões recuperadas, a prefeitura decidiu promover constantes shows de música, entre várias outras ações culturais como festivais de teatro e de dança (DIMENSTEIN, 2006b).

Medidas relativas à educação e desarmamento foram também referenciadas:

- [...] o esforço dos governantes em tentar desarmar a guerrilha e os paramilitares.
- Melhorar a educação formal [...] O poder público se empenhou em aumentar a matrícula, reduzir a evasão e, através do treinamento para os professores, oferecer melhor qualidade de ensino (DIMENSTEIN, 2006b).

Foram abertas várias frentes de trabalho, melhorias na educação, transporte, policiamento, espaços públicos, alteração da legislação, regularização da terra, ou seja, profissionais de todas as áreas do conhecimento contribuíram para que a comunidade como um todo ganhasse em qualidade de vida.

Diadema

No fim da década de 1990, Diadema estava entre as três cidades mais violentas da Região Metropolitana de São Paulo, conforme sítio oficial do Ministério da Justiça, Tabela 1. Entretanto, Lemgruber (2005) informa que “em junho de 2001 foi realizado um levantamento dos homicídios na cidade: 60% deles ocorriam entre 11 horas da noite e 6 horas da manhã em bares ou em áreas próximas”. A partir dessa identificação, que sugeria uma correlação entre

abuso de álcool e violência, foi sancionada, em julho de 2002, a lei municipal que determinou o fechamento dos bares após as 23 horas. Em um ano, os homicídios foram reduzidos em 54%.

Tabela 1 – Distribuição do Número de Vítimas de Homicídios nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, entre os anos de 1998 e 2002.

Município	Número de Vítimas de Homicídios					% de vítimas de Homicídios no período
	1998	1999	2000	2001	2002	
São Paulo	6129	6858	6579	6203	6030	57,10%
Guarulhos	738	813	832	806	807	7,20%
Diadema	479	499	400	322	338	3,70%
São Bernardo do Campo	380	442	459	340	296	3,40%

Fonte: Ministério da Saúde / Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Organização dos dados: Ministério da Justiça - MJ/ Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, (BRASIL, 2003).

Nesse período outras medidas foram adotadas pela municipalidade para mudar o quadro incômodo a que estava exposta a população. O Primeiro Plano Municipal de Segurança da cidade foi implementado a partir de 2001, sendo que todas as ações previstas foram adotadas.

- Criação de Secretaria de Defesa Social e mapeamento da criminalidade;
- Implementação da Lei de fechamento de bares;
- Integração das Polícias Civil e Militar e a Guarda Civil Municipal;
- Criação do Conselho Municipal de Segurança;
- Aumento do efetivo da Guarda Municipal;
- Criação da Operação Anjos do Quarteirão;
- Projeto Adolescente Aprendiz, dirigido a jovens de 14 e 15 anos moradores de áreas de risco social;
- Políticas sociais articuladas:
 - Iluminação pública;
 - Urbanização de favelas;
 - Aumento do número de creches;
 - Projetos de educação de jovens e adultos;
 - Programas de saúde para mulheres e crianças;
 - Formação profissional para jovens;
 - Projetos comunitários de esporte, cultura e lazer;
- Instalação de câmeras de monitoramento;
- Operações de fiscalização;

- Fiscalização do fechamento de bares e de estabelecimentos irregulares, poluição sonora e comércio informal;
- Lançamento de 3 grandes campanhas:
 - Desarmamento efetivo;
 - Desarmamento infantil;
 - Conscientização e Prevenção ao Uso e Abuso de álcool e drogas (DIADEMA, 2005).

Em vista dos resultados positivos alcançados, a prefeitura municipal participou em 2005 do 11.º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Justiça Penal, em Bangcoc, Tailândia, onde expôs suas experiências, que hoje inspiram outros municípios na elaboração de seus planos e políticas de segurança pública.

Jardim Ângela, São Paulo

O Jardim Ângela, localizado na zona sul da capital paulista, foi considerado em 1996 a região mais violenta do planeta pela Organização das Nações Unidas (ONU), chegando a superar os índices de cidades como Cáli, na Colômbia, que atravessava um dos piores períodos da guerra do narcotráfico.

Em 1999 foi realizada pesquisa que apontou a existência de um bar para cada dez moradores do bairro (MONTEIRO FILHO, 2006). No entanto, com investimentos em segurança pública, intensa mobilização da sociedade e com a participação de organizações não-governamentais os índices de violências tiveram queda expressiva, passando de 385 assassinatos registrados em 1996, para 172 em 2004 (BRANCATELLI, 2005), representando uma redução de 55% nesse tipo de delito.

Várias foram as ações implementadas, sendo a maior contribuição dada pela própria comunidade (MONTEIRO FILHO, 2006), porém a miséria e o desemprego continuam presentes.

Sobre a experiência no Jardim Ângela, Dimenstein (2005a) afirma com entusiasmo:

Graças à sofisticação do aprendizado e do conhecimento acumulado sobre prevenção da violência, o que se montou ali foi não uma escola, mas uma universidade anticrime, para a qual o país precisa prestar vestibular.

Várias fontes divulgaram ações realizadas no bairro. Entre elas, a ONG Repórter Brasil destacou (MONTEIRO FILHO, 2006):

- Criação do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, para o desenvolvimento de políticas específicas e trabalho na prevenção de crimes. Faz a triagem das crianças e adolescentes e o encaminhamento para os serviços competentes, realiza tratamento, atendimento psicológico e assistência social. Oferece oficinas nas escolas para capacitar educadores a prevenir esse tipo de violência;
- Criação da entidade Redescobindo o Adolescente na Comunidade (RAC) que atende jovens que tenham cometido infrações e cumpram medidas sócio-educativas, ou que vivam em situação de vulnerabilidade, isto é, que convivam de perto com miséria e criminalidade graves. Realiza oficinas de hip-hop e cursos profissionalizantes de cabeleireiro, montagem de computadores, e ainda, cursos de dança, grafite e oficina de cinema;
- Campanhas pelo desarmamento;
- Aplicação da Lei Seca, que obriga o fechamento dos bares às 23h;
- Programa Escola da Família, que determina a abertura de escolas públicas aos fins-de-semana.

A revista Veja São Paulo publicou longa matéria em 2005 sobre a diminuição da criminalidade no estado de São Paulo. Seguem algumas das ações efetivadas no Jardim Ângela por ela citadas (BRANCATELLI, 2005):

- Criação, com a ajuda de moradores, de uma creche, um centro para idosos, cursos profissionalizantes para donas-de-casa e diversas atividades para adolescentes, de aulas de hip hop a oficinas de pizzaiolo;
- Investimento da PM no policiamento comunitário;
- Atuação de organizações não-governamentais que oferecem alternativas econômicas e de lazer à população de baixa renda.

A Folha de São Paulo também dedicou espaço para as conquistas desse bairro. Entre outras, citou as ações (DIMENSTEIN, 2005b):

- Escolas estaduais e municipais levaram os temas ligados à violência para dentro de sala de aula, tentando sensibilizar os alunos;

- Liberação de recursos para que pessoas pudessem montar seu próprio negócio (programa do governo do estado);
- Criação de um centro para a prevenção e o tratamento do abuso de álcool e de drogas pela Universidade Federal de São Paulo;
- Reforma de algumas praças, outras foram criadas; espaços abandonados ou pouco usados transformaram-se em áreas de lazer, esporte e cultura.

2.3.2 Considerações sobre Políticas de Segurança Pública

Os trabalhos e documentos estudados mostraram que as políticas efetivas de segurança pública em geral possuem um forte caráter social, e não poderia ser diferente. Mostraram também que várias áreas do conhecimento podem contribuir para que resultados mais amplos e duradouros sejam alcançados no combate à criminalidade.

3 VÁRIAS DIMENSÕES PARA CONSTRUÇÃO DA SEGURANÇA

Nesse capítulo serão apresentados os métodos e procedimentos utilizados nos levantamentos de campo e breve histórico do Distrito Federal e da Região Administrativa de Taguatinga, onde estão localizados os espaços públicos adotados para o presente estudo.

3.1 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA DE CAMPO

Conforme dito, o objetivo geral da presente pesquisa é contribuir para produção e adequação de espaços urbanos abertos seguros. Assim, para análise da dinâmica desses espaços foram pesquisadas tanto as dimensões física e ambiental, quanto a comportamental.

3.1.1 Análise bioclimática do espaço público

A proposta de Romero (2001) para análise e tratamento ambiental do espaço público objetiva,

[...] não apenas a descrição dos elementos encontrados, mas também a descoberta de constantes que fazem desse espaço aberto um elemento harmônico com as atividades que nele se desenvolvem (ROMERO, 2001, p.143).

Visa transformá-lo em “mediador entre clima externo e o ambiente no interior do espaço público demarcado”, onde este é “tratado como uma unidade, na qual os elementos ambientais, climáticos, históricos, culturais e tecnológicos” se inter-relacionam “como estímulos dimensionais” (ROMERO, 2001, p.153) promovendo sua ordenação.

Nesse estudo, os espaços públicos exteriores urbanos são definidos

[...] como aqueles espaços fundamentais que condicionam frequentemente os espaços construídos, aqueles que lhes conferem às vezes suas formas, seus relevos, suas características. São elementos essenciais da paisagem urbana, pois constituem os espaços da vida, permitindo perceber a cidade (ROMERO, 2001, p.153).

A análise bioclimática se dá a partir de macro-categorias temáticas, o espaço e o ambiente, que são verificadas concomitantemente para determinação das inter-relações existentes.

Os componentes espaciais são estudados em três partes, o entorno, a base e a superfície fronteira, definidos pela autora como segue,

O entorno compreende o espaço urbano mais imediato do espaço público em questão; a base corresponde ao espaço sobre o qual se assenta o espaço público; a superfície fronteira corresponde ao espaço que forma o limite ou marco do espaço arquitetônico que nos interessa (ROMERO, 2001, p. 154).

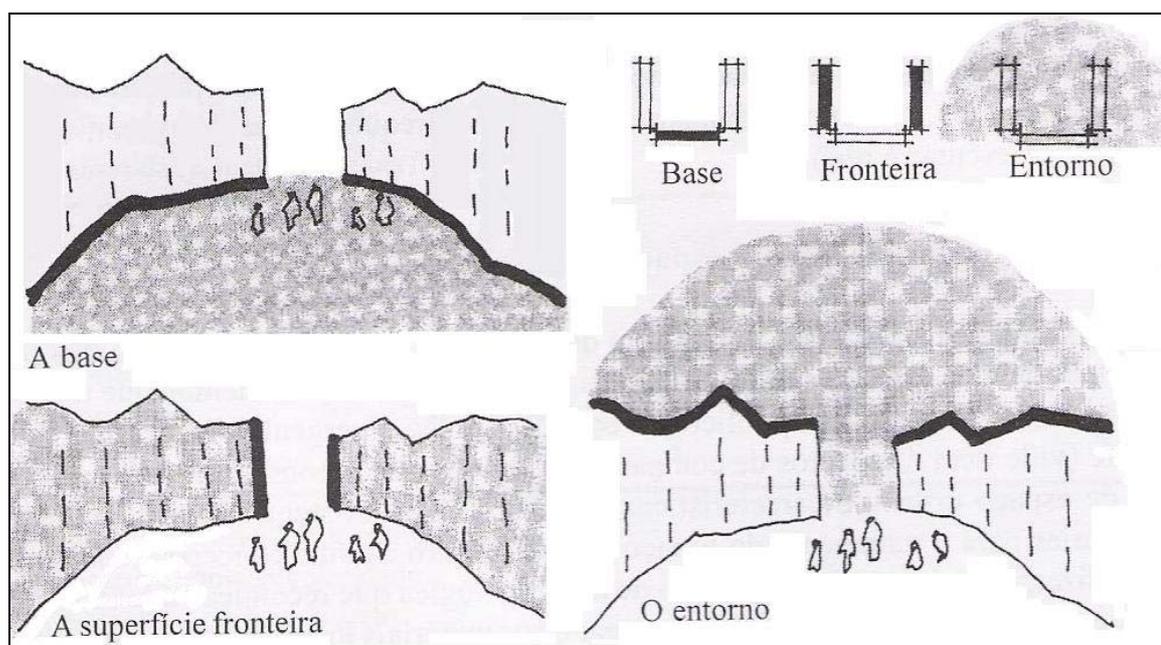


Figura 5 – O entorno, a base e a superfície fronteira.

Fonte: Romero (2001, p.154)

A ferramenta proposta por Romero (2001, p.153) para a coleta e a análise dos dados é a Ficha Bioclimática, “instrumento primordial e organizador do método; ela permite a exposição, tanto discursiva como gráfica dos dados”. Os componentes espaciais e ambientais são registrados de forma acessível e simples, possibilitando “uma rápida apreciação das características essenciais do espaço analisado”. A organização apresentada na ficha contempla as grandes categorias, espacial e ambiental, bem como as três categorizações espaciais acima citadas.

Nessa ficha, os elementos espaciais e os ambientais estão agrupados tematicamente, existindo entre eles uma correspondência outorgada pelas características inerentes ao entorno, à base e à superfície fronteira. Assim, por exemplo, pode-se verificar no entorno, ao mesmo tempo, a exposição do espaço ao sol, ao vento, ao som (espaciais) e como essa exposição, do ponto de vista ambiental, oferece respostas de ressonância, de radiação, de velocidade do ar, entre outras (ambientais) (ROMERO, 2001, p. 157).

		ESPACIAIS	AMBIENTAIS	
ENTORNO	ACESSOS	SOL	SENSAÇÃO DE COR	COR
		VENTO	RESSONÂNCIA DO RECINTO SOMBRA ACÚSTICA	SOM
		SOM	DIRETA DIFUSA REFLETIDA	RADIAÇÃO
	CONTINUIDADE DA MASSA	UMIDADE RELATIVA TEMPERATURA DO AR VELOCIDADE DO VENTO	CLIMA	
CONDUÇÃO DOS VENTOS				
A BASE	COMPONENTES E PROPRIEDADES FÍSICAS DOS MATERIAIS	ÁREA DA BASE	TEMPERATURAS SUPERFICIAIS ALBEDO	
		PAVIMENTOS VEGETAÇÃO	AMBIENTE SONORO	SOM
		ÁGUA MOBILIÁRIO URBANO	VARIAÇÃO SAZONAL CONJUNTO DE CORES TONALIDADE	COR
			MANCHAS DE LUZ ESTÉTICA DA LUZ	
A FRONTEIRA	CONVEXIDADE CONTINUIDADE DA SUPERFÍCIE		LUMINÂNCIA	LUZ
		TIPOLOGIA ARQUITETÔNICA	INCIDÊNCIA DA LUZ DIREÇÃO DO FLUXO	
	TENSÃO DETALHES ARQUITETÔNICOS	ABERTURAS	ABSORÇÃO REFLEXÃO	CLIMA
	NÚMERO DE LADOS		MATIZES CLARIDADE	COR
	ALTURA		PERSONALIDADE ACÚSTICA	SOM
	ÁREA TOTAL DA SUPERFÍCIE		QUALIDADE SUPERFICIAL DOS MATERIAIS	

Figura 6 – Ficha Bioclimática
Fonte: Romero (2001, p. 158)

Podem, ainda, ser centrados-na-pessoa, em que apresentam os movimentos e as atividades das pessoas durante um período de tempo. A escolha do mapa a ser utilizado se dá conforme objetivo específico do estudo.

Mapeamento Comportamental Centrado no Espaço					
Endereço					
Observador					
Data					
Hora					
Atividade	SETORES				
	1	2	3	4	5
Andando					
Bebendo					
Brigando					
Conversando					
Dormindo					
Esperando transporte					
Jogando cartas, dominó					
Lanchando					
Lendo					
Limpando					
Namorando					
Parado					
Recreação					
Sentado					
Trabalhando					
Observações:					
<hr/>					

Figura 8 – Formulário utilizado no levantamento de campo

Na presente pesquisa, optou-se pela observação centrada-no-lugar, vez que o propósito é estudar as praças, ou seja, o lugar, e não aprender algo sobre os indivíduos usuários das mesmas, o que apontaria para observação centrada-na-pessoa. Segundo Elali (1997), a principal vantagem dessa ferramenta diz respeito à sua linguagem facilmente decodificável.

Para o levantamento de dados, decidiu-se por adaptar o formulário proposto por Sommer & Sommer (1980), conforme figura 8, ou seja, os campos relativos à “atividade” foram preenchidos antes da visita a campo. As atividades observadas, que não constavam do formulário, foram acrescentadas por ocasião do levantamento, como pode ser conferido no Apêndice A.

Conforme Barker (1968 apud CARNEIRO, 1997) *behavior setting*, ou cenário comportamental, é a unidade ou conjunto natural relacionado com a organização dos acontecimentos da vida diária, na qual se desenvolve o comportamento ou a ação humana.

É limitado concretamente no tempo e no espaço, onde certos modelos de comportamento ou ação, que ocorrem dentro de um meio mais ou menos específico, acontecem sempre de forma semelhante. O autor destaca o fato de que o indivíduo no *behavior setting* não está somente em inter-relação com o físico ou material-espacial, mas também com os outros indivíduos desse cenário.

Barker (1968 apud CARNEIRO, 1997) descreveu os *behavior settings* através das características listadas a seguir.

- Localização geográfica determinada;
- Delimitação temporal - pode se limitar a uma ocorrência em certo dia, como um determinado concerto de rock, ou pode ocorrer em série, por exemplo, o culto dominical às 19 horas;
- Modelos de ação - são categorias de atividades, por exemplo, atividade educacional, de administração, de alimentação, de saúde física, profissional, recreacional, religiosa;
- Mecanismos de comportamento - afetivo, de motricidade ampla, de motricidade fina, de falar e de pensar;
- População que participa do *behavior setting*, podendo a ela serem atribuídos diferentes atributos como, idade, sexo, classe social etc.;

- Inserção - diz respeito às posições funcionais correspondentes aos participantes ou a papéis de participação. É sistematizada em subcategorias:
 - Espectador - é aquela pessoa que, embora presente, não participa formalmente dos modelos de ação do *behavior setting*, por exemplo, aquela pessoa que acompanha uma amiga a uma consulta médica,
 - Convidado - é aquela pessoa que é bem-vinda no *behavior setting*, pode demonstrar aprovação ou desaprovação, mas participa neste com pouca força,
 - Diretores ou o diretor - desenvolvem o papel de autoridade nas zonas de inserção mais centrais, por exemplo, o regente de uma orquestra que se apresenta na abertura de um festival de inverno;
- Pressão - se refere ao grau de pressão de um *behavior setting* para que determinados grupos da população entrem e participem ou não dele ou de um outro determinado *behavior setting*;
- Autonomia - grau de independência do *behavior setting* como um todo de influências externas;
- Bem-estar - se refere ao grau em que o *behavior setting* satisfaz as necessidades de diferentes subgrupos de sua população.

Carneiro (1997) avalia que para projetar um levantamento

[...] determina-se como deve ser a coleta de dados para uma certa análise de *behavior setting*, que tipos de dados seriam suficientes para isto e quais não seriam. Embasado em um paradigma construído desta forma, problemas de pesquisa podem ser levantados e investigados em detalhes, localizando-os no fluxo de acontecimentos da vida diária (CARNEIRO, 1997, p. 373).

Assim, em consonância com os objetivos da presente pesquisa, foram incorporadas somente as três primeiras características acima listadas na determinação do formulário a ser aplicado. Ou seja, foram previamente definidas a localização das observações em função da setorização, as atividades recorrentes dos indivíduos no espaço e os intervalos regulares para observação.

As áreas foram divididas em setores, conforme figuras 9 e 10, de forma a espacializar as atividades desenvolvidas e facilitar o levantamento de dados.



Figura 9 – Foto Aérea da Praça do Bicalho
 Fonte: www.google.com, acesso em 05 de julho de 2007.



Figura 10 – Foto Aérea da Praça do DI
 Fonte: www.google.com, acesso em 05 de julho de 2007.

Para construir o mapa, o observador permanece estacionário anotando os comportamentos dos transeuntes nos períodos estabelecidos, e, ainda, os eventos não previstos, mas de relevância para o trabalho, nas linhas reservadas para observações na parte inferior do formulário. Adotou-se intervalo de 30 (trinta) minutos entre cada registro.

3.2 ÁREA DE ESTUDO

Pode-se afirmar que a identidade da comunidade de Taguatinga está em formação, pois, assim como Brasília, Taguatinga é um núcleo urbano jovem. Os laços que promovem o sentimento de pertencimento estão em construção, criando raízes, agregando valores e produzindo a cultura local.

Para as gerações que ali se instalaram há décadas, há a releitura de valores, a nostalgia, às vezes o conflito com outras culturas e hábitos. Para as novas gerações, há a riqueza de informações e a criação de algo novo e original, certamente com bases fincadas na herança cultural familiar.

Essa nova identidade, em busca de um caminho próprio, em busca de uma cultura comum, ainda que diversificada, pode ser alcançada com intervenções urbanísticas por meio da implantação de símbolos, da criação de espaços e da promoção de atividades que produzam o senso comum e a coletividade cidadã. Nesse sentido, os espaços selecionados oferecem diversas possibilidades de intervenção, em particular a Praça do Bicalho, conforme será mostrado no decorrer do trabalho.

Conforme definido por Lynch (1997), a imagem da cidade possui cinco elementos principais, são eles as vias, os limites, os bairros, os pontos nodais e os marcos. Assim, ao se classificar uma praça com base nessa definição, pode-se obter um espaço que seja, ao mesmo tempo, ponto nodal e marco, dependendo de suas características. É o caso de ambas as praças estudadas, e isso faz delas um forte elemento urbano de convergência, possibilitando, por meio de intervenções direcionadas, o estímulo à criação da identidade e do sentimento de pertencimento pretendidos. Portanto, no presente capítulo, foram dedicadas breves considerações a respeito desse importante espaço urbano público, a praça.

Porém, para a criação e o fortalecimento da identidade e do sentimento de pertencimento, pelo reforço ou implementação de símbolos, conforme sugere Lynch (1997), e aprimoramento das qualidades ambientais, conforme preconiza Romero (2000, 2001), faz-se necessário conhecer o passado e presente dos espaços estudados e da comunidade nele instalada. Assim, esse capítulo se destina, de forma particular, à contextualização histórica da área de estudo.

3.2.1 Praça

Espaço urbano público, em geral livre de edificações, propriedade do pedestre. Local de permanência, descanso, trocas, espetáculos, contemplação e recreação, a praça reúne, atrai, faz convergir pessoas e atividades.

Como pode acontecer com espaços públicos ou privados, as praças estudadas no presente trabalho tiveram sua destinação alterada no decorrer do tempo. Serviços públicos não

previstos em seu entorno, ou subdimensionados, foram a elas incorporados, diminuindo, assim, a área destinada ao local do encontro, das práticas sociais comunitárias.

Símbolo de liberdade na Grécia Antiga e de poder na Roma Antiga. Para gregos e romanos, na ágora ou no fórum, esses espaços possuíam aspecto simbólico de relevada importância em suas culturas. Ser cidadão na Grécia significava participar das discussões realizadas na praça pública - a ágora - em prol do bem comum da cidade - a pólis.

Conforme descreve Benévolo (1993), na ágora, ou praça do mercado, era onde a assembléia dos cidadãos se reunia “para ouvir as decisões dos chefes ou para deliberar, [...] ou então, nas cidades maiores, um local ao ar livre expressamente apresentado para tal” (BENÉVOLO, 1993, p.76).

A praça também tem sido elemento de ligação entre igreja e cidade. São tantas as que abrigam grandiosos templos onde fiéis se dirigem regularmente em busca do conforto espiritual e do convívio social.

Muitas, hoje, perderam função para os *shoppings centers* e se reduziram à mera passagem, a pequenas áreas verdes subutilizadas cravadas em grandes centros urbanos ou apenas a estacionamentos. Abandonadas, são palco da violência urbana, morada dos “sem teto”, ponto de tráfico de drogas e de prostituição. Local onde a infância é perdida e onde se instalam a delinquência juvenil e a homofobia. Onde a lei em vigor é a do “mais forte”, onde não há vida social (saudável) ou comercial, segurança, crianças brincando e vida pulsando.

Diante desse panorama, seu esvaziamento é inevitável, o ciclo desocupação-violência se fortalece e o resultado é um fragmento a mais na malha urbana que não pertence a ninguém e que atrai para si o pior do seu entorno.

Bem administradas e adequadamente projetadas, são apropriadas pela comunidade, geram identidade, produzem vínculo, agregam valor social e econômico para si e para a vizinhança. Além de melhorar a qualidade de vida das pessoas, dão vitalidade ao entorno e, muitas vezes, impulsionam a dinâmica socioeconômica regional. Assim, garantem a sustentabilidade no espaço e no tempo das atividades nelas implantadas, pois espaços públicos reféns da violência não têm capacidade de garantir continuidade social ou econômica, mas sim desocupação e distorção de uso.

Por isso, é necessário definir o papel das praças em nossa sociedade, valorizar seu potencial agregador em benefício de toda a comunidade, não somente a local. A partir de então, será possível contribuir com as ferramentas que a arquitetura e o urbanismo dispõem para produzir espaços inibidores de crime com tipologia e mobiliário adequados e para a amenização dos problemas sociais. Afinal, como afirma Romero (2001, p. 29), “a praça é, na atualidade, o único lugar propício à permanência e ao desenvolvimento de atividades sociais não consumistas”.

3.2.2 Histórico do Distrito Federal

A mudança da capital do Brasil, do Estado do Rio de Janeiro para o meio do cerrado no Planalto Central, no fim da década de 50, atraiu milhares de brasileiros de todos os cantos do país para trabalhar em sua construção.

Trabalhadores sem emprego e com esperança de melhoria de vida dirigiram-se maciçamente para o grande canteiro de obras de Brasília, confiantes em certa estabilidade de vida e na possibilidade de realizar algum projeto familiar. “Candangos”, como foram chamados logo de início [...] arranjavam-se em alojamentos das obras sob estreita vigilância da empresa ou improvisavam moradias em barracos de madeira velha, latas, folhas de zinco e sacos de cimento. [...] desde seu início, Brasília teve um papel de cidade-frente pioneira, exercendo forte atração sobre as correntes migratórias em busca de um mercado de trabalho volumoso e estável (SOUSA; MACHADO; JACCOUD, 1996, p. 56).

Como informa o sítio oficial da Secretaria de Turismo do DF, os pioneiros foram chegando com suas famílias e se instalando em regiões ao redor do Plano Piloto.

Inicialmente, essas regiões serviam apenas como cidades-dormitório, mas com o passar do tempo e com o aumento do número de migrantes, começaram a adquirir autonomia.

Em 1964, o Distrito Federal foi desmembrado em 8 Regiões Administrativas - RAs, unidades dependentes política e economicamente, criadas para facilitar o gerenciamento das atividades governamentais, que, conforme explica Doyle (2002),

São apenas o que o nome diz: Regiões Administrativas. Não são municípios nem conformam por si uma cidade. Região administrativa é apenas um recurso burocrático para administrar descentralizadamente.

Atualmente existem 29 RAs formalmente. As 10 mais recentes, criadas após 2003, não têm suas poligonais⁴ definidas por lei e parte das mais antigas necessita de revisão. Em função disso, os dados sobre população, área, criminalidade, etc., estão vinculados às RAs com poligonais.

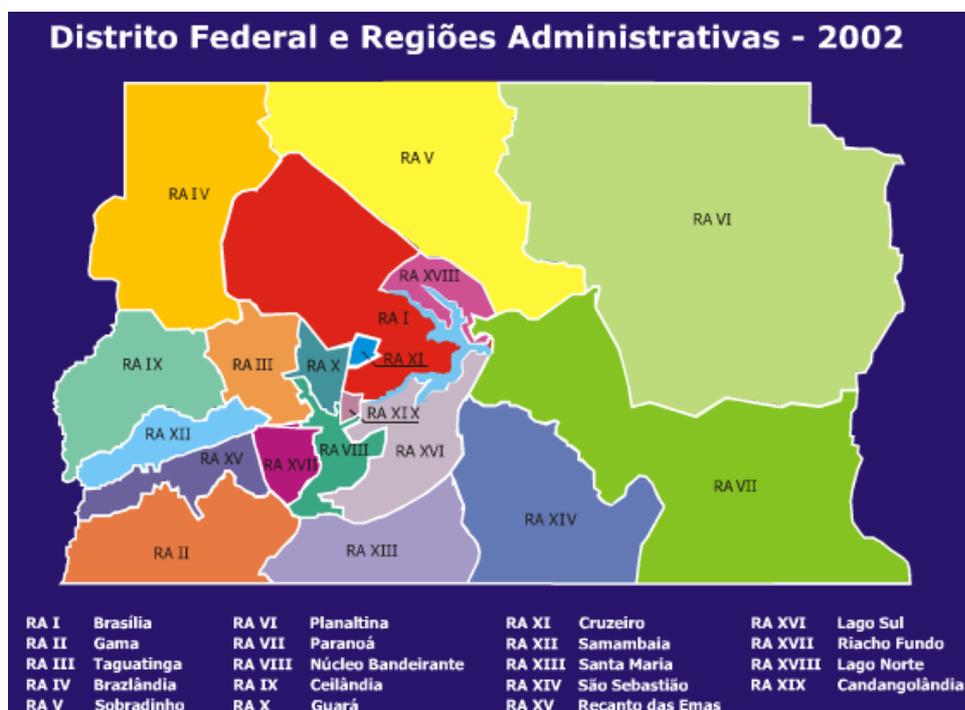


Figura 11 – Mapa das Regiões Administrativas do DF
Fonte: Anuário Estatístico do Distrito Federal, 2002.

Segue lista nominal e de numeração:

- RA I – Brasília,
- RA II – Gama,
- RA III – Taguatinga,
- RA IV – Brazlândia,
- RA V – Sobradinho,
- RA VI – Planaltina,
- RA VII – Paranoá,
- RA VIII – Núcleo Bandeirante,
- RA IX – Ceilândia,
- RA X – Guará,

⁴ Poligonal: entidade gráfica que representa o limite político da região administrativa. É formada pela seqüência fechada de segmentos de reta com comprimentos e direções entre pontos do terreno obtidos por meio de medições.

- RA XI – Cruzeiro,
- RA XII – Samambaia,
- RA XIII – Santa Maria,
- RA XIV – São Sebastião,
- RA XV – Recanto das Emas,
- RA XVI – Lago Sul,
- RA XVII – Riacho Fundo,
- RA XVIII – Lago Norte,
- RA XIX – Candangolândia.

Tabela 2 – Regiões Administrativas do DF – Área e Densidade Demográfica

Regiões Administrativas	Extensão Territorial (km ²)		Densidade Demográfica		Densidade Demográfica
	Urbana	Rural	Total	(Total) hab/km ²	(Urbana) hab/km ²
Brasília – RA I	26,3	445,8	472,1	420	7.267
Brazlândia – RA IV	5,2	469,6	474,8	111	8.605
Candangolândia – RA XIX	1,3	5,3	6,6	2.365	12.242
Ceilândia – RA IX	29,1	201,2	230,3	1.494	11.711
Cruzeiro – RA IX	8,9	0	8,9	7.178	7.178
Gama – RA II	15,4	261,0	276,3	473	8.221
Guará – RA X	10,2	35,2	45,5	2.538	11.223
Lago Norte – RA XVIII	14,8	51,3	66,1	447	1.941
Lago Sul – RA XVI	282	155,2	183,4	153	909
N. Bandeirante – RA VIII	1,7	78,7	80,4	453	20.704
Paranoá – RA VII	2,8	850,5	853,3	64	14.480
Planaltina – RA VI	11,3	1.523,4	1.534,7	96	10.816
Recanto das Emas – RA XV	8,8	92,4	101,2	922	10.431
Riacho Fundo – RA XVII	2,2	53,9	56,0	739	18.678
Samambaia – RA XII	34,7	71,0	105,7	1.555	4.704
Santa Maria – RA XIII	7,3	208,6	215,9	457	13.091
São Sebastião – RA XIV	4,6	379,2	383,7	168	12.759
Sobradinho – RA V	12,3	560,3	572,6	225	9.717
Taguatinga – RA III	30,2	91,4	121,6	2.004	8.022
Totais - Médias	255,3	5.533,9	5.789,2	355	7.685

Fontes dos dados primários: Anuário Estatístico do Distrito Federal - 2000 e Censo Demográfico 2000 (IBGE).

RAs que não possuem poligonal definida:

- RA XX - Águas Claras (até então fazia parte da RA de Taguatinga),
- RA XXI - Riacho Fundo II,
- RA XXII - Sudoeste / Octogonal (fazia parte da RA do Cruzeiro),

- RA XXIII - Varjão (fazia parte do Lago Norte),
- RA XXIV - Park Way,
- RA XXV – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA,
- RA XXVI - Sobradinho II,
- RA XXVII - Jardim Botânico,
- RA XXVIII – Itapoã,
- RA XXIX – Setor de Indústria e Abastecimento – SIA.

3.2.3 Histórico das Regiões Administrativas

A primeira referência oficial às cidades-satélites, como inicialmente eram chamadas as atuais Regiões Administrativas, se deu pela Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, que dispunha sobre a organização administrativa do Distrito Federal. Seu artigo 4º estabelecia que, entre outras obrigações,

Ao Distrito Federal, no desempenho da missão de promover o bem comum, incumbe: a) zelar pela cidade de Brasília, pelas cidades satélites e comunidades que a envolvem, no território do Distrito Federal [...].

Em 1961, a estrutura da então Prefeitura do Distrito Federal foi alterada pelo Decreto n.º 43, de 28 de março de 1961. Foram criadas as Subprefeituras de Planaltina, Taguatinga, Sobradinho, Gama, Paranoá, Brazlândia, e Núcleo Bandeirante. Este decreto convalidou a administração regionalizada nas cidades locais.

A divisão em Regiões Administrativas foi estabelecida através da Lei n.º 4.545, de 10 de dezembro de 1964, que tratava da reestruturação administrativa do Distrito Federal. Essa Lei modificou a estrutura básica da Administração do DF, criou nove Secretarias, as Administrações Regionais, como órgãos da administração descentralizada, e, ainda, as oito Regiões Administrativas, com numeração e respectiva nomenclatura.

Em seu Artigo 9º, estabelecia que a divisão visava à descentralização e à coordenação dos serviços de natureza local, que cabia à Administração Regional “representar a Prefeitura do Distrito Federal e promover a coordenação dos serviços em harmonia com o interesse público local”.

No ano seguinte, através do Decreto nº 456, de 21 de outubro de 1965, foi definido o funcionamento das Administrações Regionais.

O Decreto n.º 488, de 8 de fevereiro de 1966, fixou os limites territoriais das oito Regiões Administrativas que vigoraram até 1989, quando foram modificados pelo Decreto n.º 11.921, de 25 de outubro daquele ano, agora já contando com doze RAs. Nesse mesmo ano foi aprovada a Lei n.º 49, de 25 de outubro de 1989, que alterou a estrutura da administração do Distrito Federal e extinguiu órgãos, entre outras providências.

Nos anos seguintes foram criadas novas RAs, totalizando as atuais 29.

3.2.4 Região Administrativa de Taguatinga – RA III



Figura 12 – Foto Aérea do Distrito Federal
Fonte: www.google.com, acesso em 05 de julho de 2007.

Taguatinga está localizada a oeste do Distrito Federal. É uma cidade em franco desenvolvimento, com a maior parte de suas infra-estruturas já implantadas, onde são encontrados problemas típicos de grandes cidades contemporâneas como o trânsito confuso e congestionado e transportes urbanos caóticos. Junto a Ceilândia e Samambaia, cidades vizinhas a que se une na malha urbana, compõem o eixo mais povoado do DF.

Possui atividade econômica bem diversificada contando com empresas de comércio atacadista, varejista, prestadoras de serviços e indústrias leves, onde parte da produção é

destinada a países do Mercosul e Europa. Seu desenvolvimento garantiu-lhe auto-suficiência, levando-a a se tornar um pólo de comércio e prestação de serviços de alcance regional, não só atendendo às Regiões Administrativas, como também cidades do entorno do DF (DISTRITO FEDERAL, 2007, p.151).

Como informado, sua poligonal está desatualizada desde que foi desmembrada, ficando parte de sua área destinada à Região Administrativa de Águas Claras, criada pela Lei nº 153, de 06 de maio de 2003.

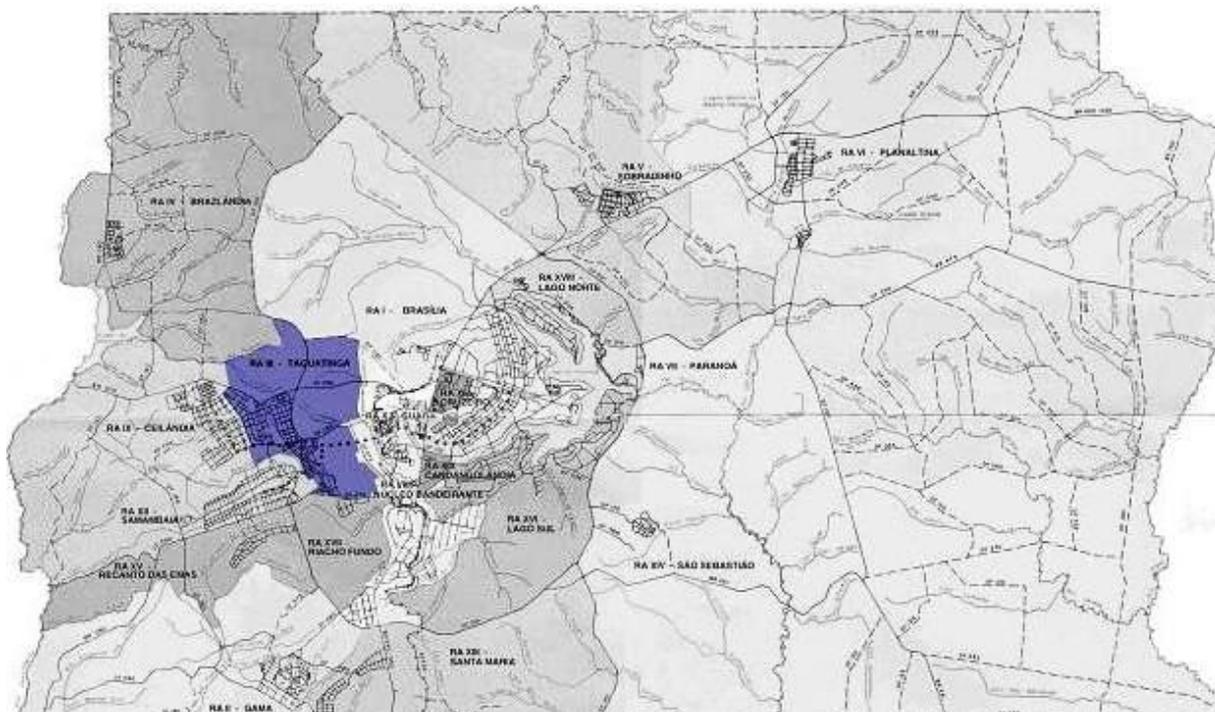


Figura 13 – Região Administrativa de Taguatinga em destaque
Fonte: CODEPLAN (2006)

3.2.4.1 Histórico de Taguatinga

A criação da Região Administrativa se deu pela Lei n.º 4.545, de 10 de dezembro de 1964, depois ratificada pela Lei n.º 49, de 25 de outubro de 1989. Segundo a Coletânea de Informações Socioeconômicas da Codeplan (2006),

A cidade de Taguatinga foi projetada no “Plano Urbanístico de Brasília”, com a finalidade de ser uma cidade dormitório, sendo sua fundação prevista para dez anos após a inauguração de Brasília (CODEPLAN, 2006, p.6).

Conforme sítio oficial da Administração Regional de Taguatinga na rede mundial de computadores, a cidade

Foi implantada em 05 de junho de 1958 em terras do município de Luziânia - Goiás, na Fazenda Taguatinga, a oeste de Brasília. Inicialmente foi chamada de "Vila Sarah Kubitschek", logo depois "Santa Cruz de Taguatinga" e quase foi denominada "Presidente Kennedy" por ocasião da morte do chefe de estado norte-americano sendo então, por último, escolhido Taguatinga.

A rigor, tudo começou quando a Cidade Livre (Núcleo Bandeirante) já estava superpovoada e as invasões proliferavam diariamente. Chegou-se ao extremo de se interceptar caminhões na estrada obrigando-os a retornarem às suas cidades de origem. Foi exatamente nas proximidades desse local, no ponto onde hoje existe a via de ligação entre Taguatinga e o Núcleo Bandeirante, que se formou um núcleo habitacional, com aproximadamente mil pessoas na maioria viajantes deixados à beira da estrada pelos motoristas que, impedidos de atingirem Brasília, abandonavam seus passageiros entregues à própria sorte.

O traçado da cidade tinha sido previsto por Lúcio Costa anteriormente como cidade-dormitório para 25 (vinte e cinco) mil habitantes e deveria nascer 10 anos depois da inauguração de Brasília [...]

O planejamento de Taguatinga não obedeceu a um estudo antecipado, tanto da área como das condições de meio ambiente e outros fatores [...].

3.2.4.2 Localização e Características Socioeconômicas de Taguatinga

Tomando-se por base o mapa com as 19 RAs, figura 11, Taguatinga possui as seguintes divisas:

- Ao norte com as Regiões Administrativas de Brasília e Brazlândia,
- Ao sul com a de Riacho Fundo,
- A leste com as do Guará e Núcleo Bandeirante e
- A oeste com as de Ceilândia e Samambaia.

Além disso, faz divisa com Águas Claras e Riacho Fundo II, RAs que ainda aguardam definição de suas poligonais.

É circundada por duas rodovias Federais, a BR-060 e a BR-070, e por quatro rodovias distritais, a DF-001, EPCT - Estrada Parque Contorno, DF-075 EPNB - Estrada Parque Núcleo Bandeirante, DF-085 EPTG - Estrada Parque Taguatinga e DF-095 EPCL - Estrada Parque Ceilândia.

A RA possui 5 importantes vias, as avenidas Comercial, SAMDU, Central e Hélio Prates, definidas pelo Plano Diretor Local de Taguatinga como pertencentes ao Corredor de Atividades, e ainda a Avenida das Palmeiras. Todas são relevantes, tanto do ponto de vista do

transporte coletivo, fazendo ligação com Ceilândia, quanto do ponto de vista econômico, pois desempenham fundamental papel no comércio regional.

É servida pelo Metrô e conta com três estações: Praça do Relógio, Taguatinga Sul e Centro Metropolitano.

Em 2004, sua população totalizava 223.451 habitantes, conforme Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios. Nesse mesmo ano a população estava distribuída, por faixa etária e por sexo, conforme tabelas a seguir:

Tabela 3 – População, segundo os Grupos de Idade – Taguatinga – 2004.

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO	PERCENTUAL
Até 01 ano	4.737	2,1%
02 a 04 anos	9.093	4,1%
05 a 06 anos	5.663	2,5%
07 a 09 anos	9.065	4,1%
10 a 14 anos	16.225	7,3%
15 a 18 anos	17.695	7,9%
19 a 24 anos	32.750	14,7%
25 a 29 anos	22.677	10,1%
30 a 34 anos	17.069	7,6%
35 a 49 anos	49.030	21,9%
50 a 59 anos	19.111	8,6%
60 anos ou mais	20.336	9,1%
Total	223.451	100,0%

Fonte: SEPLAN; CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD, 2004.

Tabela 4 – População Residente, segundo o Sexo - Taguatinga – 2004.

SEXO	POPULAÇÃO	PERCENTUAL
Masculino	102.415 habitantes	45,8 %
Feminino	121.036 habitantes	54,2 %
Total	223.452 habitantes	100,0 %

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD, 2004.

A distribuição da renda, por amostragem, em 2004, era a seguinte:

Tabela 5 – Distribuição dos domicílios, segundo a renda Domiciliar Bruta Mensal - Taguatinga – 2004.

RENDA	Número de Domicílios	Percentual
--------------	-----------------------------	-------------------

Até 1 SM	10.551	17,8 %
1 a 2 SM	4.510	7,6 %
2 a 5 SM	11.554	19,5 %
5 a 10 SM	14.616	24,7 %
10 a 20 SM	12.611	21,3 %
Acima de 20 SM	5.429	9,2 %
Total	59.271	100 %

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN Pesquisa por Amostra de Domicílios - PDAD, 2004.
SM = Salário Mínimo

Segundo Pesquisa por Amostra de Domicílios - PDAD, 2004, a maior parte das atividades culturais acontece no centro da cidade, que possui 2 teatros, 4 galerias de artes e dois cinemas com 13 salas no total, 2 museus e 5 parques ecológicos.

Na área de esportes, conta com um ginásio, um estádio de futebol e várias praças com quadras poliesportivas.

Em relação ao grau de escolaridade, a tabela 6 demonstra que em geral Taguatinga apresenta resultados melhores que os do DF.

Tabela 6 – População residente, por escolaridade, DF e Taguatinga, 2004.

Escolaridade	DF (%)	Taguatinga (%)
Analfabeto	2,6	1,6
Saber ler e escrever	1,4	1,0
Alfabetização de adultos	0,2	0,1
Pré-escola	3,9	3,2
1º Grau incompleto	30,2	24,0
1º Grau completo	9,3	9,6
2º Grau incompleto	7,2	7,5
2º Grau completo	22,6	28,7
Superior incompleto	5,9	8,7
Superior completo	8,4	9,7
Mestrado	0,7	0,4
Doutorado	0,2	0,0
Menor de 7 anos fora da escola	7,4	5,5

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Pesquisa Digital por Amostra de Domicílios – PDAD, 2004.

Em relação à vida social e ao lazer, segundo informado pela Sinopse de Dados, disponível no sítio oficial da RA, em 2006 existiam 61 praças em Taguatinga. Entre as mais importantes estão a Praça do Relógio, onde se localiza a Administração Regional, a Praça do Mercado Norte, vizinha de importante centro de compras e prestação de serviços, e as praças, Praça do DI e Praça do Bicalho.

3.3 PRAÇA DO BICALHO

A Praça do Bicalho está localizada na CND Área Especial, próxima à Avenida Comercial e à Avenida Hélio Prates. Possui área total de 42.214 m², conforme levantado no Sistema Cartográfico do Distrito Federal. Estão instalados na mesma os seguintes equipamentos:



Figura 14 – Foto do Centro de Ensino Fundamental.



Figura 15 – Foto das quadras poliesportivas.

- Posto policial, desativado à época do levantamento,
- Quatro quadras poliesportivas, sendo três cercadas,
- Centro de Ensino Fundamental 11 de Taguatinga, figura 14,
- Centro de Ensino Médio,
- Igreja católica – Paróquia São José,
- Centro de Saúde,
- Prédio dos Correios e
- *Playgrounds*.

Aos domingos, em uma das ruas lindeiras, funciona feira livre.



Figura 16 – Foto Aérea da Praça do Bicalho
Fonte: www.google.com, acesso em 05 de julho de 2007.

3.4 PRAÇA DO DI

A Praça do DI está localizada no setor A Norte de Taguatinga, entre as quadras comerciais QNA, próxima à Avenida Comercial e à Administração Regional. Seu nome oficial é Praça Santos Dumont, onde foi instalado Departamento Imobiliário, órgão destinado a fazer a distribuição de lotes para os moradores, e que deu origem ao nome pelo qual é conhecida. Possui área total de 22.241 m², conforme levantado no Sistema Cartográfico do Distrito Federal.



Figura 17 – Foto Aérea da Praça do DI
Fonte: www.google.com, acesso em 05 de julho de 2007.

Segundo informa a Sinopse de Dados sobre Taguatinga - 2006 (DISTRITO FEDERAL, 2007, p.134), “a Praça do DI é um lugar bastante freqüentado pela população local, do Plano Piloto e cidades circunvizinhas devido ao grande número de bares, chopperias, lanchonetes, restaurantes instalados ao seu redor”, sendo um pólo de intensa atividade noturna, conforme apurado no local.

Em sua área encontram-se em funcionamento os seguintes equipamentos/ serviços:

- Escola pública,
- Quadra coberta,
- *Playground*,
- Pista de *skate*, figura 18,
- Banca de jornal,
- Posto policial, figura 19,
- Agência de atendimento da Secretaria da Fazenda e
- Cartório de Registro Civil (em frente à praça).



Figura 18 – Foto da pista de skate.



Figura 19 – Foto do Posto Policial.

4 PADRÕES AMBIENTAIS E COMPORTAMENTAIS DIAGNOSTICADOS NO ESTUDO DE CASO

Serão apresentados neste capítulo os dados obtidos em campo, por praça estudada, com a aplicação dos métodos de Romero (2001) para análise bioclimática do espaço público e Sommer & Sommer (1980) para o mapeamento comportamental. Posteriormente, será efetuada a análise dos mesmos e, em seguida, será apresentada a proposta de adequação urbana.

4.1 PRAÇA DO BICALHO

Aplicação da Ficha Bioclimática

A ficha bioclimática foi preenchida com base em visita a campo efetuada em 25 de março de 2007, durante a manhã, figura 24. Na mesma semana, à noite, foi feito breve levantamento sobre a qualidade da iluminação que será abordado adiante.

Como informado anteriormente, a Praça do Bicalho possui área total de 42.214 m², no entanto dispõe de aproximadamente 22.900 m² de área livre, conforme dados do Sistema Cartográfico do Distrito Federal (SICAD, 2007). Foi considerada área livre da praça a diferença entre sua área total e a área das edificações instaladas dentro de seus limites.

A partir da rua que aponta para oeste é possível visualizar Ceilândia, conforme a seqüência de figuras 21 e 22. Esse ponto, em particular, em que a linha de infinito é visível, impõe uma sensação de amplidão além da percebida em função das dimensões da praça e, ao mesmo tempo, revela a continuidade da malha urbana.



Figura 20 – Ceilândia ao fundo.



Figura 21 – Ceilândia ao fundo (com utilização de zoom).

Seu entorno apresenta continuidade da massa de baixa altura. Há sensação de caos visual causado tanto pela publicidade agressiva e sem uniformidade, na fronteira, quanto pelos canteiros e passeios intensamente assimétricos, na base. Essa característica dos canteiros e passeios provoca, ainda, sensação de movimento, de dinâmica, mas não convida à exploração dos espaços.

A fronteira apresenta tipologia arquitetônica com altura variando entre 1 a 4 pavimentos que facilita a penetração dos ventos por toda a área. Os elementos das fachadas causam sensação de imobilidade, de estática, pela sua simetria e ortogonalidade. Como a maioria tem finalidade de proteção sem haver zelo estético, tem-se sensação de aprisionamento.

A predominância de pavimento de concreto e piso intertravado com alta refletividade causa ofuscamento. Não há presença de água.



Figura 22 – Praça do Bicalho, áreas de sombra.

A visita noturna diagnosticou vários pontos de sombra, conforme hachura na figura 23. Em particular chamou atenção a área do Centro de Saúde que não dispõe de nenhuma luminária, poste ou refletor, interna ou externamente. Os outros espaços escuros apurados foram o estacionamento entre o Centro de Saúde e a agência dos Correios, a entrada da agência e a entrada da Escola Classe voltada para oeste.

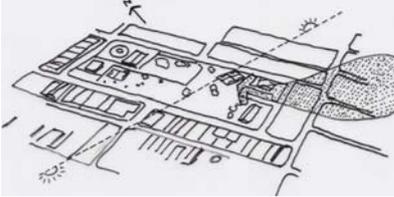
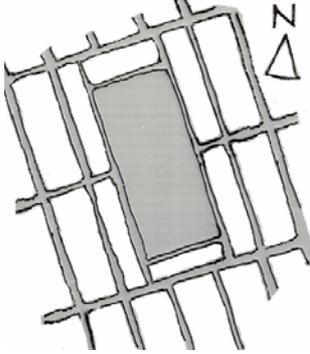
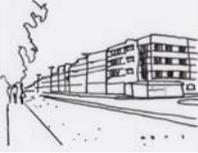
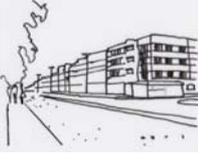
Ficha Bioclimática				
Espaciais		Praça do Bicalho	Ambientais	
Entorno	Acessos		Sol - Totalmente exposta, não há sombra projetada por edifícios.	Cor
			Vento - Aberta à penetração de vento.	
			Som - Protegida das possíveis fontes pela fronteira.	
A Base	Componentes e propriedade físicas dos materiais		Continuidade da massa Massa contínua, edificações de 2 a 4 pavimentos do lado SO, com predomínio de 2 pavimentos.	Som
			Condição dos ventos – fácil circulação dos ventos, espaço bastante ventilado.	
			Pavimentos - Piso de concreto e piso intertravado.	Clima
Passeios – de concreto, em bom estado.				
A Fronteira			Vegetação - Diversificada e esparsa com predomínio de arbustos e árvores de pequeno porte.	Clima
			Água - Inexistente.	
			Mobiliário urbano – Bancos de concreto, – Lixeiras de metal, – Jardineiras, – Telefones públicos, – 4 Quadras esportivas.	Som
Elemento protagonista - O piso.				
A Fronteira			Albedo - Alto.	Cor
			Ambiente sonoro Ruído de fundo, som da cidade.	
			Conjunto de cores - Predominam cores dos jardins com grama em mau estado e das grandes áreas pavimentadas.	Luz
Tonalidade - Predomínio do cinza.				
A Fronteira			Manchas de luz Não há, tudo iluminado.	Luz
			Estética da luz - Não existe contraste, há homogeneidade.	
			Incidência da luz - Alta.	Clima
Reflexão - Alta, grandes calçadas e grandes áreas pavimentadas na praça (base), atenuada pelas gramíneas.				
A Fronteira			Matizes - Verde e creme.	Cor
			Clareza - Intensa.	
			Personalidade acústica Fonte intermitente de ruído, ambiente agradável.	Som
Qualidades superficiais dos materiais - Calçada de material diversificado.				

Figura 23 – Ficha Bioclimática da Praça do Bicalho.

Apenas uma, das duas quadras próximas à entrada da escola (voltada para oeste), é iluminada. Em todas as visitas foi observada sua utilização, entretanto, é a que tem pior iluminação, se comparada com as outras duas no extremo oposto da praça que também são iluminadas.

Aplicação do Mapa Comportamental

O mapeamento comportamental foi efetuado dia 18 de maio, sexta-feira, das 15h30min às 19h00min. A tabela 7 apresenta os dados condensados da observação de 876 pessoas que se utilizaram desse espaço nesse período. A área livre da praça foi dividida em 5 setores, que incorporaram as ruas e tiveram como limites as edificações dos comércios e serviços das ruas lindeiras, em vermelho na figura 25.



Figura 24 – Setorização da Praça do Bicalho.
Fonte: www.google.com, acesso em 05 de julho de 2007.

Praça possui comércio bastante diversificado com lojas de auto peças, balanças, engates para veículos, reboques, ferramentas, produtos de informática, móveis para escritório, box para banheiro, drogaria, pizzaria e pequeno mercado. Há vários bares, um modesto hotel e consultório de dentista. Nos pavimentos superiores há residências.

Na área da praça propriamente dita, como já citado, há uma agência dos Correios, Prefeitura da Quadra (antigo posto policial), Centro de Saúde, Centro de Ensino Fundamental e Médio e uma igreja católica. Apresenta 4 quadras poliesportivas, sendo 3 iluminadas e cercadas, todas em bom estado de conservação, banca de jornal, poucos brinquedos em péssimo estado e dispersos, bancos de concreto sob árvores esparsas e estacionamento para veículos. Aos domingos, na rua a leste, acontece feira livre.

Tabela 7 – Levantamento Comportamental, Praça do Bicalho.

HORÁRIO	SETORES				
	1	2	3	4	5
15h30min às 19h00min					
Andando	33	66	56	39	74
Bebendo	17	5	5	0	0
Brigando	0	0	0	0	0
Conversando	46	45	45	4	22
Dormindo	0	0	3	0	0
Esperando transporte	0	0	0	0	5
Jogando cartas, dominó	0	0	0	0	0
Lanchando	5	2	17	7	0
Lendo	0	0	0	0	0
Limpando	0	0	0	0	0
Namorando	10	16	2	2	0
Parado	3	2	6	0	1
Recreação	97	1	7	30	2
Sentado	38	47	34	30	0
Trabalhando	13	4	17	13	2
Telefonando	0	0	0	3	0

Conforme tabela 7, os usos, ou comportamentos, andando, conversando, sentado e recreando, como o esperado para a área em estudo, foram os mais recorrentes.

O gráfico 2 mostra que por volta das 18:00h houve um pico no número de pessoas circulando na praça em função do horário de funcionamento da Escola Classe, principalmente nos setores 2 e 5, onde estão localizados seus portões. Necessário esclarecer que há um portão de entrada voltado para oeste e outro voltado para leste, ambos na ala sul da escola. O acesso à ala norte, onde fica a quadra de esportes, é feito internamente pela ala sul.

O gráfico 2 mostra, ainda, que na maioria das atividades houve incremento a partir das 17:00h.

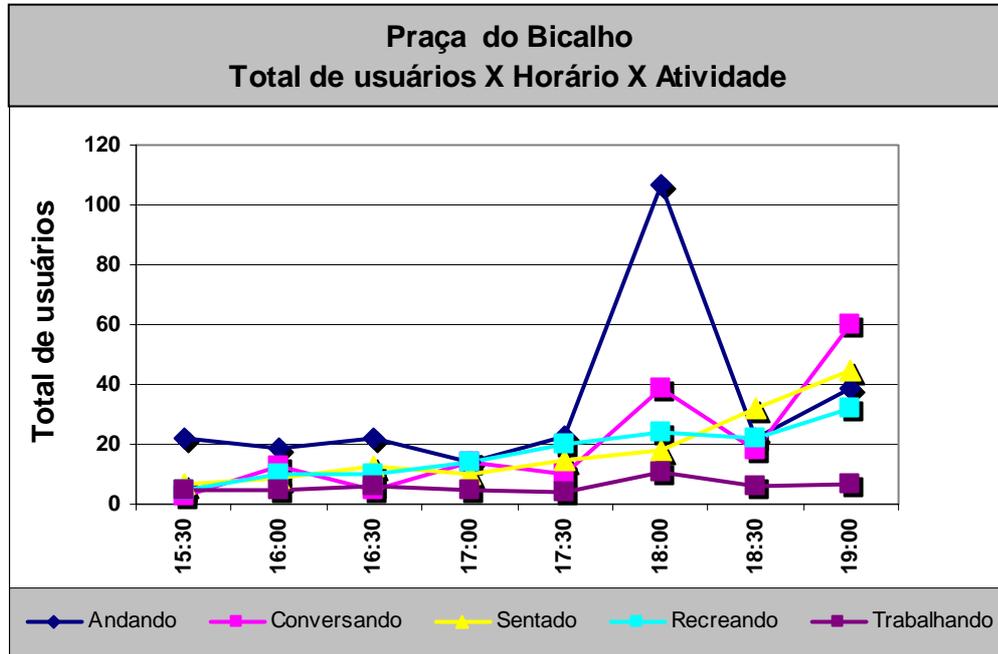


Gráfico 2 – Total de usuários, por horário e atividade, Praça do Bicalho.

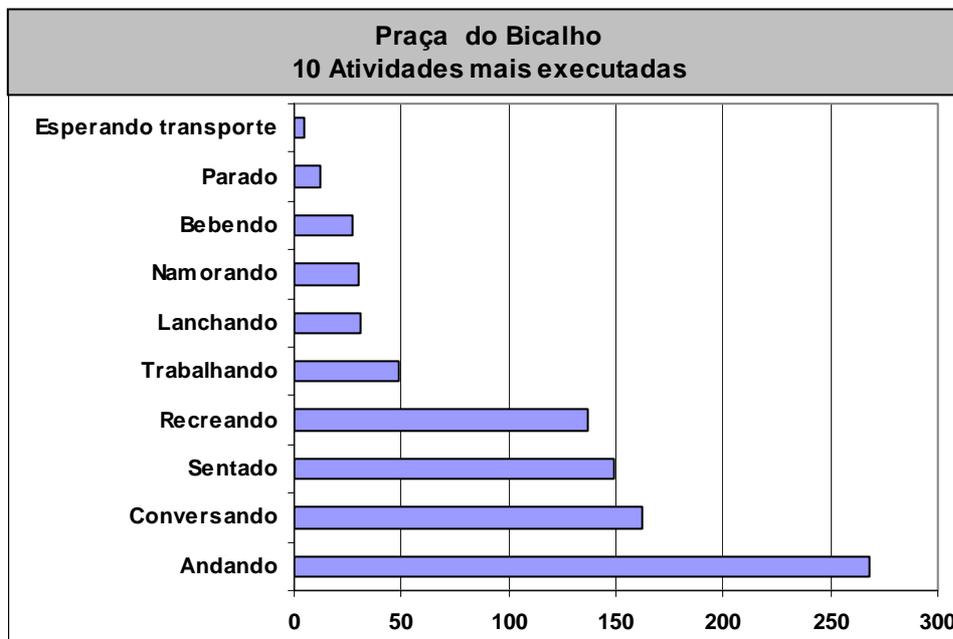


Gráfico 3 – Dez (10) atividades mais executadas na Praça do Bicalho.

31% dos transeuntes utilizaram a praça como passagem, o que se justifica por sua extensão. Na seqüência de predominância de comportamentos têm-se as atividades

conversando, sentado e recreando, conforme gráfico 3. Pode-se afirmar, baseado nos outros 69% que desempenharam alguma atividade na área, que ela é um espaço de passagem, mas principalmente é um espaço de permanência. Afinal, é um pólo de atração, com oferta de vários serviços, áreas de lazer e estar.

4.2 PRAÇA DO DI

Aplicação da Ficha Bioclimática

O levantamento bioclimático foi efetuado em visita ocorrida em 25 de março de 2007, durante a manhã, figura 30. Na mesma semana, à noite, foi feito breve levantamento sobre a qualidade da iluminação que será abordado adiante.

A praça do DI possui área total de 22.241 m², sendo 10.400 m² aproximadamente de área livre (SICAD, 2007) limitada em três lados por ruas lindeiras edificadas. O quarto lado, composto pelo limite da escola e do parque, funciona como uma “empena cega” onde não há atrativos e, portanto não há circulação. Deste modo, para efeito de análise, foi considerada a existência de 3 lados.

Apresenta continuidade da massa com altura baixa, fácil penetração dos ventos e amplamente exposta ao sol. Caos visual gerado pela publicidade agressiva, de gosto duvidoso e sem uniformidade. Possui como elementos protagonistas uma pista de *skate* e uma escultura metálica. Fartamente provida de mobiliário, como mostrado na figura 26, em particular chamou atenção a diversidade de postes de iluminação com alturas variadas, figuras 27 e 28.



Figura 25 – Mobiliário urbano



Figura 26 – Postes de iluminação.

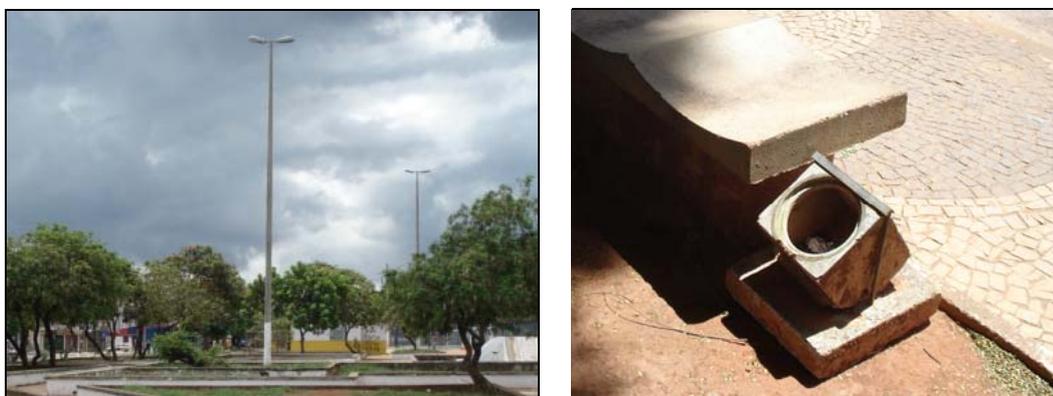


Figura 27 – Poste e luminária.

Observação: o poste desta figura foi fotografado na Praça do Bicalho, no entanto o mesmo modelo é utilizado na praça do DI.

Tipologia arquitetônica da fronteira de 2 a 4 pavimentos, bastante uniforme e alinhada. Massa de árvores de alto porte proporciona sombreamento muito agradável, onde estão localizadas mesas para prática de jogos.



Figura 28 – Praça do DI, áreas de sombra.

A visita noturna revelou alguns pontos de sombra, conforme hachura na figura 29. Em particular chamaram atenção as ruas ao sul e a oeste, onde ficam respectivamente as entradas do parque e da escola.

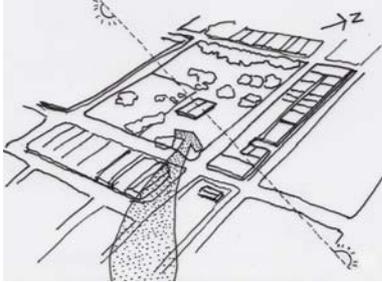
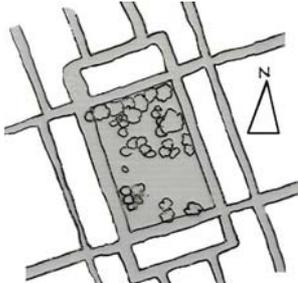
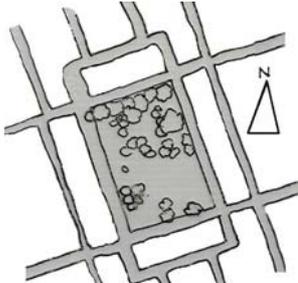
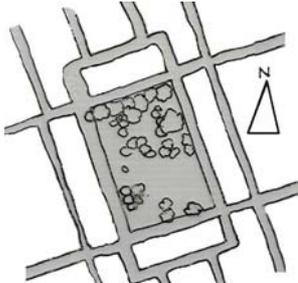
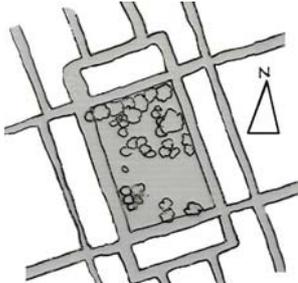
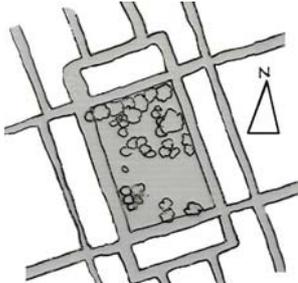
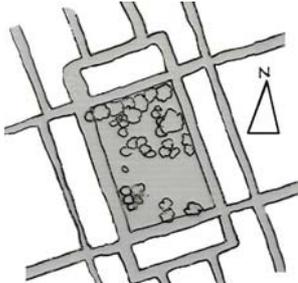
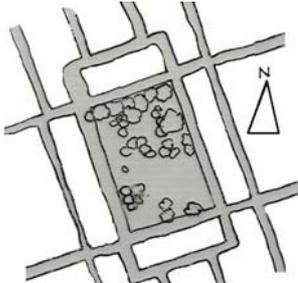
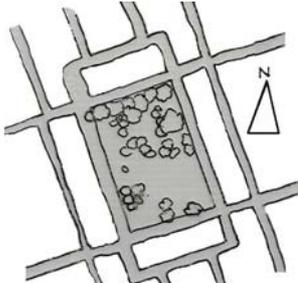
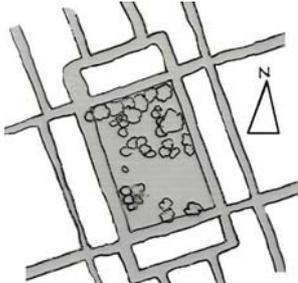
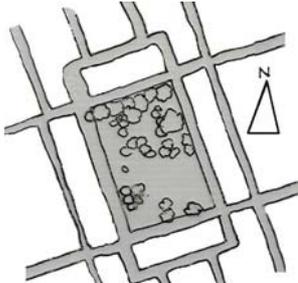
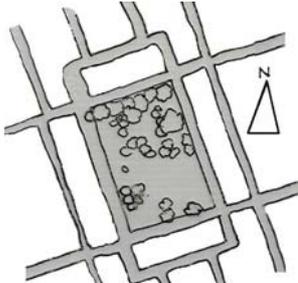
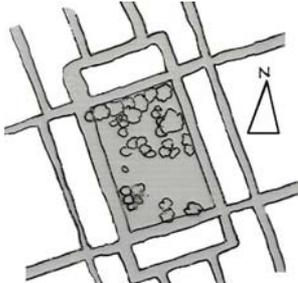
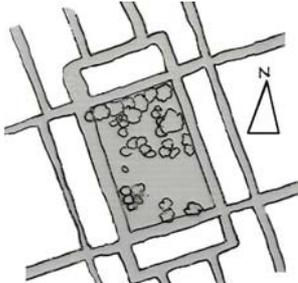
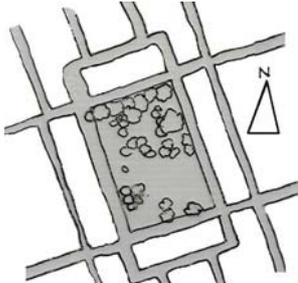
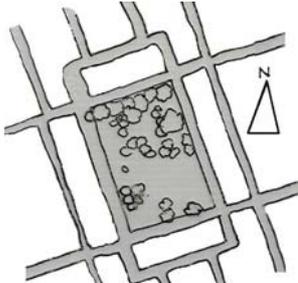
		Ficha Bioclimática			
		Espaciais	Praça do DI	Ambientais	
Entorno	Acessos	Sol Exposta em relação a edifícios, que são baixos e protegida, em relação à massa verde.		Sensação de cor - Caos visual	Cor
		Vento - Aberta à penetração.		Ressonância do recinto - Atua como caixa acústica.	Som
Entorno	Continuidade da massa - Contínua, predominância de sobrados.	Som - Protegida das possíveis fontes pela fronteira.		Sombra acústica - Inexistente.	Som
				Condução dos ventos – fácil circulação dos ventos, espaço bastante ventilado.	
	Difusa – escassa.				
Entorno	Condução dos ventos – fácil circulação dos ventos, espaço bastante ventilado.			Refletida - Baixa em função das edificações serem baixas e estarem afastadas da praça.	Clima
				Umidade Relativa – varia durante o ano	
Entorno	Condução dos ventos – fácil circulação dos ventos, espaço bastante ventilado.			Temperatura do ar – agradável	Clima
				Velocidade do vento - Varia entre média e forte.	
Entorno	Condução dos ventos – fácil circulação dos ventos, espaço bastante ventilado.			Temperatura superficial Calor intenso ao sol, ventilação agradável ameniza.	Clima
				Albedo - Baixo em função da cor do piso e da grande área de canteiros, aproximadamente 50% das pedras portuguesas são pretas.	
Entorno	Condução dos ventos – fácil circulação dos ventos, espaço bastante ventilado.			Ambiente sonoro Ruído de fundo, som da cidade.	Som
				Conjunto de cores Agradável, predomínio da sombra.	
Entorno	Condução dos ventos – fácil circulação dos ventos, espaço bastante ventilado.			Tonalidade - Predomínio do verde (da vegetação).	Luz
				Manchas de luz Criada pela vegetação arbórea.	
Entorno	Condução dos ventos – fácil circulação dos ventos, espaço bastante ventilado.			Estética da luz Contraste claro X escuro é marcante (sombra da vegetação de grande porte).	Luz
				Luminância - Baixa.	
Entorno	Condução dos ventos – fácil circulação dos ventos, espaço bastante ventilado.			Incidência da luz - Sobre as fachadas e sobre parte do piso.	Clima
				Reflexão - Baixa refletividade (cores escuras, marquise produz sombra).	
Entorno	Condução dos ventos – fácil circulação dos ventos, espaço bastante ventilado.			Matizes - Predomínio de cores escuras nas fachadas. Sensação de caos visual.	Cor
				Clareza - Agradável.	
Entorno	Condução dos ventos – fácil circulação dos ventos, espaço bastante ventilado.			Personalidade acústica - Fonte intermitente de ruído, ambiente agradável.	Som
				Qualidades superficiais dos materiais - Calçada de material diversificado.	
A Base	Componentes e propriedade físicas dos materiais	Elemento protagonista Pista de skate.		Temperatura superficial Calor intenso ao sol, ventilação agradável ameniza.	Clima
		Passeios – pedra portuguesa.			
A Base	Componentes e propriedade físicas dos materiais	Vegetação - Farta, grande área de canteiros com grama e muitas árvores de grande porte.		Albedo - Baixo em função da cor do piso e da grande área de canteiros, aproximadamente 50% das pedras portuguesas são pretas.	Clima
		Água - Inexistente.			
A Base	Componentes e propriedade físicas dos materiais	Mobiliário urbano – Bancos de madeira e de concreto, – Mesas com banquetas de concreto, – Lixeiras de metal, – Jardineiras, – Banca de jornal, – Caixa de correio, – Telefones públicos, – Posto policial inativo, – Escultura de metal, – Pista de skate.		Ambiente sonoro Ruído de fundo, som da cidade.	Som
		Pavimentos - Piso de pedra portuguesa.			
A Base	Componentes e propriedade físicas dos materiais	Mobiliário urbano – Bancos de madeira e de concreto, – Mesas com banquetas de concreto, – Lixeiras de metal, – Jardineiras, – Banca de jornal, – Caixa de correio, – Telefones públicos, – Posto policial inativo, – Escultura de metal, – Pista de skate.		Conjunto de cores Agradável, predomínio da sombra.	Cor
		Pavimentos - Piso de pedra portuguesa.			
A Base	Componentes e propriedade físicas dos materiais	Mobiliário urbano – Bancos de madeira e de concreto, – Mesas com banquetas de concreto, – Lixeiras de metal, – Jardineiras, – Banca de jornal, – Caixa de correio, – Telefones públicos, – Posto policial inativo, – Escultura de metal, – Pista de skate.		Tonalidade - Predomínio do verde (da vegetação).	Luz
		Pavimentos - Piso de pedra portuguesa.			
A Base	Componentes e propriedade físicas dos materiais	Mobiliário urbano – Bancos de madeira e de concreto, – Mesas com banquetas de concreto, – Lixeiras de metal, – Jardineiras, – Banca de jornal, – Caixa de correio, – Telefones públicos, – Posto policial inativo, – Escultura de metal, – Pista de skate.		Manchas de luz Criada pela vegetação arbórea.	Luz
		Pavimentos - Piso de pedra portuguesa.			
A Base	Componentes e propriedade físicas dos materiais	Mobiliário urbano – Bancos de madeira e de concreto, – Mesas com banquetas de concreto, – Lixeiras de metal, – Jardineiras, – Banca de jornal, – Caixa de correio, – Telefones públicos, – Posto policial inativo, – Escultura de metal, – Pista de skate.		Estética da luz Contraste claro X escuro é marcante (sombra da vegetação de grande porte).	Luz
		Pavimentos - Piso de pedra portuguesa.			
A Base	Componentes e propriedade físicas dos materiais	Mobiliário urbano – Bancos de madeira e de concreto, – Mesas com banquetas de concreto, – Lixeiras de metal, – Jardineiras, – Banca de jornal, – Caixa de correio, – Telefones públicos, – Posto policial inativo, – Escultura de metal, – Pista de skate.		Luminância - Baixa.	Luz
		Pavimentos - Piso de pedra portuguesa.			
A Fronteira	Tipologia arquitetônica 2 tipologias predominantes	▪ Fachadas dos comércios, de 2 a 4 pavimentos, ▪ Lateral voltada para escola.		Incidência da luz - Sobre as fachadas e sobre parte do piso.	Clima
		Aberturas - “Sensação” de abertura no trecho voltado para o parque.			
A Fronteira	Tipologia arquitetônica 2 tipologias predominantes	▪ Fachadas dos comércios, de 2 a 4 pavimentos, ▪ Lateral voltada para escola.		Reflexão - Baixa refletividade (cores escuras, marquise produz sombra).	Clima
		Aberturas - “Sensação” de abertura no trecho voltado para o parque.			
A Fronteira	Tipologia arquitetônica 2 tipologias predominantes	▪ Fachadas dos comércios, de 2 a 4 pavimentos, ▪ Lateral voltada para escola.		Matizes - Predomínio de cores escuras nas fachadas. Sensação de caos visual.	Cor
		Aberturas - “Sensação” de abertura no trecho voltado para o parque.			
A Fronteira	Tipologia arquitetônica 2 tipologias predominantes	▪ Fachadas dos comércios, de 2 a 4 pavimentos, ▪ Lateral voltada para escola.		Clareza - Agradável.	Som
		Aberturas - “Sensação” de abertura no trecho voltado para o parque.			
A Fronteira	Tipologia arquitetônica 2 tipologias predominantes	▪ Fachadas dos comércios, de 2 a 4 pavimentos, ▪ Lateral voltada para escola.		Personalidade acústica - Fonte intermitente de ruído, ambiente agradável.	Som
		Aberturas - “Sensação” de abertura no trecho voltado para o parque.			
A Fronteira	Tipologia arquitetônica 2 tipologias predominantes	▪ Fachadas dos comércios, de 2 a 4 pavimentos, ▪ Lateral voltada para escola.		Qualidades superficiais dos materiais - Calçada de material diversificado.	Som
		Aberturas - “Sensação” de abertura no trecho voltado para o parque.			
A Fronteira	Tipologia arquitetônica 2 tipologias predominantes	▪ Fachadas dos comércios, de 2 a 4 pavimentos, ▪ Lateral voltada para escola.		Qualidades superficiais dos materiais - Calçada de material diversificado.	Som
		Aberturas - “Sensação” de abertura no trecho voltado para o parque.			

Figura 29 – Ficha Bioclimática da Praça do DI

Aplicação do Mapa Comportamental

O mapeamento comportamental foi efetuado dia 18 de maio, sexta-feira, das 14:30h às 20:00h. A tabela 8 apresenta os dados condensados da observação de 805 pessoas que utilizaram a praça nesse período.

A área livre foi dividida em 3 setores, que incorporaram as ruas e tiveram como limites as edificações dos comércios e serviços das ruas lindeiras, em vermelho na figura 31.



Figura 30 – Setorização da Praça do DI.
Fonte: www.google.com, acesso em 05 de julho de 2007.

Nas ruas lindeiras à praça está estabelecido comércio diversificado com agência de viagem, padaria, lojas de implementos agrícolas, bicicletas, roupas, telefonia, ferramentas, drogaria, pequena sapataria, mercadinho, pneus e motos. Há vários bares, distribuidoras de bebidas e restaurantes.

Os estabelecimentos de prestação de serviços são importadora, loja de tatuagens e piercing, atelier de costura, cartório de registro civil, mecânica de veículos, escritório de

advocacia e escritório de contabilidade. Em alguns imóveis, no piso superior, o uso é residencial.

Tabela 8 – Levantamento Comportamental, Praça do DI.

HORÁRIO	SETORES		
	1	2	3
14:30h às 20:00h			
Andando	107	43	64
Bebendo	104	39	81
Brigando	0	0	0
Conversando	8	91	36
Dormindo	0	0	0
Esperando transporte	0	0	0
Jogando cartas, dominó	0	0	53
Lanchando	2	0	10
Lendo	0	0	0
Limpando	0	0	0
Namorando	10	2	0
Parado	5	3	3
Recreação	11	46	4
Sentado	8	28	15
Trabalhando	3	4	5
"Guardando" carro	0	19	1

Na área da praça propriamente dita, há uma agência de atendimento da Secretaria da Fazenda do DF, posto policial, pista de skate, banca de jornal e um Cento de Ensino. Há ainda um parque cercado com gestão da Administração Regional de Taguatinga que funciona das 08h às 18h. Este dispõe de muitos bancos de concreto, está em ótimas condições, possui 3 quadras iluminadas, sendo uma coberta, 3 playgrounds, banheiros e um profissional é responsável pela segurança desse equipamento público.

Cabe destacar que a escola, o parque e a agência da Secretaria de Fazenda ocupam juntos mais da metade da área da praça, sendo somente o restante considerado para efeito de estudo. Os dois primeiros equipamentos estão destacados em amarelo na figura 31.

As atividades mais observadas na praça foram beber, andar, seguido por conversar, conforme gráfico 4. Aspecto interessante notado foi a utilização, no setor 3, das mesas para jogos até o fim da tarde, quando então cessa e o uso bebendo apresenta um acréscimo acentuado, inclusive nos demais setores.

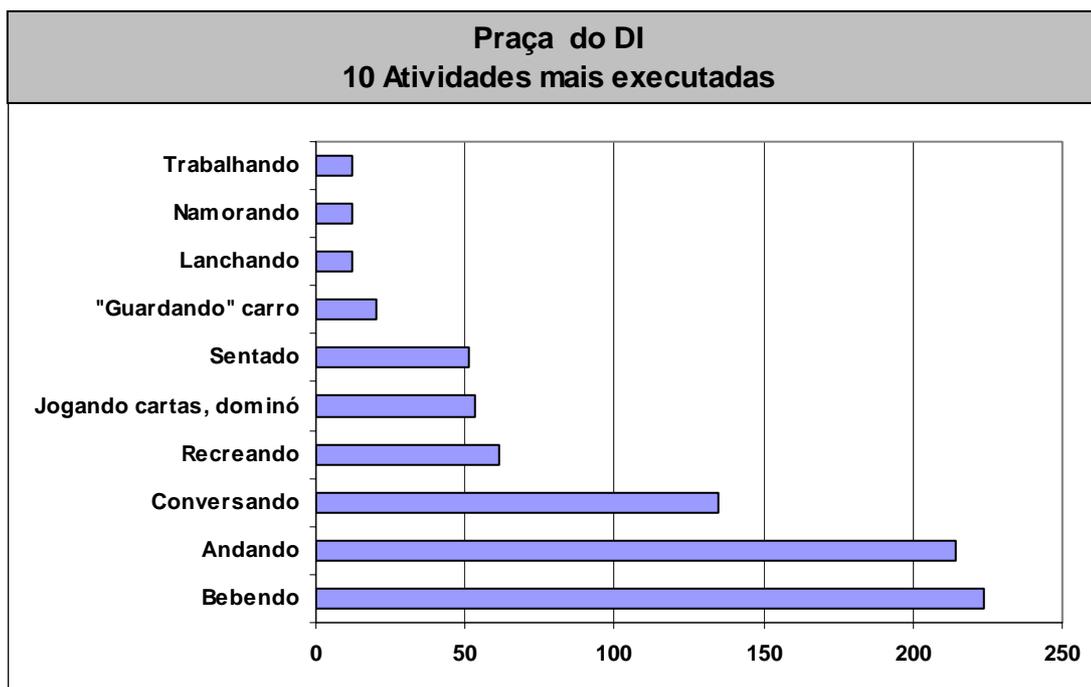


Gráfico 4 – Dez (10) atividades mais executadas na Praça do DI.

O gráfico 5 apresenta mudança brusca de atividade a partir das 19:00h, quando há uma tendência decrescente de todas as atividades, com exceção de beber que apresenta incremento acentuado.

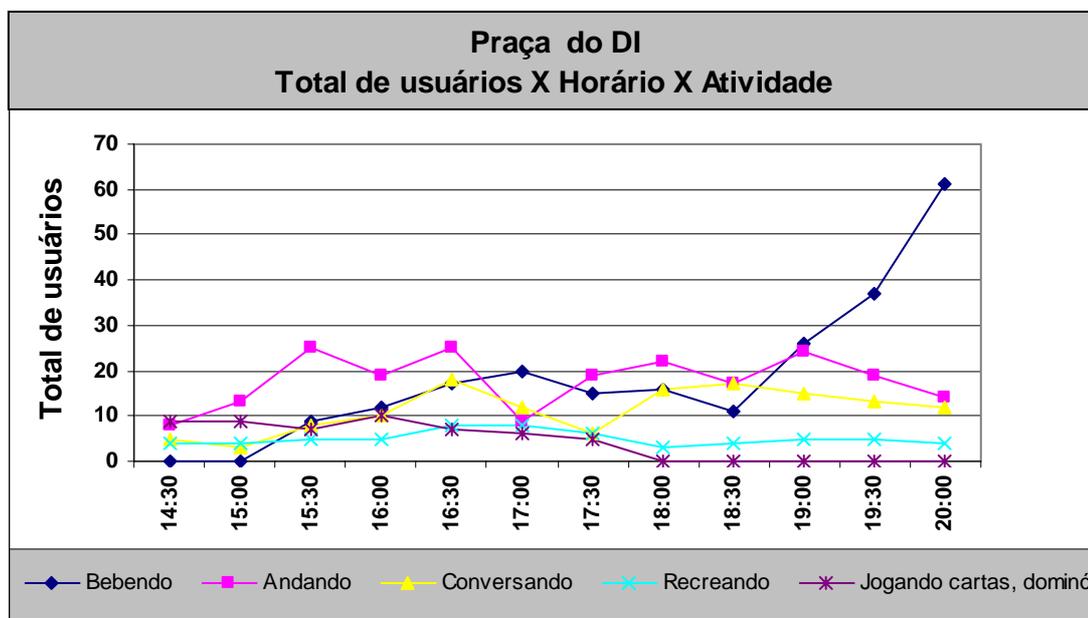


Gráfico 5 – Total de usuários, por horário e atividade, Praça do DI.

Na checagem de uso do espaço como de passagem ou de permanência, pode-se afirmar que o mesmo é prioritariamente de permanência, uma vez que 73% dos usuários desempenharam alguma atividade em sua área.

4.3 CONJUGAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE

Os dados das praças serão comparados, conforme Romero (2001), segundo as três categorias por ela propostas, entorno, base e superfície fronteira. A eles serão relacionados os dados de criminalidade e comportamentais.

Características bioclimáticas do entorno

Ambas recebem iluminação natural durante todo o dia, havendo projeção de sombras das edificações da fronteira apenas no início da manhã e fim da tarde, sendo que na área ao norte da Praça do DI, onde há uma massa arbórea de grande porte, tem-se um espaço de convivência agradável graças ao sombreamento permanente.

Condução dos ventos. Ambas são amplamente ventiladas, sem caracterização de afunilamento proveniente do entorno.

Qualidade superficial dos materiais. Alvenaria tradicional é utilizada fartamente. Elementos metálicos e de madeira com função de proteção das edificações são mais presentes na Praça do Bicalho, mas com baixa representatividade percentual em relação ao todo.

Som. Ambas recebem o som de fundo, ou som da cidade, amortecido, sendo convidativas durante o dia.

Clima. A Praça do Bicalho, em função de suas dimensões, com grande amplitude térmica na época da seca, atingindo baixas umidades, com ventilação permanente. A Praça do DI, no entanto, é mais umidificada e tem, durante as temperaturas mais elevadas, amenização da sensação térmica em função do sombreamento. Ventilação também é permanente.

Características bioclimáticas da base

Pavimentos. Praça do Bicalho apresenta piso de concreto e pavimentação com elementos de concreto pré-fabricado (intertravado) na cor tradicional (cinza claro), com alta

refletividade. Praça do DI possui piso em pedra portuguesa formando mosaicos, nas cores branca e preta.

Vegetação. Praça do Bicalho apresenta vegetação dispersa, nas duas áreas onde há massa de vegetação não há adequação física. Na primeira, o mobiliário não é propício à permanência, não há bancos e os elementos ao redor das árvores não possuem dimensões apropriadas para o gozo do ambiente. Na segunda, a massa de árvores de baixo porte e arbustos está dentro de um canteiro de dimensões generosas, ficando as sombras fora do alcance dos usuários da praça. Há alguns indivíduos arbóreos bem localizados, garantido o acesso à sua sombra, porém são poucos. A vegetação rasteira encontra-se bastante esparsa e sem volume.

A Praça do DI apresenta, ao mesmo tempo, vegetação dispersa e massa concentrada de árvores de grande porte. A vegetação rasteira encontra-se viçosa.

Ambiente sonoro. Som de fundo é o mais perene nas duas praças. Porém a Praça do DI, com grande atividade noturna, se torna uma caixa acústica quando o som é produzido em seu interior.

Cor. Predomínio da cor do piso e dos canteiros em mau estado na Praça do Bicalho, ou seja, o cinza se impõe; na Praça do DI há o contraste claro e escuro em função das sobras projetadas com predomínio do verde das gramíneas.

Luz. As duas praças estão abertas à incidência solar, no entanto a Praça do DI apresenta, em pequeno trecho, massa onde a luz solar é bloqueada.

Em relação à luz artificial, ambas apresentam áreas escuras, mas a maior parte é bem iluminada.

Características bioclimáticas da superfície fronteira

Continuidade da superfície. Bicalho apresenta variação discreta dessa característica. Praça do DI apresenta continuidade em todos os lados, em função da baixa variação das alturas das edificações e do alinhamento mantido entre elas.

Tipologia arquitetônica. Edificações de 1 a 4 pavimentos, sem nenhum estilo determinante, a maioria com uso comercial no térreo e residencial nos superiores.

Aberturas. Bicalho apresenta grande abertura para linha do infinito, tendo Ceilândia ao fundo, a partir da rua que aponta para o oeste.

Tensão. Fachadas bastante estáticas em ambas as praças.

Detalhes construtivos. Há sacadas que avançam no alinhamento das edificações na Praça do Bicalho.

Céu. Abóbada celeste totalmente visível na Praça do Bicalho. Praça do DI, em função de suas dimensões, as edificações da fronteira, mesmo baixas, limitam um pouco a contemplação do céu, não há obstáculos produzidos pelas edificações do entorno.

Dados de Criminalidade

Os dados de criminalidade obtidos, conforme informado no capítulo 2, são classificados pela Polícia Civil do Distrito Federal em mais de 80 tipos de delito. O gráfico 6 apresenta o total de ocorrências policiais registradas (todos os tipos de delito somados) no período de janeiro de 2004 a agosto de 2006 das duas praças.

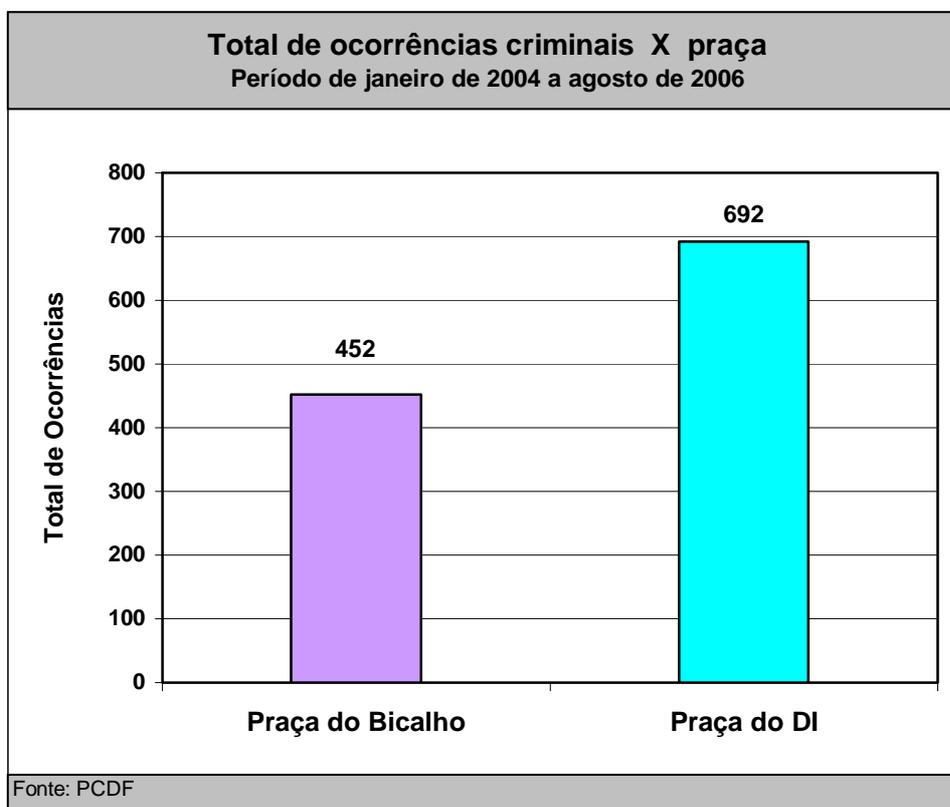


Gráfico 6 – Total de ocorrências criminais por praça, em números absolutos.

No presente trabalho foram priorizados os crimes de oportunidade, ou seja, os que ocorreram quando o delinqüente identificou a situação favorável, passou à ação e concluiu seu intento. Não há aqui a intenção de aprofundar conhecimento sobre crimes passionais, ou crimes premeditados de qualquer natureza, como seqüestro, por exemplo, ou motivados por vingança. O gráfico 7 apresenta os principais tipos de crime de oportunidade ocorridos nas duas praças no período de janeiro de 2004 a agosto de 2006.

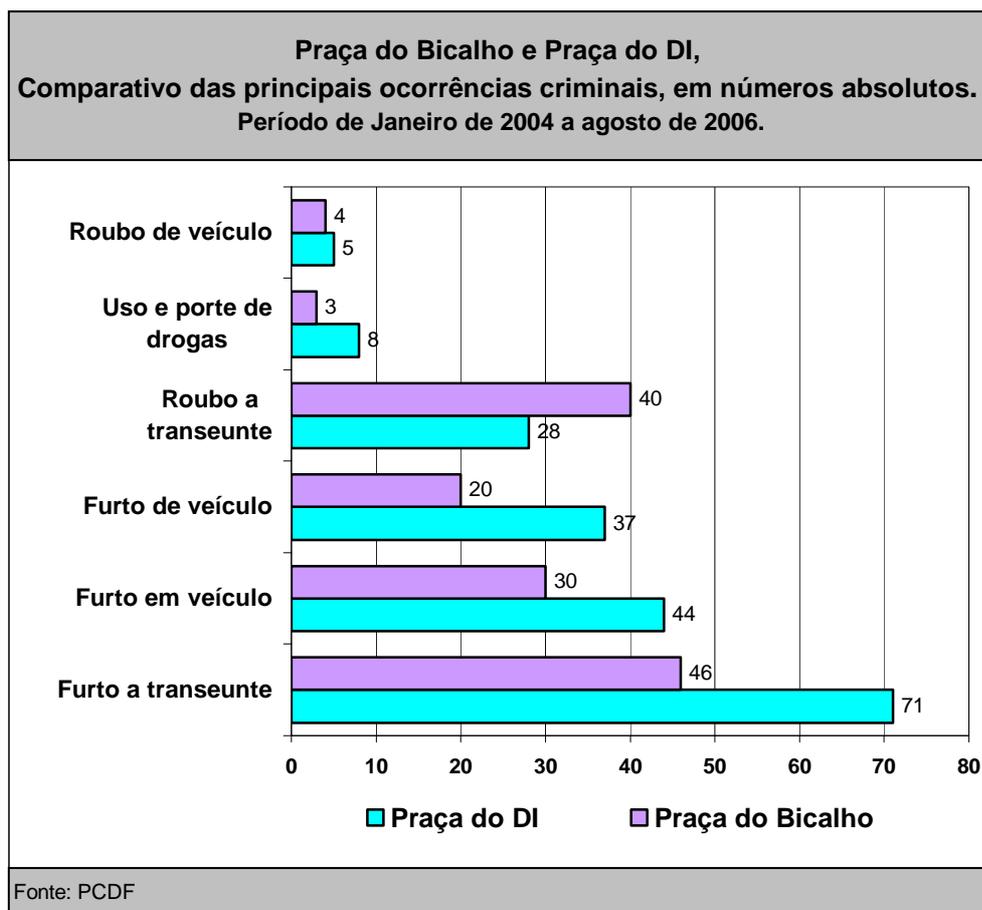


Gráfico 7 – Comparativo das principais ocorrências criminais, em números absolutos.

Além dos dados de criminalidade obtidos junto à Polícia Civil do Distrito Federal, foram examinados os Relatórios de Análise Criminal do período de janeiro de 2005 a dezembro de 2006 (POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, 2007) disponibilizados no sítio oficial da instituição, confeccionados pelas 12^a, 17^a e 21^a Delegacias de Polícia que têm como circunscrição de abrangência a Região Administrativa de Taguatinga.

A Praça do DI é citada no Relatório de Análise Criminal n.º 09/2007, elaborado pela 12^a Delegacia de Polícia, entre os 20 locais com maior incidência criminal em Taguatinga

(POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, 2007), a Praça do Bicalho, no entanto, não foi mencionada em nenhum deles. Esse relatório, conforme explicado no sítio oficial da Polícia Civil do Distrito Federal, consiste na produção de conhecimento sobre ocorrências criminais de determinada região ou área e no estudo do perfil sócio-biográfico dos agentes envolvidos (autor/vítima) no fenômeno criminológico. Apresenta como elementos referenciais parâmetros temporais (dia e horário de maior incidência) e espaciais (locais propícios); tipo de objeto utilizado para a prática do crime; motivações, modus operandi, entre outros. Seu objetivo é prover os vários órgãos de segurança pública de um instrumento de avaliação da situação de violência e de criminalidade em cada área circunscricional, bem como subsidiar o desenvolvimento de ações com vistas à redução desses índices de criminalidade.

Portanto, apresenta várias tabelas, elaboradas com temas diferenciados conforme a análise que se pretenda fazer: crimes por horário, por dia da semana, por tipo ao longo do período, entre outros.

A tabela que trata dos locais chamados no documento de “Pontos Quentes” foi objeto do presente exame. Nela, como dito anteriormente, estão relacionadas as 20 localidades com maior incidência criminal em Taguatinga. Os crimes computados foram homicídio, tentativa de homicídio, estupro, tentativa de estupro, atentado violento ao pudor, roubo a posto de combustível, roubo a transeunte, roubo a transporte coletivo, roubo com restrição de liberdade, roubo concurso com extorsão (concurso, significa que o crime foi cometido por mais de uma pessoa, não sendo necessária a presença de todas no local do fato), roubo de veículo, roubo em comércio, roubo em residência, roubo seguido de morte, tentativa de latrocínio e tentativa de roubo, ou seja, crimes praticados mediante violência ou grave ameaça à pessoa. Entre eles, os delitos mais freqüentes foram roubo a transeunte, roubo em comércio e roubo de veículo.

Análise comparativa

A análise de dados físicos e criminais tornou a questão comportamental mais complexa. Foi montada, a partir de então, a tabela 9, que em leitura conjunta com a tabela 10 apresenta diferenças e distorções que serão listadas a seguir.

Tabela 9 – Áreas e delitos

Variáveis	Praça do Bicalho	Praça do DI
Área total (m ²)	42.214	22.241
Área livre (m ²)	22.939	10.469
Área livre (%)	54%	47%
Transeuntes/hora	250,29	146,36
Ocorrências Criminais (jan. 2004/ago. 2006)	452	692
Ocorrências Criminais/mês	14,13	21,63

Fontes: Sistema Cartográfico do DF e Policial Civil do DF.

- A Praça do Bicalho tem mais que o dobro de área livre que a Praça do DI, tabela 9,
- Na Praça do Bicalho circulam 71% a mais de pessoas que na do DI, tabela 9,
- A atividade beber foi a sétima mais observada na Praça Bicalho, enquanto foi a primeira na outra praça, tabela 10,
- O número absoluto de ocorrências registradas, no período de janeiro de 2004 a agosto de 2006, na Praça Bicalho foi 35% menor que na Praça do DI, tabela 9.

Tabela 10 – Levantamento Comportamental, Praças do Bicalho e do DI.

Atividade	Praça do Bicalho	Praça do DI
Andando	268	214
Bebendo	27	224
Brigando	0	0
Conversando	162	135
Dormindo	3	0
Esperando transporte	5	0
"Guardando" carro	0	20
Jogando cartas, dominó	0	53
Lanchando	31	12
Lendo	0	0
Limpando	0	0
Namorando	30	12
Parado	12	11
Recreação	137	61
Sentado	149	51
Telefonando	3	0
Trabalhando	49	12
Total	876	805

A Praça do Bicalho apresenta desenho com articulação deficiente entre passeios e erro na execução de canteiros, impossibilitando o plantio de árvores ou mesmo arbustos, como pode ser observado na figura 31.



Figura 31 – Praça do Bicalho - canteiros muito próximos.

Dispõe de baixo volume arbóreo, comprometendo a qualidade ambiental no que diz respeito à produção de sombra e umidificação do espaço, e restringindo a permanência e apropriação pelos usuários, além disso, seu mobiliário é escasso. Há áreas, como o setor 5, por exemplo, onde a utilização é mínima, gráfico 8. Aparenta não estar concluída, como se o projeto não tivesse sido implementado em sua totalidade, e ter sido feita de forma improvisada. O aspecto positivo examinado foi a oferta de espaços para prática de esportes, a maioria iluminada e em bom estado de uso.

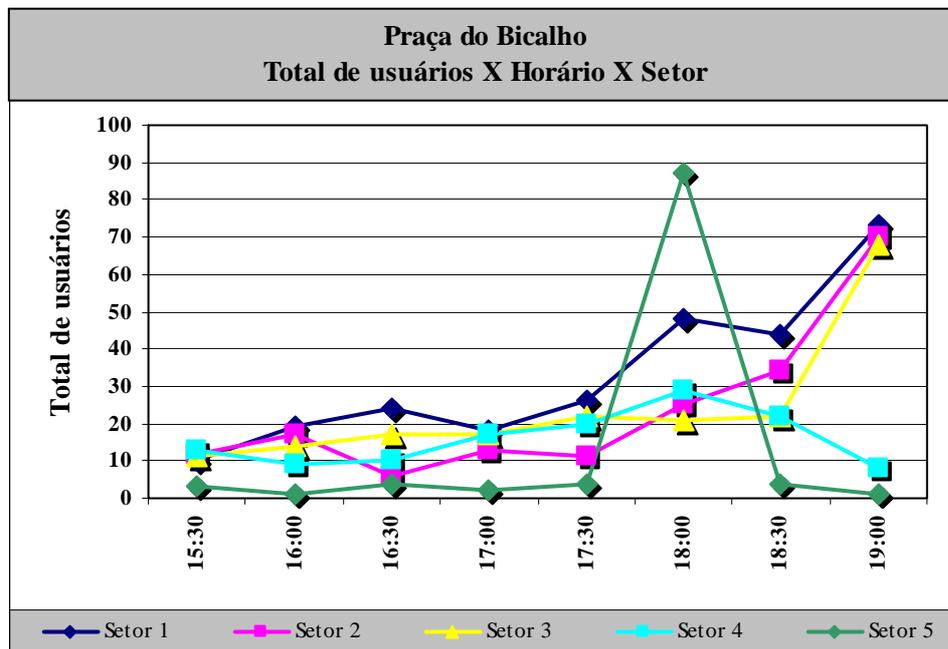


Gráfico 8 – Total de usuários, por horário e setor, Praça do Bicalho.

A título de esclarecimento do gráfico 8, o pico ocorrido às 18h é consequência do horário de funcionamento da escola, e nesse setor está um dos portões de acesso.

De forma contrária, a Praça do DI possui mobiliário adequado que estimula o desenvolvimento de atividades lúdicas, apresenta espaços de permanência bastante

convidativos e sombreados e ao mesmo tempo área intensamente banhada pelo sol, permitindo que se desfrute do sol da manhã num local com mobiliário adequado e sem conflito com as atividades de crianças e adolescentes, realizadas no parque. Seus caminhos se articulam sem impor desvios abruptos, proporcionando uma travessia inteligível e agradável. A massa arbórea preenche mais de 50% do espaço considerado livre da praça, produzindo sombra densa e umidificação; possui vegetação bem cuidada e bem distribuída. Para as atividades noturnas, intensas nessa praça, a utilização de luminárias de várias alturas e modelos garante sua qualificação. Entretanto, está entre os 20 locais com maior incidência criminal em Taguatinga.

Ou seja, quando se observa os índices de criminalidade de ambas as praças, as condições sociais parecem se impor às ambientais, pois a Praça do Bicalho, considerada no presente trabalho menos qualificada do ponto de vista bioclimático, apresenta resultados superiores aos da Praça do DI, avaliada como o espaço mais cuidado e com melhor projeto. Infere-se que uso do solo, ou seja, as atividades desenvolvidas nesta praça contribuem para o nível de criminalidade nela verificado, assim como apresentado no exemplo Jardim Ângela.

4.4 PROPOSTA

Na busca de adequações às praças estudadas, para aprimorar ou produzir espaços de permanência e melhorar os espaços de passagem, promovendo a segurança e estimulando sua utilização, com base nos levantamentos e estudos realizados e segundo as categorias postuladas por Romero (2000) têm-se as sugestões que seguem.

Praça do Bicalho



Figura 32 – Praça do Bicalho, área de intervenção.

- Iluminação e comunicação visual
 - Adequar iluminação artificial nas áreas onde foram identificadas sombras, melhorando a acessibilidade e reduzindo o risco de vitimização;
 - Padronizar os letreiros de publicidade, com altura, largura e avanço máximo em relação à fachada do empreendimento, diminuindo a poluição visual, disciplinando critérios.

- Vegetação
 - Plantar mais arbustos e árvores de forma a umidificar o ambiente e a produzir mais sombras, tomando-se o cuidado de não criar espaços excessivamente sombreados e perigosos à noite;
 - Ampliar canteiros com a implantação de gramíneas e adequar desenho de forma a diminuir a refletividade e tornar os passeios mais convidativos;
 - Instalar pérgolas ricamente adornadas com espécies de trepadeiras, embelezando e umidificando o ambiente, produzindo mais sombra e espaços aprazíveis.



Figura 33 – Pérgola

- Jogos, amenidades e mobiliário
 - Instalar playgrounds com farta variedade de brinquedos, próximo à escola;

- Recuperar playground próximo à agência de correios, e instalar brinquedos novos;
- Instalar mesas para jogos de carta, tênis de mesa, xadrez, etc. nas novas áreas arborizadas;



Figura 34 – Espaço de convivência.

- Implantar jogos infantis de forma permanente no piso, como amarelinha, no formato tradicional ou em caracol em áreas sombreadas;
- Instalar mais bancos, em áreas sombreadas, sob as pérgolas e próximo aos playgrounds;
- Instalar banheiros públicos e bebedouros próximos ao posto policial.

Praça do DI



Figura 35 – Praça do DI, área de intervenção.

- Iluminação e comunicação visual
 - Adequar iluminação artificial nas áreas onde foram identificadas sombras, melhorando a acessibilidade e reduzindo o risco de vitimização;

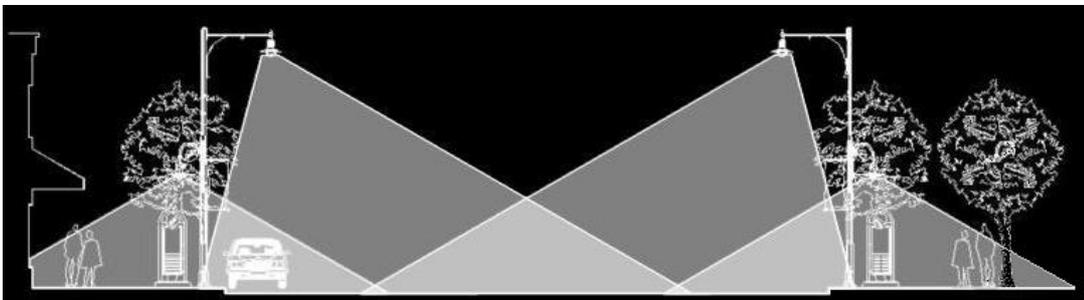


Figura 36 – Iluminação pública

- Padronizar os letreiros de publicidade, com altura, largura e avanço máximo em relação à fachada do empreendimento, diminuindo a poluição visual, disciplinando critérios.
- Jogos, amenidades e mobiliário
 - Ampliar o horário de funcionamento do parque, promovendo a permanência de diferentes perfis de usuários por mais tempo na área da praça;
 - Implantar jogos infantis de forma permanente no piso, como amarelinha, no formato tradicional ou em caracol, criando mais uma possibilidade de lazer e

possibilitando permanência de crianças à noite, aumentando a diversidade de público, próximo à pista de skate.

– Circulação e acesso

- Criar mais uma entrada do parque a partir do centro da praça, facilitando o acesso e aumentando a circulação de pessoas.

No caso dessa praça, a indicação de implantação da Lei seca ou similar, seguindo os exemplos exitosos de Diadema e Jardim Ângela, para redução dos delitos deflagrados pelo uso abusivo do álcool, soa óbvia, mas inevitável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação inicial da presente pesquisa se deu em função de uma das preocupações sociais mais impositivas da atualidade, a criminalidade que se impõe social, cultural e economicamente, que age distorcendo valores, transformando a sociedade e mudando hábitos. Assim, o desejo de compreender esse fenômeno social complexo, conduziu à estratégia de trabalho utilizada, o estudo de caso.

A importância das polícias, frente a frente com os problemas, na ponta dos conflitos; as questões jurídicas demoradas, com pesos e medidas desiguais; o encarceramento, a recuperação do preso e sua reintegração à sociedade; as políticas voltadas para as classes mais pobres e a educação gratuita de qualidade insuficiente, além, é claro, do mórbido estado da saúde pública são várias peças do mesmo quebra-cabeça e a elas soma-se o espaço público desumano e desqualificado.

Desumano, quando se apresenta desagregador, confinando pessoas e impedindo a entrada de quem não pertence a determinado círculo, onde classes diferentes não compartilham de suas qualidades.

Desqualificado, quando se apresenta ocupado por camelôs, com lixo acumulado, prédios e monumentos pichados, mobiliário danificado, marquises sem manutenção, eventualmente desabando, áreas abandonadas com resquícios de antigas atividades produtivas, como indústrias expulsas para periferias, outras cidades ou estados. Ou ainda, quando impede a circulação dos portadores de necessidades especiais, dificulta o caminhar, não informa de maneira conveniente, não recebe manutenção e limita o acesso.

Diante de tal realidade, faz-se necessário pensar no futuro, nas próximas gerações, no legado que deixaremos. Sabe-se que os recursos são escassos e as demandas infinitas. Assim, a sustentabilidade com foco no tempo parece abrir nova possibilidade de economia, de eficiência no gasto público, no pensar e no trato do espaço, dando-lhe características que proporcionem sua continuidade, sua manutenção no sentido estrito da palavra.

Sem hesitação, a história afirma que o homem optou pela vida na cidade, pelas facilidades e segurança que ela oferecia, em oposição ao meio rural distante e inseguro. No entanto, o que há hoje são questões conflituosas, certamente inesgotáveis e ao mesmo tempo instigantes, provocando gestores públicos, academia e cidadãos.

A presente dissertação teve como objetivo específico propor adequações dos espaços urbanos públicos estudados focadas na promoção da segurança do cidadão. Para tanto, foram identificados os elementos e os arranjos físicos que tivessem capacidade de inibir o cometimento de delitos e de ampliar a apropriação desses espaços, utilizando para tanto as questões ambientais.

O processo investigativo se iniciou com a seleção das praças em função da disponibilidade de dados oficiais de criminalidade. Em seguida, foram feitos levantamentos físico, bioclimático e comportamental desses espaços. Os dados coletados foram tabulados, analisados e confrontados com as estatísticas criminais das áreas. A partir de então, elaboraram-se propostas de adequações de forma a tornar as praças estudadas melhor qualificadas ambientalmente, mais atrativas e apropriadas; fomentando as atividades humanas e imprimindo sustentabilidade econômica e social.

No entanto, a hipótese considerada, de que as qualidades bioclimáticas do espaço urbano público, seu desenho e características ambientais possuem propriedade de influenciar o cometimento de delitos, não foi confirmada por completo. Os dados de criminalidade da Praça do DI e sua posição de destaque no rol dos espaços mais violentos (POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, 2007) não corroboraram com a leitura ambiental diagnosticada.

Conforme apurado no decorrer da pesquisa, o uso do solo, em particular a concentração de bares, pode desempenhar relevante influência sobre o nível de criminalidade, como apresentado nos casos do Jardim Ângela e de Diadema, e diagnosticado na Praça do DI. Esse ponto de vista não invalida o raciocínio de que as qualidades ambientais são importante aspecto agregador de pessoas e estimulador de usos, com capacidade de ampliar o sentimento de pertencimento e promover a vigilância natural. No entanto, provoca uma reavaliação do patamar aqui delegado às características ambientais do espaço urbano público na efetiva prevenção à criminalidade. Essas são importantes, mas não são suficientes para garantia da produção de espaços seguros. Os aspectos sociais e de uso do solo, como mostrado no decorrer do trabalho, se sobrepõem a questões ambientais, conferindo-lhes um papel de coadjuvante no contexto da prevenção à criminalidade, permanecendo, mesmo assim, totalmente necessárias.

Intervenções completas não são pré-fabricadas. Cada caso é um caso e necessita de solução única, sob medida, que contemple as necessidades e expectativas ambientais, sociais,

econômicas, etc de cada espaço, e que não se esgota em si mesma. O aperfeiçoamento faz parte do ciclo de respostas às mudanças ocorridas na sociedade e é necessária a atualização do espaço às novas dinâmicas, permanentemente. Mesmo assim, pode-se falar em intervenções genéricas, que podem e devem ser aplicadas a qualquer realidade, contribuindo para resultados gerais positivos, e que são completadas pelas intervenções tópicas e particulares.

O estudo de caso aqui apresentado fornece argumentos que permitem base para generalizações, pois as propostas desenhadas são inteiramente replicáveis. Foi construída uma base de dados que possibilita utilização por outros pesquisadores, garantindo confiabilidade ao estudo. Somado a isso, buscou-se caracterizar uma cadeia de evidências que articula as teorias estudadas e as inter-relaciona produzindo, assim, uma lógica que liga os dados aos objetivos.

Como dito anteriormente, pretendia-se de início estudar duas praças com índices de criminalidade inversos, ou seja, as de maior e menor grau de violência, o que foi prejudicado pelo modo de entrada das informações no banco de dados do sistema de segurança. Assim, a sugestão deixada para futuros estudos é a de que se proceda à investigação com os argumentos iniciais pretendidos. Naturalmente esse estudo deverá ser realizado fora do DF, ou neste, quando houver dados tratados o suficiente para indicar esses espaços, ou quando o endereçamento assim o permitir, no caso de sua modificação.

Chega-se ao final do trabalho com a certeza de que o projeto era ousado, pois tantas questões permeiam o comportamento humano, cabendo ao urbanista apenas uma parcela de responsabilidade e contribuição no processo de construção de uma sociedade menos violenta, mais harmoniosa e cidadã.

REFERÊNCIAS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA. **Nossa cidade**. Disponível em: <<http://www.taguatinga.df.gov.br>>. Acesso em: 11 fev. 2007.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS AFP. **Corrupção piora violência no Brasil, diz relatório da Anistia Internacional**. Londres, 23 maio 2007. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2007/05/23/ult34u181453.jhtm>>. Acesso em: 28 ago. 2007.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe anual 2004 – BRASIL**. Brasília, 2004.

BARKER, R. G. Ecological psychology. Stanford: Stanford University Press, 1968 apud CARNEIRO, Clarisse; BINDE, Pitágoras José. A Psicologia Ecológica e o estudo dos acontecimentos da vida diária. **Estud. psicol. (Natal)**. Natal, v. 2, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 Jun 2007. Pré-publicação.

BBC BRASIL. Para Anistia, falta investigação sobre tortura no Brasil. **BBCBrasil.com**, 08 maio 2001. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2001/010508_alexitest.shtml>. Acesso em: 28 ago. 2007.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. Revista brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 13, n. 37, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2005.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves; PEIXOTO, Betânia Totino; ANDRADE, Mônica Viegas. Crime, oportunidade e vitimização. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2004.

BEDINELLI, Talita. Bogotá inspira regularização de terra no RJ. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD**, Rio de Janeiro, 19 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/seguranca/reportagens/index.php?id01=2704&lay=jse>>. Acesso em 24 ago. 2007.

BENÉVOLO, Leonardo. **A história da cidade**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993. 729p.

BLAIS, Étienne et al. Météo, criminalité et conduites associées. **Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique et Scientifique**, Genève, V.56,n.4 (Octobre-Décembre 2003), p.397-416. Disponível em:
<<http://www.dgsi.pt/bpjl.nsf/585dea57ef154656802569030064d624/e544fc82fbab03dc80257038004eb413?OpenDocument>>. Acesso em: 11/07/2006.

BRANCATELLI, Rodrigo. Por que se mata menos em São Paulo. **Veja São Paulo**, São Paulo, 6 jun. 2005. Disponível em:
<<http://veja.abril.com.br/vejas/060705/criminalidade.html>>. Acesso em: 26 ago. 2007.

BRANTINGHAN, P. e BRANTINGHAN, P. Notes on the geometry of crime, Environmental criminology, Beverly Hills, 1981 apud BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2005.

BRASIL. Ministério da Justiça. Análise da Distribuição dos Homicídios na Região Metropolitana de São Paulo. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD / Brasil. **Guia para Prevenção do Crime e da Violência**. Brasília, 2005. 55 p.

CARDIA, Nancy. Pesquisa sobre normas culturais, atitudes e valores em relação à violência em 10 capitais brasileiras. Ministério da Justiça, Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Brasília, DF, 1999 apud PERES, Maria Fernanda Tourinho. **Prevenção e controle: oposição ou complementaridade para a redução da violência**. Ciência e Cultura [online]. Jun./Set. 2002, v. 54, n. 1, p.54-55. Disponível em:
<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000100025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jul. 2006.

_____. Universidade de São Paulo/ Núcleo de Estudos da Violência - NEV/USP. **Exposição à violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação à violência, polícia e direitos humanos**. São Paulo, 2003.

CARNEIRO, Clarisse; BINDE, Pitágoras José. A Psicologia Ecológica e o estudo dos acontecimentos da vida diária. **Estud. psicol. (Natal)**. Natal, v. 2, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 Jun 2007. Pré-publicação.

CARNEIRO, Leandro Piquet. **Determinantes do Crime Na América Latina: Rio de Janeiro e São Paulo**, Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política, 1999. Disponível em:

<<http://wbln0018.worldbank.org/LAC/LACInfoClient.nsf/27cc98c623e2d29b8525694c007202d7/b6669423a4023b8785256895005c7d8c?OpenDocument>>. Acesso em: 11 jul. 2006.

CARVALHO, Nelson. Relatório Bogotá-Colômbia. As interpretações para a redução da criminalidade. **Rio Estudos**, Rio de Janeiro, n. 39, p.2-7, nov. 2001.

CASTANHEIRA, Leila. Relatório Bogotá-Colômbia. Relacionamento entre Prefeitura e Segurança após 1993 – ano da reforma da Polícia Nacional. **Rio Estudos**, Rio de Janeiro, n. 39, p.7-12, nov. 2001.

CHILE. Ministerio de Vivienda y Urbanismo; Ministerio del Interior; Fundación Paz Ciudadana. **Espaços urbanos seguros**. Recomendações de projetos e gestão comunitária para a obtenção de espaços urbanos seguros. Santiago, 2004. 85p.

CLARKE, Ronald V.G. Approved school boy absconders and corporal punishment. *British Journal of Criminology*, 1983, 6: 364-375 apud BEATO FILHO, Cláudio Chaves.

Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, 1998. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2005.

COHEN, Lawrence; FELSON, Marcus. Social change and crime rate trends: a routine activity approach. *American Sociological Review*, 1979, v.44: 588-608 apud BLAIS, Étienne et al. Météo, criminalité et conduites associées. **Revue Internationale de Criminologie et de**

Police Technique et Scientifique, Genève, V.56,n.4 (Octobre-Décembre 2003), p.397-416.

Disponível

em:<<http://www.dgsi.pt/bpjl.nsf/585dea57ef154656802569030064d624/e544fc82fbab03dc80257038004eb413?OpenDocument>>. Acesso em: 11/07/2006.

COHEN, Lawrence E.; KLUEGEL, James R; LAND, Kenneth C. Social inequality and predatory criminal victimization: an exposition and test of a formal theory. *American Sociological Review*, 46 (5): 505-524, 1981 apud CARNEIRO, Leandro Piquet.

Determinantes do Crime na América Latina: Rio de Janeiro e São Paulo, Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política, 1999. Disponível em:

<<http://wbln0018.worldbank.org/LAC/LACInfoClient.nsf/27cc98c623e2d29b8525694c007202d7/b6669423a4023b8785256895005c7d8c?OpenDocument>>. Acesso em: 11 jul. 2006.

CODEPLAN - COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL.

Coletânea de Informações Socioeconômicas, RA III – Taguatinga. Brasília, nov. 2006.

Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000031.pdf>. Acesso em: 12 maio 2007.

DIADEMA. Secretaria de Defesa Social. A Experiência de Diadema, São Paulo, Brasil. In: 11th CONGRESS NATIONS ON CRIME PREVENTION & CRIMINAL JUSTICE, 2005, Bangkok. **Anais...** Diadema: 2005.

DIMENSTEIN, Gilberto. Assassinato zero. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 jun. 2005a.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/colunas/gd050605.htm>>. Acesso em: 26 ago. 2007.

_____. Experiências na cidade de São Paulo que contribuem para a redução de homicídios.

Folha de São Paulo, São Paulo, 08 jun. 2005b. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/colunas/gd080605.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2007.

_____. A vacina antiviolência. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 out. 2006a. Disponível

em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/colunas/gd161006.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2007.

_____. Bogotá combinou repressão com urbanismo e educação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 out. 2006b. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/colunas/gd161006c.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2007.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. **Anuário Estatístico do Distrito Federal 2002 – A Questão Ambiental do DF**. Brasília, 2002. 1 CD-ROM.

DISTRITO FEDERAL. Administração Regional de Taguatinga. **Sinopse de dados sobre Taguatinga - 2006**. 2007, 197p. Disponível em: <<http://www.taguatinga.df.gov.br/>>. Acesso em 19 maio 2007.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Turismo. **Regiões Administrativas**. Disponível em: <http://www.setur.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=1559>. Acesso em 19 mai 2007.

DOYLE, Hélio. Somos todos brasilienses. **Correio Brasiliense**, Brasília, 16 mar. 2002. Correio do Brasiliense. Disponível em: <http://www2.correioweb.com.br/cw/2002-03-16/cab_106531.htm>. Acesso em: 19 maio 2007.

DURKHEIM, Emile. A divisão do trabalho social. Lisboa: Presença, 1978 apud BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2005.

ELALI, Gleice Azambuja. Psicologia e Arquitetura: em busca do locus interdisciplinar. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 2, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 Mai. 2007.

INSTITUTO CIDADANIA; FUNDAÇÃO DJALMA GUIMARÃES. **Projeto de Segurança Pública para o Brasil**. São Paulo, 2002. 100p.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2000. 510p.

KAHN, Túlio. Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Coordenadoria de Análise e Planejamento apud LIMA, Márcia Tait. **Criminalidade altera perfil urbano**. *Cienc. Cult.* [online]. Abr/Jun 2004, v. 56, n. 2 [citado 06 August 2006], p.08-09. Available from World Wide Web:

<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000200005&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0009-6725.

KRAUT, Robert E. Deterrent and definitional influences on shoplifting. **Social Problems**, 1976, 23: 358-368 apud BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2005.

LEMGRUBER, Julita. Diadema pode ser aqui. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 jul. 2005. Disponível em: <http://www.ucamcesec.com.br/md_art_texto.php?cod_proj=54>. Acesso em: 12 fev. 2007.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1997. 227p.

_____. **A Boa forma da cidade**. 1. Ed. Lisboa: Edições 70, 1999. 448p.

MASCARÓ, Lúcia. **Energia da Edificação – Estratégias para minimizar seu consumo**. São Paulo: Projeto, 1991. 216p.

MOISÉS, Hélvio Nicolau. **O Município-Rede: planejamento, desenvolvimento político e sustentabilidade**. In: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam. **O município no século XXI: Cenários e Perspectivas**. Edição especial. São Paulo, 1999. 400p.

MONTEIRO FILHO, Maurício. Das manchetes policiais para a revolução social. **ONG Repórter Brasil**, São Paulo, 12 jan. 2006. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=170>>. Acesso em: 26 ago. 2007.

MUSUMECI, Leonarda. **Violência, Criminalidade e Segurança – Relatório de desenvolvimento humano sustentável da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: PNUD,

IPEA e Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2001. Disponível em:

<<http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/RDHRio-Cap5.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2006.

NEWMAN, Oscar. **Defensible space, crime prevention through urban design**. 1. ed. New York: Macmillan Publishing Co, 1973.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – Escritório contra drogas e crime. **Promovendo a Prevenção ao Crime - Diretrizes e projetos selecionados**. Brasília, fev. 2004. 28 p.

PARKER, Robert Nash; SMITH, M. Dwayne. (1979), "Deterrence, poverty, and type of homicide". *American Journal of Sociology*, 85: 614-624 apud BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, 1998. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2005.

PERES, Maria Fernanda Tourinho. **Prevenção e controle: oposição ou complementaridade para a redução da violência**. *Ciência e Cultura* [online]. Jun./Set. 2002, v.54, n.1, p.54-55.

Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000100025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jul. 2006.

PICADA, Getúlio de Souza. **Tópicos de conforto Ambiental**. *Revista Tecnológica*, UFSM, 1999 apud RIBEIRO, Rosemary Campos. Análise de Conforto Ambiental urbano aplicado à área central de Pedro Leopoldo. Belo Horizonte, 2002. 99p. Monografia (Especialização em Geoprocessamento) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

PINHEIRO, José Q.. *Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor*. **Estud. psicol. (Natal)**. Natal, v. 2, n. 2, 1997. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 Jun. 2007. Pré-publicação.

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. Departamento de Atividades Especiais, Divisão de Estatística e Planejamento Operacional, Seção de Análise Criminal. **Relatório de Análise Criminal – Nº. 09/2007 - 12ª Delegacia de Polícia - Período: Janeiro a Dezembro**

(2005/2006). Brasília, 2007a. 13 p. Disponível em: <http://www.pcdf.df.gov.br/RAC/RelatorioAnaliseCriminal12DP.PDF>>. Acesso em: 23 de setembro de 2007.

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. Departamento de Atividades Especiais, Divisão de Estatística e Planejamento Operacional, Seção de Análise Criminal. **Relatório de Análise Criminal – Nº. 10/2007 - 17ª Delegacia de Polícia - Período: Janeiro a Dezembro (2005/2006)**. Brasília, 2007b. 13 p. Disponível em: <http://www.pcdf.df.gov.br/RAC/RelatorioAnaliseCriminal17DP.PDF>>. Acesso em: 23 de setembro de 2007.

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. Departamento de Atividades Especiais, Divisão de Estatística e Planejamento Operacional, Seção de Análise Criminal. **Relatório de Análise Criminal – Nº. 11/2007 - 21ª Delegacia de Polícia - Período: Janeiro a Dezembro (2005/2006)**. Brasília, 2007c. 15 p. Disponível em: <<http://www.pcdf.df.gov.br/RAC/RelatorioAnaliseCriminal21DP.PDF>>. Acesso em: 23 de setembro de 2007.

RICH, Thomas F. The use of computerized mapping in crime control and prevention programs. Washington: National Institute of Justice, U.S. Department of Justice, 1997 apud BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2005.

RIO ESTUDOS. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, nº 39, nov. 2001. (Coleção Estudos da Cidade).

ROMERO, Marta Adriana Bustos. **Princípios bioclimáticos para o desenho urbano**. 2. ed. São Paulo: ProEditores, 2000. 128p.

_____. **Arquitetura bioclimática do espaço público**. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 226p.

_____. A sustentabilidade do ambiente urbano da capital. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília: controversas ambientais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. p. 241-265.

SEPLAN - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E PARCERIAS DO DF; CODEPLAN - COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD**. Brasília, 2004. 162p.

SHAW, C.R.; McKAY, H.D. Juvenile delinquency and urban areas. Chicago: University of Chicago Press, 1942 apud BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2005.

SHERMAN, Lawrence W.; BERK, Richard A. The specific deterrent effects of arrests for domestic assault. *American Sociological Review*, 1984, 84: 261-272 apud BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2005.

SICAD - **Sistema Cartográfico do Distrito Federal**. Governo do Distrito Federal. Brasília: SEDUMA, 2007.

SOMMER, R.; SOMMER, B. **A practical guide to behavioral research, tools and techniques**. New York: Oxford, 1980.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de; MACHADO, Maria Salete; JACCOUD, Luciana de Barros. Taguatinga: uma história candanga. In PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília: moradia e exclusão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. p. 53-79.

TAYLOR, I.; WALTON, P.; YOUNG, J. Criminologia crítica. São Paulo: Graal, 1980 apud BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2005.

UOL NEWS. **Anistia Internacional critica negligência do Brasil na segurança pública**. São Paulo, 02 maio 2007. Disponível em:

<<http://noticias.uol.com.br/uolnews/brasil/2007/05/02/ult2492u517.jhtm>>. Acesso em: 28 ago. 2007.

VELÁSQUEZ, Hugo Acero. **Os governos locais e a Segurança Cidadã**. PNUD, 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd131006.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2007.

VIAPIANA, Luiz Tadeu; BRUNET, Julio F.G. **Padrões de Criminalidade no Rio Grande do Sul**. Secretaria da Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, 2001. 24p. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/principal.asp?conteudo=texto&cod_texto=175&cod_menu=71>. Acesso em: 11 jul. 2006.

WIESENFELD, Esther. Environmental psychology and the diverse human realities. **Psicol. USP**. São Paulo, v. 16, n. 1-2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642005000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 Jun. 2007. Pré-publicação.

ZANCHETI, Sílvio Mendes; LACERDA, Norma; MARINHO, Geraldo. Sistema qualitativo de avaliação de impactos em áreas urbanas históricas. IN: SEMINÁRIO INTERNACIONAL "MONITORING FOR WORLD HERITAGE CITIES", 2000, Malta. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro: 2001, v. 3, p. 1832-1848.

APÊNDICE A

LEVANTAMENTO COMPORTAMENTAL

O presente apêndice tem como objetivo a construção de uma base de dados de forma a oferecer confiabilidade ao estudo e possibilitar o acesso de outros investigadores. Assim, foram totalizados e transcritos os dados preenchidos a cada trinta minutos no formulário levado a campo e foi feita, ainda, totalização por todo período de observação.

Local: Praça do Bicalho.

Data do levantamento: 18 de maio de 2007.

Horário: das 15:30h às 19:00h.

Tabela 11 – Levantamento Comportamental, Praça do Bicalho, 15:30h.

HORÁRIO	SETORES				
15:30	1	2	3	4	5
Andando	5	4	5	5	3
Bebendo					
Brigando					
Conversando		3			
Dormindo			3		
Esperando transporte					
Jogando cartas, dominó					
Lanchando					
Lendo					
Limpendo					
Namorando	2	2			
Parado					
Recreação			2	3	
Sentado	3		1	3	
Trabalhando		3		2	
Telefonando					
TOTAL	10	12	11	13	3

Tabela 12 – Levantamento Comportamental, Praça do Bicalho, 16:00h.

HORÁRIO	SETORES				
16:00	1	2	3	4	5
Andando	1	3	8	6	1
Bebendo					
Brigando					
Conversando	3	10			
Dormindo					
Esperando transporte					
Jogando cartas, dominó					
Lanchando					
Lendo					
Limpando					
Namorando	2				
Parado		1			
Recreação	10				
Sentado		2	5	2	
Trabalhando	3	1	1		
Telefonando				1	
TOTAL	19	17	14	9	1

Tabela 13 – Levantamento Comportamental, Praça do Bicalho, 16:30h.

HORÁRIO	SETORES				
16:30	1	2	3	4	5
Andando	3	4	5	6	4
Bebendo					
Brigando					
Conversando	3		2		
Dormindo					
Esperando transporte					
Jogando cartas, dominó					
Lanchando			1		
Lendo					
Limpando					
Namorando	2	2			
Parado					
Recreação	10				
Sentado	3		7	3	
Trabalhando	3		2	1	
Telefonando					
TOTAL	24	6	17	10	4

Tabela 14 – Levantamento Comportamental, Praça do Bicalho, 17:00h.

HORÁRIO	SETORES				
17:00	1	2	3	4	5
Andando	3	4	4	2	1
Bebendo					
Brigando					
Conversando		6	6	2	
Dormindo					
Esperando transporte					
Jogando cartas, dominó					
Lanchando			4		
Lendo					
Limpando					
Namorando	2			2	
Parado			1		1
Recreação	12			2	
Sentado	1	3		6	
Trabalhando			2	3	
Telefonando					
TOTAL	18	13	17	17	2

Tabela 15 – Levantamento Comportamental, Praça do Bicalho, 17:30h.

HORÁRIO	SETORES				
17:30	1	2	3	4	5
Andando	4	3	8	6	2
Bebendo					
Brigando					
Conversando	3	2	5		
Dormindo					
Esperando transporte					
Jogando cartas, dominó					
Lanchando	1		2	4	
Lendo					
Limpando					
Namorando		2			
Parado	1				
Recreação	14		1	3	2
Sentado	2	4	4	5	
Trabalhando	1		2	1	
Telefonando				1	
TOTAL	26	11	22	20	4

Tabela 16 – Levantamento Comportamental, Praça do Bicalho, 18:00h.

HORÁRIO	SETORES				
18:00	1	2	3	4	5
Andando	3	25	10	9	60
Bebendo	5				
Brigando					
Conversando	14		3	2	20
Dormindo					
Esperando transporte					5
Jogando cartas, dominó					
Lanchando			1		
Lendo					
Limpando					
Namorando					
Parado					
Recreação	14			10	
Sentado	6		5	7	
Trabalhando	6		2	1	2
Telefonando					
TOTAL	48	25	21	29	87

Tabela 17 – Levantamento Comportamental, Praça do Bicalho, 18:30h.

HORÁRIO	SETORES				
18:30	1	2	3	4	5
Andando	4	8	6	2	2
Bebendo	7				
Brigando					
Conversando	8	4	4		2
Dormindo					
Esperando transporte					
Jogando cartas, dominó					
Lanchando	4		5	2	
Lendo					
Limpando					
Namorando		2			
Parado	1	1	3		
Recreação	12	1		9	
Sentado	8	18	2	4	
Trabalhando			2	4	
Telefonando				1	
TOTAL	44	34	22	22	4

Tabela 18 – Levantamento Comportamental, Praça do Bicalho, 19:00h.

HORÁRIO	SETORES				
19:00	1	2	3	4	5
Andando	10	15	10	3	1
Bebendo	5	5	5		
Brigando					
Conversando	15	20	25		
Dormindo					
Esperando transporte					
Jogando cartas, dominó					
Lanchando		2	4	1	
Lendo					
Limpendo					
Namorando	2	8	2		
Parado	1		2		
Recreação	25		4	3	
Sentado	15	20	10		
Trabalhando			6	1	
Telefonando					
TOTAL	73	70	68	8	1

Tabela 19 – Levantamento Comportamental, Praça do Bicalho, 15:30h às 19:00h.

HORÁRIO	SETORES				
15:30 às 19:00	1	2	3	4	5
Andando	33	66	56	39	74
Bebendo	17	5	5	0	0
Brigando	0	0	0	0	0
Conversando	46	45	45	4	22
Dormindo	0	0	3	0	0
Esperando transporte	0	0	0	0	5
Jogando cartas, dominó	0	0	0	0	0
Lanchando	5	2	17	7	0
Lendo	0	0	0	0	0
Limpendo	0	0	0	0	0
Namorando	10	16	2	2	0
Parado	3	2	6	0	1
Recreação	97	1	7	30	2
Sentado	38	47	34	30	0
Trabalhando	13	4	17	13	2
Telefonando	0	0	0	3	0
TOTAL	262	188	192	128	106

Local: Praça do DI.

Data do levantamento: 18 de maio de 2007.

Horário: das 14:30h às 20:00h.

Tabela 20 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 14:30h.

HORÁRIO	SETORES		
14:30	1	2	3
Andando	2	2	4
Bebendo			
Brigando			
Conversando		5	
Dormindo			
Esperando transporte			
Jogando cartas, dominó			9
Lanchando			
Lendo			
Limpando			
Namorando			
Parado			
Recreação		4	
Sentado			6
Trabalhando			
"Guardando" carro		2	
TOTAL	2	13	19

Tabela 21 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 15:00h.

HORÁRIO	SETORES		
15:00	1	2	3
Andando	5		8
Bebendo			
Brigando			
Conversando		3	
Dormindo			
Esperando transporte			
Jogando cartas, dominó			9
Lanchando			
Lendo			
Limpando			
Namorando			
Parado			
Recreação		4	
Sentado	2	3	3
Trabalhando			
"Guardando" carro			1
TOTAL	7	10	21

Tabela 22 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 15:30h.

HORÁRIO	SETORES		
15:30	1	2	3
Andando	8	5	12
Bebendo	9		
Brigando			
Conversando		4	4
Dormindo			
Esperando transporte			
Jogando cartas, dominó			7
Lanchando			
Lendo			
Limpando			
Namorando			
Parado			
Recreação		5	
Sentado		1	
Trabalhando			
"Guardando" carro			
TOTAL	17	15	23

Tabela 23 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 16:00h.

HORÁRIO	SETORES		
16:00	1	2	3
Andando	10	3	6
Bebendo	12		
Brigando			
Conversando	3	3	4
Dormindo			
Esperando transporte			
Jogando cartas, dominó			10
Lanchando			
Lendo			
Limpando			
Namorando			
Parado			
Recreação		4	1
Sentado	1	9	1
Trabalhando		2	3
"Guardando" carro			
TOTAL	26	21	25

Tabela 24 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 16:30h.

HORÁRIO	SETORES		
16:30	1	2	3
Andando	10	4	11
Bebendo	14		3
Brigando			
Conversando	5	6	7
Dormindo			
Esperando transporte			
Jogando cartas, dominó			7
Lanchando			
Lendo			
Limpando			
Namorando		2	
Parado		1	
Recreação	3	4	1
Sentado		1	
Trabalhando			
"Guardando" carro			
TOTAL	32	18	29

Tabela 25 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 17:00h.

HORÁRIO	SETORES		
17:00	1	2	3
Andando	7	2	
Bebendo	14		6
Brigando			
Conversando		5	7
Dormindo			
Esperando transporte			
Jogando cartas, dominó			6
Lanchando			2
Lendo			
Limpando			
Namorando	2		
Parado		1	
Recreação	5	2	1
Sentado	3		
Trabalhando			
"Guardando" carro		2	
TOTAL	31	12	22

Tabela 26 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 17:30h.

HORÁRIO	SETORES		
17:30	1	2	3
Andando	8	6	5
Bebendo	10	5	
Brigando			
Conversando		3	3
Dormindo			
Esperando transporte			
Jogando cartas, dominó			5
Lanchando			
Lendo			
Limpando			
Namorando	4		
Parado			
Recreação	3	3	
Sentado	1	5	
Trabalhando		2	1
"Guardando" carro		3	
TOTAL	26	27	14

Tabela 27 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 18:00h.

HORÁRIO	SETORES		
18:00	1	2	3
Andando	17	4	1
Bebendo	7	3	6
Brigando			
Conversando		11	5
Dormindo			
Esperando transporte			
Jogando cartas, dominó			
Lanchando			4
Lendo			
Limpando			
Namorando	4		
Parado	5	1	
Recreação		3	
Sentado		1	2
Trabalhando			
"Guardando" carro		1	
TOTAL	33	24	18

Tabela 28 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 18:30h.

HORÁRIO	SETORES		
18:30	1	2	3
Andando	9	6	2
Bebendo	5		6
Brigando			
Conversando		11	6
Dormindo			
Esperando transporte			
Jogando cartas, dominó			
Lanchando			
Lendo			
Limpando			
Namorando			
Parado			
Recreação		4	
Sentado			
Trabalhando			1
"Guardando" carro		2	
TOTAL	14	23	15

Tabela 29 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 19:00h.

HORÁRIO	SETORES		
19:00	1	2	3
Andando	15	6	3
Bebendo	7	9	10
Brigando			
Conversando		15	
Dormindo			
Esperando transporte			
Jogando cartas, dominó			
Lanchando			4
Lendo			
Limpando			
Namorando			
Parado			
Recreação		4	1
Sentado		1	1
Trabalhando			
"Guardando" carro		3	
TOTAL	22	38	19

Tabela 30 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 19:30.

HORÁRIO	SETORES		
19:30	1	2	3
Andando	12	3	4
Bebendo	12	7	18
Brigando			
Conversando		13	
Dormindo			
Esperando transporte			
Jogando cartas, dominó			
Lanchando			
Lendo			
Limpando			
Namorando			
Parado			
Recreação		5	
Sentado			2
Trabalhando			
"Guardando" carro		3	
TOTAL	24	31	24

Tabela 31 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 20:00h.

HORÁRIO	SETORES		
20:00	1	2	3
Andando	4	2	8
Bebendo	14	15	32
Brigando			
Conversando		12	
Dormindo			
Esperando transporte			
Jogando cartas, dominó			
Lanchando	2		
Lendo			
Limpando			
Namorando			
Parado			3
Recreação		4	
Sentado	1	7	
Trabalhando	3		
"Guardando" carro		3	
TOTAL	24	43	43

Tabela 32 – Levantamento Comportamental, Praça do DI, 14:30h às 20:00h.

HORÁRIO	SETORES		
	1	2	3
14:30 às 20:00			
Andando	107	43	64
Bebendo	104	39	81
Brigando	0	0	0
Conversando	8	91	36
Dormindo	0	0	0
Esperando transporte	0	0	0
Jogando cartas, dominó	0	0	53
Lanchando	2	0	10
Lendo	0	0	0
Limpando	0	0	0
Namorando	10	2	0
Parado	5	3	3
Recreação	11	46	4
Sentado	8	28	15
Trabalhando	3	4	5
"Guardando" carro	0	19	1
TOTAL	258	275	272